



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
SERVIÇO SOCIAL**

Estevam César Silva

**A economia no andar de baixo: Ascender ou acender perspectivas
de pertencimento criadas a partir da renda das pessoas. Uma
análise do programa de microcrédito do Banco do Povo no
município de Sorocaba, SP.**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
SERVIÇO SOCIAL**

Estevam César Silva

**A economia no andar de baixo: Ascender ou acender perspectivas de
pertencimento criadas a partir da renda das pessoas.
Uma análise do programa de microcrédito do Banco do Povo
no município de Sorocaba, SP.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC – SP, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, sob orientação da Professora Doutora Maria Carmelita Yazbek.

**São Paulo
2010**

ERRATA

PÁGINA	PARÁGRAFO	LINHA	TEXTO REDIGIDO	ALTERAR/ ACRESCENTAR
Resumo	—	31 ^a	conceito	sistema
Summary	-	26 ^a	current	system
30	4º	4 ^a	atividade meio que o individuo utiliza	atividade meio, que o individuo utiliza
33	3º	5 ^a	utiliza	utiliza,
35	citação	9 ^a	suprirem	suprir
35	citação	12 ^a	na	não
37	2º	2 ^a	seguindo o	prosseguindo no
115	2º	6 ^a	representam	“representam”
115	3º	3 ^a	condição	situação
115	4º	5º	condiciona-se	condicionado
167	-	-	-	Anexo D – Depoimentos coletados nas entrevistas



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC- SP**

Banca Examinadora



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC- SP**

*“São os simples que nos libertam dos simplismos,
que nos pedem a explicação científica mais
consistente, a melhor e mais profunda
compreensão da totalidade concreta que reveste
de sentido o visível e o invisível.
O relevante está no ínfimo. É na vida cotidiana
que a História se desvenda ou se oculta.*

José de Souza Martins



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC- SP**

*“A melhor maneira de ser universal é narrar
bem a sua aldeia”*

Fíodor Dostoiévski

Dedico este trabalho a todas as pessoas subjugadas pelo sistema político e pelo poder econômico, que procuram no cotidiano encontrar as mais diversas condições para manutenção de suas vidas.

Ao meu pai, Benedicto, que pelos seus ideais trilhou uma estrada espinhosa para garantir valores éticos e morais de vida pela sobrevivência de sua família e encontrando condições para, também, atender as aspirações políticas e materiais de muitos que com ele conviveu.

À Maria Eliza, minha mãe, com a perspicácia feminina soube ser mãe participante e parceira nas discussões e batalhas de derrotas e conquistas que pavimentaram os caminhos para a formação e manutenção de uma família em tempos de grandes interesses supressores dos direitos dos homens.

Ao ser humano, por tudo que é, tudo que foi e principalmente por tudo que pode ser, nos seus atos, nos resultados e principalmente na geração de condições para os que no futuro virão.

Agradecimentos

À minha querida professora Dra. Maria Carmelita Yazbek, com orgulho 'minha orientadora', que conduziu e me permitiu buscar a análise, a observação e a interpretação pelos caminhos do mundo acadêmico com o olhar do social.

Ao mestre Evaldo Amaro Vieira que provocou e me despertou para os mais intrigantes pensamentos e discussões sobre a essência do homem.

A todos os professores do programa com quem tive a oportunidade de conviver e que me permitiram conhecê-los não somente pelas celebridades que são, pelas imagens que transmitem, mas principalmente pelos seres humanos que cada qual representa traduzidos pelas incessantes batalhas que travam pelos interesses e para as conquistas que a nossa sociedade carece.

Aos professores da PUC SP, refletidos na instituição que me orgulho de levar em currículo, com os quais tive a oportunidade e o prazer de poder ampliar e conquistar meus conhecimentos.

Aos colegas com quem pude trocar experiências, conhecer lugares, vivenciar emoções e principalmente construir relações, elevando-os à condição de cumplicidade na amizade.

À equipe do Banco do Povo de Sorocaba, em especial ao Sr. João Batista, gerente responsável pela unidade, que pacientemente me recebeu e muito favoreceu esse trabalho de pesquisa.

Aos sujeitos da pesquisa, essencialmente humanos, que me receberam concedendo as entrevistas, conversando sobre suas vidas e gentilmente convidando-me para os muitos cafés que se repetiram em muitos encontros, permitiram aproximar os anseios do pesquisador com a realidade vivenciada por essas pessoas que orbitam, em muitos casos, distanciadas do mundo acadêmico.

SUMÁRIO

	Pág.
Introdução	01
Seção 1 O contexto político e econômico	06
a Globalização financeira	08
b Liberalização financeira no Brasil	10
1.1 Mudanças no mundo do trabalho	11
a Mudanças e os impactos na sociedade	14
b Impacto na vida dos trabalhadores	15
c Impacto na organização da classe trabalhadora	17
d História do trabalho no Brasil	21
e Trabalho formal no Brasil	24
f Trabalho informal no Brasil	26
Seção 2 O fator Renda.	
a Incluir ou inserir	30
b Fator renda como possibilidade de inclusão	32
c Causas da não renda	34
d O Consumo e o vetor do pertencimento na sociedade.	39
2.1 A renda e suas relações com os programas e as Políticas Sociais no Brasil.	42
a Os Programas de Redistribuição, Transferência de renda e o Microcrédito	42
b Um meio institucional de “demonstrar” os pobres à sociedade	45
c Origem dos recursos dos programas de redistribuição e transferência de renda	49
d Destinação dos recursos dos programas de transferência de renda.	50
2.2 A origem do microcrédito	55
a A difusão do microcrédito	56
b Mitos sobre o crédito popular	60
c O surgimento do Microcrédito no Brasil	62
e O sistema brasileiro de microcrédito	65

2.3	O Banco do Povo Paulista	70
a	Resultados operacionais	72
b	O BP na região administrativa de Sorocaba	72
2.4	Contextualização e Classificação político-administrativa da RA de Sorocaba	75
a	O município de Sorocaba/SP	83
b	Indicadores socioeconômicos do município	85
c	Um pouco de história sobre Sorocaba.	86
d	O consumo e o pertencimento na sociedade	91
Seção 3	A atuação do Banco do Povo no Município de Sorocaba	96
a	O desempenho operacional	97
b	Perfil dos negócios	99
c	Os clientes do Banco do Povo de Sorocaba.	101
d	Depoimentos coletados nas entrevistas	110
3.1	As interpretações das entrevistas, associadas aos indicadores.	113
a	O interesse em deter o poder sobre os pobres.	116
b	A idéia do pertencimento	117
c	A questão do desemprego e a relação com o trabalho.	121
d	Ascender e acender na economia no andar de baixo, os desafios para os pobres.	122
e	A identificação pelo consumo; Pertencendo a um mercado.	125
f	Os Papéis. Do Estado, da Sociedade.	130
g	Uma Lógica Social - Processo de participação do social no mercado.	133
	Considerações finais	139
	Referências	144
	Anexos	
A	Questões: dirigidas aos Candidatos à crédito no Banco do Povo.	150
B	Questões aos agentes de crédito do Banco do Povo	154
C	Formulários	157
D	Depoimentos coletados nas entrevistas	158
E	Entrevista por ano e números de contratações	161
F	Termo de livre consentimento	63
	Notas	164

LISTA DE TABELAS, FIGURAS, GRÁFICOS E MAPAS.

	Pág.
Tabelas	
1 Estimativa de famílias pobres e população total segundo grandes regiões.	44
2 Valor dos repasses dos programas de transferência de renda	51
3 Valor dos repasses dos programas	53
4 Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado reg. Sudeste	66
5 Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado reg. Sul	67
6 Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado reg. Centro-Oeste	67
7 Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado reg. Norte	68
8 Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado reg. Nordeste	69
9 Número de operações por RA.	72
10 Recursos emprestados por RA	73
11 RA de Sorocaba – Municípios com maior número de operações e recursos	74
12 Produto e Renda - Participação no PIB do Estado	76
13 Produto e Renda per capita (R\$)	77
14 Caracterização dos municípios, de acordo com o perfil do PIB.	79
15 Classificação dos municípios da RA - Sorocaba, quanto ao panorama social, IPRS.	81
16 Acesso a bens de consumo – Município de Sorocaba	84
17 Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População, 1991 e 2000	85
18 IDHm – Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal - Sorocaba	85
19 Desempenho operacional do Banco do Povo de Sorocaba	98
20 Prazos de financiamento do recurso emprestado	104
21 Número de contratos firmados por ano de contratação.	105
22 Número de contratos por ano de contratação	105
23 Valor dos recursos emprestados por número de contratações.	108
24 Depoimentos coletados nas entrevistas.	110
 Figuras	
1 Foto: Agência <i>Famiglia</i> , 2002	129
2 Propagandas institucionais do Ministério do Desenvolvimento Social	132
3 Material Institucional MDS	133

Gráficos

1	Classificação dos municípios da RA Sorocaba conforme grupos do IPRS	80
2	Perfil dos negócios por número de contratos	99
3	Principais Atividades, % de operações.	100
4	Perfil dos negócios do BPP - Sorocaba	102
5	Número de contratos por ano	105

Mapas

1	Mapa 1 : Localização geográfica da RA de Sorocaba	75
2	Mapa 2 : Localização geográfica do município de Sorocaba	83

LISTA DE SIGLAS

AID - Associação Internacional de Desenvolvimento

AITEC – Acción International

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPC - Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social

CADUNICO - Cadastro Único para Programas Sociais/ CadÚnico

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina

CIADI - Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CFI - Corporação Financeira Internacional

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FED - Federal Reserve

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço,

FMI - Fundo Monetário Internacional

GBANK - Grameen Bank

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IRPS - Índice Paulista de Responsabilidade Social

IMF - Instituições de Microfinanças

ISO - International Organization for Standardization

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MIGA - Multilateral Investment Guarantee Agency

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RA - Região Administrativa

RG - Região de Governo

RMSP - Região Metropolitana de São Paulo

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SFN - Sistema Financeiro Nacional / Banco Central do Brasil

Resumo

A questão da *renda* confirma-se como meio de sobrevivência, que na sua plena manifestação se estabelece pelo consumo. Uma *renda* que pode ser obtida pelo *trabalho* realizado e remunerado; pela *redistribuição e transferência* entre classes sociais e pelo *crédito* concedido como valor de antecipação de renda futura.

As experiências sobre redistribuição e transferência de renda proporcionam ao beneficiário a pretensão de sua participação no mundo do consumo, de bens e serviços ofertados pelo modelo reinante, sugerindo sua inserção na sociedade. Estes indivíduos necessitam de habilidade e prática no mundo do consumo, carecendo de preparo e adequação para os modelos de vida social, de forma a atender as expectativas do sistema capitalista para formação de novos consumidores. Como horizonte a ser alcançado sinaliza-se o atributo do pertencimento, sugerindo que a inserção na vida em sociedade se realiza pelo acesso a bens e serviços. Esta introdução ao sistema atende primeiramente a aspiração do atual sistema econômico e financeiro para a formação de “empreendedores”, iniciando-se a partir da apropriação da realidade do indivíduo e das suas necessidades particularizadas que se constroem e emergem como essenciais à sobrevivência. Os governos, pressionados para o atendimento da crescente massa de pessoas excluídas do processo de formação econômico-financeiro, criam a condição preliminar para esta investitura concedendo valores de “renda mínima” para a sobrevivência do indivíduo. O recebimento de valores, programado e monitorado, introduz as pessoas na prática individual da utilização dos meios para acessar os atuais recursos financeiros - cartões de banco, senhas eletrônicas, etc - com contrapartidas disciplinadoras e controladoras focadas nas áreas da educação e saúde transformando-se em essenciais para a manutenção de sua vida. Esta prática atua como estímulo a esses “beneficiários” fomentando a atividade do consumo. Forma-se, então, no indivíduo a cultura da renda e esta se estabelece consecutivamente à proposta de transferência por redistribuição. A condição seguinte é a concessão do crédito em pequenos valores prosseguindo nos conceitos da prática anterior como ‘*disciplinadores e educadores do consumo consciente*’. É a condição preliminar de preparação dos indivíduos para a inserção no mundo do consumo com a perspectiva de pertencimento na vida social utilizando uma das ferramentas das microfinanças, como o microcrédito orientado e produtivo, para a formação de empreendedores e micro-empreendedores a partir do atual conceito econômico-financeiro. A questão da renda contida nos programas de redução da pobreza com redistribuição de renda pela *transferência*, a exemplo o Bolsa Família, e o microcrédito do Banco do Povo, como política governamental de concessão de crédito em pequenos valores visam em suas propostas preliminares a formação de empreendedores locais. Este trabalho busca avaliar qual o impacto alcançado pelo programa de concessão de crédito ofertado pelo Banco do Povo de Sorocaba, São Paulo, que atua antecipando a renda futura para os pretendentes, e estudar a proposta de relação de continuidade, anunciada pelo governo federal para atrelar o programa de redistribuição de renda ao de concessão de crédito. A primeira hipótese busca elucidar a questão da privação das capacidades básicas do indivíduo através da ausência de renda como fator de permanência na condição de subalternidade social e se, confirmada essa condição subalterna, ela se estabelece no local (lócus) onde as pessoas vivem e se realizam dando continuidade à reprodução social da pobreza. A segunda hipótese trilha o caminho da desconstrução das formas de renda obtidas pelo trabalho que destituiu muitos indivíduos de suas capacidades, contribuindo para a informalidade no mundo do trabalho e perpetuando condições de dependência e subordinação, exclusão e pobreza.

Palavras chave: microcrédito, pertencimento, inclusão social, pobreza, transferência de renda.

Summary

The question of income is confirmed as a means of survival, which in its full manifestation is established by consumption. An income that can be obtained for work done and paid, the transfer and redistribution between social classes and the credit granted in anticipation of the value of future income. Experiments on redistribution and income transfers provide the recipient's claim of his involvement in the consumption of goods and services provided by the reigning model, suggesting their integration into society. These individuals need skill and practice in the consumer world, lacking fitness and preparation for the models of social life in order to meet the expectations of the capitalist system for training new users. How goal to be reached indicates the attribute of belonging, suggesting that this insertion in society takes place through access to goods and services. This introduction to the first system meets the aspiration of the current economic and financial system for the formation of "entrepreneurs", starting from the appropriation of the reality of the individual and their individualized needs that are constructed and emerge as essential to survival. Governments, pressured to meet the growing mass of people excluded from the process of economic and financial training, create a precondition for this endowment giving values of "minimum income" for the survival of the individual. The receipt of securities, planned and monitored, introduces this individual in solo practice for the use of current resources - bank cards, electronic passwords, etc - with disciplined and controlled counterparts focused on education and health becoming essential for maintenance of his life. This practice serves as a stimulus to these "beneficiaries" promoting the activity of consumption. Is formed, then the individual's culture and this income is established consecutively to the proposed transfer for redistribution. The following condition is to grant credit in small amounts pursuing the concepts of previous practice as' disciplinarian and educators of conscious consumption. " It is the precondition of preparing individuals for entry into the consumer with the prospect of membership in a social life using the tools of microfinance, such as micro-oriented and production, training of entrepreneurs and micro-entrepreneurs from the current term economic and financial. The issue of income contained in programs to reduce poverty through income redistribution by the transfer, such as Bolsa Familia, and microcredit People's Bank, as government policy for granting credit in small amounts in their proposals seek preliminary training of entrepreneurs sites. We seek to assess what impact the program has the credit offered by the People's Bank of Sorocaba, São Paulo, which acts in anticipation of future income for the applicants, and to study the proposed link of continuity, announced by the federal government to harness the redistribution program income to lending. The first hypothesis seeks to elucidate the question of deprivation of basic capabilities of the individual by the lack of income as a factor to remain in subordinate social status and confirmed that condition subordinate it down in place (locus) where people live and conduct giving continue the social reproduction of poverty. The second hypothesis track the path of deconstruction of the forms of income obtained by the work that brought many people of their abilities, contributing to informality in the working world and perpetuating conditions of dependence and subordination, exclusion and poverty.

Keywords: microcredit, belonging, social inclusion, poverty, income transfer.

INTRODUÇÃO

Com as luzes da relevância que merece a apresentação de um projeto de pesquisa, tenho como objetivo analisar a relação entre a questão da renda, a possibilidade da concessão de crédito para a população em condição de pobreza, os entraves burocráticos, as perspectivas e as possibilidades inseridas nos programas de concessão de microcrédito, enfocando o contexto das dificuldades econômicas e sociais com o conseqüente deslocamento - crescente - de trabalhadores para a situação da informalidade, conduzindo muitas pessoas na busca de trabalho e renda necessários para sobrevivência básica.

Pretende-se realizar a avaliação da percepção da pobreza através dos reflexos da ausência da renda, o conceito de renda percebida individualmente como apenas uma amostra das pessoas afetadas, aceitando que como toda amostra representa uma parte, os demais, a outra parte, muitas vezes denominados de "parcela" da população, é que são os integrantes do grande contingente que aspira por uma articulação de programas e estratégias regionalizadas e identificadas para a efetivação de uma vida digna. Essa necessária articulação e sua eficácia prescindem de um ordenamento político e econômico, mas principalmente do olhar pelo social, considerando a realização do indivíduo no seu local de origem, onde ele vive, onde se estabelece e se reproduz socialmente como constitutivo das condições para um empoderamento local.

Muitos dos questionamentos surgem e se confirmam com o estudo das relações de poder pela constituição das forças econômicas dos movimentos neoliberais, que primaram pelo desprezo às questões locais no processo de formação social. Para essas análises, o formato acadêmico permitiu separar as interpretações da realidade, das paixões que cegam, buscando contribuir para que os resultados dessas análises avaliem as hipóteses levantadas.

Tendo como tema *"A Economia no andar de baixo: Ascender ou acender as: perspectivas de pertencimento criadas a partir da renda das pessoas. Uma análise do programa de microcrédito do Banco do Povo no município de Sorocaba*, uma hipótese desta dissertação busca elucidar a questão da privação das capacidades básicas do indivíduo, através da ausência de renda, sendo condicionante de sua permanência na subalternidade social e, se essa condição de subalternidade, é confirmada no local (lócus) onde as pessoas vivem, se realizam, influenciam e são influenciadas. Outra hipótese trilha o caminho da desconstrução das formas para se conseguir renda pelo trabalho que, por destituir os indivíduos de suas capacidades produtivas - aquilo que sabem fazer ou almejam fazer - contribui para a manutenção desses indivíduos na informalidade, reduzindo-os e perpetuando a condição de dependência social e conseqüente reprodução da pobreza. Procuro identificar a existência formalizada e a prática do crédito concedido pelo sistema de microcrédito adotado pelos governos, e em suas esferas, e também como essa intervenção governamental pode repercutir na qualidade de vida das pessoas.

A importância da pesquisa está na possibilidade de visualizar o impacto dos recursos destinados, e "ofertados"¹, às camadas mais pobres da população. Avaliar a prática da concessão de valores e crédito que sugerem contribuir no ambiente social com a promessa de "Mobilidade Social"ⁱⁱ das pessoas e a possibilidade da construção das condições para um "desenvolvimento com liberdade"².

Neste contexto buscamos encontrar respostas para a situação brasileira referente às questões da **renda** das pessoas, sua concentração e possibilidade de redistribuiçãoⁱⁱ pela concessão do crédito denominado "microcrédito produtivo", destinado prioritariamente aos pobres - suas facilidades e dificuldades - os interesses dos pobres e os outros interesses - políticos e políticos partidários - suas destinações - ao consumo e/ou para geração da renda.

¹ Ofertados, no sentido de concessão de créditos públicos subsidiados (como exemplo o Banco do Povo - São Paulo) e dos créditos oferecidos pelas financeiras com juros exorbitantes.muito superior aos bancos comerciais.

² SEN, Amartya Kumar, 'Desenvolvimento como Liberdade' São Paulo, Companhia da Letras, 2008

Apresento uma definição pactuada pelas organizações internacionais sobre as características básicas dos modelos de renda e do sistema de “microcrédito”, bem como sua evolução institucional, lastreados e confirmados pelos Objetivos do Milênio (ODM) definidos pela ONU. Consciente de que temas polêmicos são abordados, tais como, a questão da concentração da renda, a redistribuição, os conceitos de pobreza e sua perpetuação, a exclusão em sociedade, a formação social brasileira, a constituição do mundo do trabalho - formal e informal -, a formação do indivíduo considerando a apropriação da força de trabalho, a estagnação econômica e uma promessa de mobilidade na sociedadeⁱⁱⁱ.

A análise da questão da desigualdade de distribuição de renda, por ser uma questão mundial, está pautada em discussões amplamente conhecidas e debatidas. Isto implica que, enquanto alguns países propiciam uma qualidade de vida relativamente alta para seus cidadãos, proveniente da alta renda per - capita,^{iv} outras nações padecem com a desigualdade e a má distribuição de renda mundial, configurando a falta de crescimento econômico, a fome, a miséria, as doenças e os cidadãos desprovidos de acesso a condições mínimas de qualidade como a educação. Essa situação tem se confirmado pela diferença de renda existente entre as nações e tem se ampliado nas últimas décadas.^v A questão da *renda*, sua composição, as particularidades, a anterioridade da sua posse, as condicionalidades, as formas de conquistá-la, o poder da renda e o ‘empoderamento’ do indivíduo, nos remetem à condição da concentração da renda,^{vi} e suas desigualdades resultantes dos processos descompassados de fomentação do desenvolvimento econômico dissociado do desenvolvimento social como característica do capitalismo e em especial, no caso brasileiro.

O posicionamento sobre a atual “política pública” brasileira, referindo-se ao trabalho e renda^{vii}, e a necessidade de reformulação do papel do Estado brasileiro³ como representante da sociedade para elaborar e implementar efetivas políticas sociais são abordados a partir da sua condição de existência e do seu processo de formulação. Como resultado deste processo se concretiza um formato de atendimento destinado para as pessoas despossuídas de um efetivo controle social

³

O atual papel do Estado brasileiro frente às questões sociais.

num contexto de pouca ou nenhuma experiência da representação política. A condição de existência deste controle na sociedade se forma contribuindo para a criação e manutenção de conselhos comunitários inexpressivos ou viciados pelo exercício dos favorecimentos.

O cotidiano das pessoas na ordem econômica e financeira^{viii} é tema de um capítulo que propicia a avaliação das condições ao entendimento sobre a gestão da economia popular⁴, familiar e particularmente do indivíduo. A questão da pobreza assume interpretações e fomenta debates em diversos momentos históricos, em relação à noção de inserção social,^{ix} como *“objeto de política pública,..(...) . é fluída e ambiciosa não havendo correspondência entre a prática e suas representações. Apresenta-se como produto de estratégias paradoxais do Estado”, que ...“de um lado, Estado-maiúsculo transmuta a ideologia de cidadania e solidariedade em sociedade contratualizante,..... e de outro, o Estado-minúsculo se apresenta e transfere para a sociedade a responsabilidade da inserção, sem definir o contorno da política”*.⁵

A alternativa política encontrada pelo sistema e adotada pelos governos é a transferência da renda e a destinação dos recursos para o crédito popular, cujos critérios para concessão são rigorosos, pouco divulgados e menos incentivadores como estratégias ou programa de contenção ou redução da pobreza, estimulando e imprimindo uma idéia de “empreendedorismo” às pessoas, favorecendo a iniciativa particular e atendendo aos dispositivos do sistema, ou seja, a individualização. A experiência mais divulgada nos últimos dez anos sobre concessão de crédito, empréstimos a juros menores que os praticados pelos bancos e instituições financeiras, é a do ‘microcrédito’.

O que hoje se convencionou chamar de ‘microcrédito’ é o resultado da experiência de um professor de economia de Bangladesh^x, *Muhammad Yunus*, que em 1976, colocou em funcionamento naquele país na Aldeia de Jobra, um banco privado que realizava operações de empréstimos de baixo valor às pessoas pobres, o *Grameen*

⁴ Como conceito de “Economia do andar de baixo”, informalidade. Milton Santos in: “Encontro com Milton Santos, ou Mundo Global visto do lado de cá. Entrevista dirigida por Silvio Tendler. Vídeo, 2007.

⁵ SILVA, M.O S, 1997, p 35

Bank.⁶ Essa experiência, internacionalmente conhecida, revelou-se como “sucesso na concepção de um modelo de concessão de crédito de “pequenos montantes” – daí microcrédito – aos pobres, sem acesso ao sistema financeiro formal (Yunus, 2000; 2001).

No Brasil, apesar da definição de uma “função social dos bancos”^{xi} de fomentação ao crédito visando a integração dos indivíduos ao contexto econômico e social, este espaço é mal explorado pelos bancos públicos e os bancos privados pouco se interessam em fomentar a prática da concessão pelo “alto investimento em treinamentos” para se “trabalhar com os pobres” e a ‘desprezível perspectiva de retorno do investimento pelo lucro’ em relação aos ganhos conseguidos com grandes empréstimos financeiros. Quando o interesse surge dos bancos, tanto privados quanto públicos, as ações são destacadas como programas de promoção à “Responsabilidade Social Empresarial”. De todas as formas percebe-se que as exigências impostas às pessoas pretendentes a algum tipo de crédito, principalmente aos pobres e/ou aos que atuam na informalidade, traduzem-se em barreiras que, de tempos em tempos, são instaladas e reformuladas dificultando os acessos, tanto à acessibilidade física - representada pelas portas giratórias, agências luxuosas, localização e distanciamento da realidade das pessoas - quanto às barreiras de informações que impossibilitam para a compreensão dos termos contratuais, distantes do cotidiano e do discernimento das pessoas, subestimando desta forma a capacidade de investimento e produtividade de muitos indivíduos pertencentes às camadas do andar de baixo da pirâmide populacional.

A coleta de dados e entrevistas se identifica e localiza, no sistema de microcrédito e programas sociais pelos estudos focados no município de Sorocaba, São Paulo,^{xii} a efetiva inexistência de políticas públicas que contribuam para as anunciadas propostas de redução dos atuais níveis de pobreza e eliminação da reprodução social dependente^{xiii}. Percebe-se que no transcorrer dos programas e desenvolvimento das políticas, a questão da apropriação da renda gradativamente se afasta da discussão principal.

6

YUNUS, 2000 p32 (O Banqueiro dos Pobres)

Seção I - O contexto político e econômico.

O capital e o crédito, rompendo as fronteiras dos Estados, investem no modelo de internacionalização num processo que nasce junto com a expansão do capitalismo mercantil, primeiramente na Europa e alastra-se rapidamente a partir do estabelecimento dos impérios coloniais do século XVI. Logo depois da primeira revolução industrial, ocorre a internacionalização produtiva tendo começado a partir da expansão das empresas inglesas pelo mundo, seguindo a divisão internacional do trabalho proposta pela Inglaterra, levando consigo a adoção do padrão ouro-libra^{xiv}. Com a segunda revolução industrial, a internacionalização das grandes empresas foi aprofundada pela concorrência entre as grandes potências.

A concorrência entre as grandes empresas multinacionais lideradas pela expansão das grandes empresas de origem americana inaugura o início da 'transnacionalização produtiva do pós-guerra'^{xv}. O dólar, como moeda que conquista a hegemonia nos negócios rompe as fronteiras americanas, porém não alcança a liberalização comercial e financeira como o ocorrido sob o padrão-ouro.

"A maioria dos países aderiu ao padrão-ouro e buscou defender o câmbio de suas moedas. Por outro lado a intervenção estatal era, com frequência, destinada a defesa do setor exportador de possíveis efeitos adversos da sobreprodução no mercado mundial e da obsolescência de determinados bens de consumo e técnicas atrasadas de produção".
(GARRETÓN, 2007 p 60)

A maior expansão comercial ocorre entre as empresas, matrizes e as filiais, que romperam as barreiras protecionistas das suas origens nacionais e regionais, mais especificamente as que ocorreram na América Latina e no Mercado Comum Europeu.

Com o estímulo às políticas de desregulamentação cambial e financeira impostas pelo modelo neoliberal "sugeridas" e condicionadas pelas autoridades econômicas

norte-americanas, surge o fenômeno da globalização financeira que se sobrepõe a transnacionalização produtiva.

“...o fenômeno da globalização caracterizado por uma aparente homogeneidade capitalista, (...) pôs em evidência a nova natureza do conflito social, a predominância da ideologia e das políticas neoliberais e a exclusão em massa de vastos setores mundiais.” (GARRETÓN, 2007, p 38)

O financeiro, em detrimento do produtivo, passa a condicionar a economia mundial num modelo de lógica financeira global com penetração territorial por todas as nações. A globalização financeira fixa suas origens em *Bretton Woods*, que significou a ruptura do padrão monetário ouro-dólar possibilitando a flutuação cambial e a mobilidade do capital financeiro.

“As negociações de *Bretton Woods*, ao fim da Segunda Guerra Mundial, facilitaram o estabelecimento do dólar como moeda internacional. Esse papel foi mantido pela confiança de que, com suas vastas reservas de ouro, os EUA iriam honrar o compromisso de fornecer o metal precioso aos bancos centrais estrangeiros em troca de dólares, a uma taxa fixa de 35 dólares por onça (a onça, medida inglesa, equivale a 28,349 gramas). No fim dos anos 1960, o crescente déficit comercial e os encargos decorrentes da intervenção militar americana no Vietnã criaram um enorme acúmulo de dólares no exterior. Diante do aumento desenfreado da demanda por ouro em troca desses dólares, os EUA abandonaram unilateralmente a conversão antes pactuada. Isso, porém não conduziu ao desmantelamento da hegemonia do dólar” (VASUDEVAN, 2009, p20-32)⁷

O grande movimento do capital representado na liquidez internacional migra seus recursos para os Estados Unidos a partir de um conjunto de políticas incentivadoras para atração destes capitais retomando em 1979 a "diplomacia do dólar" ^{xvi}.

Esta reversão do sentido da liquidez internacional, concentrando os recursos financeiros, obriga os demais países do mundo capitalista a promoverem a desregulamentação financeira, liberalizando os fluxos internacionais do capital e financiando a crescente dívida interna e externa norte-americana.

“Na década de 1970, os mercados do Eurodólar serviriam como os principais meios para reciclar os superávits obtidos pelos países exportadores de petróleo para as economias em desenvolvimento, sobretudo da América Latina. Esse processo tronou-se um instrumento de reanimação do predomínio americano. As ditaduras militares da década de 1970 (...) bem como os regimes de mercado livre que se seguiram a essas ditaduras

7

Ramaa Vasudevan, professor de economia na Universidade do Colorado , EUA, integrante da União para Políticas Econômicas Radicais -URPE, em artigo: *O império em Xequê*, Revista Retrato do Brasil, nº 24 julho 2009, p 20-32

(...) foram reforçados pela repressão e apoiados pelos sempre disponíveis empréstimos fornecidos e baseados nas aplicações feitas pelos fundos de petróleo. Assim que essa bonança de crédito barato chegou ao fim, em virtude da crise da dívida externa de 1982, uma nova onda de reformas neoliberais e de liberalização financeira foi imposta pelos pacotes de salvamento elaborados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Essa crise serviu para consolidar o domínio do dólar..(..).”

As políticas de atração de capital adotadas elevaram o patamar de juros internacional e, com a liberalização dos mercados cambiais e financeiros nacionais, induziram os Estados na adoção de políticas de deflação⁸ e inibidoras do crescimento, desorganizando a divisão do trabalho nos níveis locais e desestabilizando o poder das indústrias de vários países pelo descompasso provocado entre o valor da produção e o da força de trabalho desenraizando estruturas produtivas consideradas compromissadas com o território de origem, migrando para regiões que apresentassem condições mais favoráveis de produção e comércio, mesmo que provisoriamente.

Globalização financeira

O processo de globalização financeira aumentou os fluxos de capital financeiro sem-território (*off-shore*) ^{xvii} e, por conseguinte sem controle pelos bancos centrais. A moeda de referência internacional continua sendo o dólar, mesmo com as grandes e trágicas flutuações em relação a outras moedas, financiando a crescente dívida pública norte-americana servindo de lastro de segurança aos mercados financeiros dos outros países, aos mercados financeiros que sofrem com a crise cambial e ao sistema dos mercados especulativos que entram em queda, fenômenos que tem ocorrido com frequência a partir da década de 1980.

Inaugura-se a movimentação irrestrita dos capitais pelo mundo num novo sistema financeiro desregulado e desterritorializado, coordenado informalmente pela ação conjunta dos principais bancos centrais do mundo liderados pelo "FED" norte americano.^{xviii}

Os organismos internacionais, como o FMI, passam a ter uma participação cada vez mais secundária no gerenciamento e são colocados distantes do monitoramento das

⁸

Condição de inversão negativa econômica, ou seja, contrária à inflação.

finanças globais funcionando como instrumentos de enquadramento político das ideologias adotadas pelos países dependentes com o endividamento externo.

Os países da América Latina e muitos europeus não perceberam benefícios diretos em termos econômicos nacionais pela globalização financeira, muito menos em termos sociais. A sobrevalorização das moedas em relação ao dólar inibem o crescimento e as vantagens competitivas favorecendo a economia americana e os países asiáticos emergentes.

Surge uma crescente classe de "rentistas" produzidos pela "financeirização global do capital" com efeitos desastrosos sobre a distribuição de renda, o mercado de trabalho e as políticas sociais.

"(.....) a situação de muitos países latino americanos no final do século XX era consideravelmente diferente daquela do começo dos anos 1980, quando as empresas estatais eram 'sacrossantas', o comércio exterior estava oficialmente regulado, a inflação era tolerada e até encorajada, o mercado de capitais era primitivo e o mercado de ações era ridículo. No entanto, muitas das reformas que haviam sido introduzidas negaram, alteraram ou exploraram o contexto sócio-econômico, e as mudanças emergentes não conduziram a fluxos permanentes de investimento externo ou taxas maiores de crescimento para a maioria dos países". (GARRETÓN, 2007, p.49)

A OIT (Organização Internacional do Trabalho), a OCDE^{xix} (Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico) e as Nações Unidas reconhecem através de seus relatórios os prejuízos para muitas populações do mundo com o fenômeno do aumento da pobreza diretamente relacionado com a deterioração dos sistemas produtivos locais.

As políticas de globalização tendem a elevar as taxas de juros e a pressionar os orçamentos fiscais dos estados, o que tem impactos desastrosos sobre o crescimento, sobre o emprego e as políticas públicas, sobretudo nas economias periféricas (como as latino-americanas), embora afetem também as economias mais avançadas, além de ampliarem o fosso que separa estas economias.

O atual sistema de acumulação em vigor implica que as decisões relevantes que se destinam à alocação de recursos estrangeiros para investimento direto sejam centradas num grupo restrito de empresas e bancos multinacionais "que possuem

como estratégia atual e principal, a maximização dos ganhos patrimoniais principalmente pelos obtidos pelo mercado financeiro cambial, desprezando a rentabilidade em longo prazo”. (TAVARES, 2004, p.76)

Os capitais especulativos penetram nos países periféricos estimulando padrões de consumo de produtos e de tecnologias já absorvidas e amortizadas nos países centrais e difundindo suas culturas "globais".

A lógica da concorrência predatória e da especulação sobre o patrimônio estabelecido faz da globalização um movimento que para ser contido supõe a regulação e intervenção por parte do Estado mediante o fortalecimento dos mecanismos de proteção econômica e social.

Os movimentos que denunciam a necessidade de preservação da cultura e identidades nacionais são espaços onde a atuação dos Estados tem sido enfatizada, nos fóruns nacionais e internacionais, num tipo de proteção pública para restauração da economia e da seguridade social que possam garantir a defesa dos interesses dos cidadãos.

Liberalização financeira no Brasil

O Brasil se insere no movimento de liberalização financeira e comercial no início da década de 1990 num quadro de subordinação e de descompasso cambial, objetivando atrair recursos externos, tornando-se um dos últimos “mercados emergentes”^{xx} a ingressar na “ciranda financeira global”, à custa de altíssimas taxas de juros, em dólar.

A fomentação ao investimento especulativo e a reduzida transformação em investimentos com recursos produtivos influenciou o dinamismo comercial das exportações industriais que apresentaram redução na quantidade exportada com valores agregados e conteúdo tecnológico inferior aos dos início da década de 1970.

A esperada competitividade do país fica prejudicada pelo perfil de investimento externo, vulnerável às oscilações internacionais dos preços dos produtos. Os

movimentos atuais dos investimentos externos estão fundados em aplicações, do tipo ações e títulos, que entram no país em busca dos ganhos conquistados pelas oscilações da taxa de juros acima das praticadas em nível internacional, dos negócios financiados pelo dinheiro público e pelos incentivos fiscais e creditícios às montadoras automobilísticas, aos bancos e grandes empresas de agronegócios. As privatizações que foram, e continuam sendo, financiadas com os fundos de pensão das estatais e com a poupança forçada do trabalhador (FAT) que contraditoriamente causa desemprego e desnacionalização das empresas constituídas com patrimônio público.

Os relatórios internacionais anunciavam que os processos de privatização das empresas estatais sinalizavam um Estado enxuto e destinado as ações de interesse da área social com aumento dos recursos para esses gastos sociais.

O resultado foi o desmantelamento dos serviços públicos com incidência direta na condição do emprego e trabalho, na infra-estrutura básica e áreas fundamentais do setor produtivo atingindo diretamente a população, fazendo-se necessário o comprometimento de setores do Estado brasileiro para garantir o estabelecimento de objetivos nacionais – públicos - de longo prazo e que possam guiar os investimentos e as políticas, econômica e social.

Mudanças no mundo do trabalho.

As grandes transformações do “mundo do trabalho”,⁹ ocorridas na época atual trouxeram para a sociedade novas formas de relações campo do emprego e trabalho. Grandes inovações tecnológicas são exemplo de desenvolvimento e ao mesmo tempo de precarização das antigas formas de trabalho.

Para Ricardo Antunes (2003 p.57) “foi no contexto do *toyotismo* e as novas formas de acumulação de capital (...) que a era da acumulação flexível emergiu no ocidente”. Ou seja, o capitalismo sai de um processo *taylorista/fordista*, cuja produção era em série e baseada no estoque, para uma nova reestruturação no

mercado de trabalho, sustentada pela organização comunicacional: a era dos computadores.

Com essa nova dimensão de atuação do capital, a produção passa a ser planejada e flexibilizada, exigindo um trabalhador multifuncional. O operariado é obrigado a manter sua produtividade bem como a qualidade da sua produção. Novos atores são absorvidos no mercado de trabalho, como as mulheres que passam a freqüentar os barracões das empresas. Para o investidor a mulher passa a ser mais uma força de trabalho a ser explorada e num contexto mais ampliado ela já vem do trabalho multifuncional doméstico, portanto já preparada para o novo perfil do trabalho fabril

¹⁰. Esta nova categoria produtiva acaba por influir nas relações de capital *versus* trabalho de forma a explorá-la, como acentua ANTUNES (2007 p.57).

A expansão do trabalho *part time*, assim como as formas pelas quais o capital se utiliza da divisão sexual do trabalho e do crescimento dos trabalhadores imigrantes, cuja expressão são os dekasseguis executando trabalhos desqualificados e freqüentemente ilegais, constituem claros exemplos da enorme tendência à intensificação e exploração da força de trabalho no universo do toyotismo.

É neste “universo” que o trabalho, “condição fundante da vida em sociedade” ganha formas estranhas e se materializa na exploração e desigualdade, excluindo enormes concentrações de trabalhadores, que, para IAMAMOTTO (2007,p.36) “(...) acentua o papel do trabalho, enquanto componente distintivo do homem como um ser prático-social e, portanto, histórico: produtor e criador da vida em sociedade”. Sob o manto da ideologia que preconiza tantas transformações, o liberalismo, que segundo (TOURAINÉ (1999 p. 28), leva o homem a passar “de modelos nacionais integrados para uma situação internacional”. Essa situação acaba empurrando toda uma geração para a chamada globalização, “na qual as diferentes dimensões da vida econômica, social e cultural explodiram, separaram-se uma das outras” (TOURAINÉ, 1999 p.28).

A globalização passa ser uma ideologia dominante, que fragmenta a luta de classes, dilacerando conquistas alcançadas pelos trabalhadores, fragmentando o próprio trabalho. Segundo Marx enquanto o processo de trabalho é puramente individual,

¹⁰ Não é objeto desse trabalho discorrer sobre o papel da mulher no mercado de trabalho, embora considere de suma importância.

um único trabalhador exerce todas as funções que mais tarde se dissociam. (...) “é ele quem controla a si mesmo; quando as funções se dissociam ficará sob controle de outrem”. (MARX, 2003, p.577),

O homem necessita do trabalho para reproduzir-se enquanto ser humano, mas no modelo de produção capitalista ele se aliena frente às complexidades do processo produtivo. Este novo paradigma do trabalho vem acompanhado da doutrina neoliberal.

Após a derrocada do socialismo real no leste europeu, o neoliberalismo encontra espaço e regula a economia e a política das nações mundiais trazendo, como afirma Boaventura Sousa Santos (2005, 3ª ed. p.91), “a devastação ecológica e com ela a destruição da qualidade e mesmo da sustentabilidade da vida no planeta”. Traz à tona um novo modo de “regulação” da produção.

(...) A crise do regime fordista e das instituições sociais e políticas em que ele se traduziu assentou, em primeira linha, numa dupla crise de natureza econômico-política, na crise de rentabilidade do capital perante a relação produtividade-salários e a relação salários-diretos indiretos, e na crise da regulação nacional, que geria eficazmente até então essas relações, perante a internacionalização dos mercados e a transnacionalização da produção. (SANTOS, 2005, 3ªed. p. 248).

A crítica dessa nova ordem econômico-social é que as modernas tecnologias não foram capazes de acabar com as doenças e fizeram ressurgir algumas que já haviam quase desaparecido que agora retornam, como a tuberculose, dengue, etc, além de não terem acabado com a fome no planeta. Em outras palavras não conseguiu, por mais avançada e eficiente que fosse, combater a pobreza, a crescente desigualdade na população de um país e nas populações entre países. Como afirmava Rousseau, no século XVIII, “*é preciso ter ética na ciência, pois o que se constata é que esta está a serviço das grandes corporações, das grandes indústrias, enfim do grande capital e não da população mais vulnerável*”.

No Brasil as novas tecnologias do mundo do trabalho se deparam com altos índices de analfabetismo, trabalhadores sem qualificação, despreparados para as novas exigências da tecnologia e que acabam por constituir uma significativa reserva de mercado.

Essa realidade enfraquece a luta dos trabalhadores que vêem seus direitos arduamente conquistados serem questionados e substituídos por propostas que fragilizam as relações trabalhistas.

Mudanças e os impactos na sociedade

A sociedade contemporânea passa nas últimas décadas por mutações significativas com as mudanças do “mundo do trabalho”. A necessidade de diversificação de funções da classe operária, bem como a redução de postos de trabalho nas indústrias e um deslocamento do proletariado para os novos setores de serviços e comércio, é a nova imagem desse processo. Estes novos segmentos do “mundo do trabalho” não possuem ainda uma característica de luta e reivindicações por melhores salários e condições de trabalho, pois não possuem historicamente construída uma sindicalização independente e ao mesmo tempo se vê oprimida por um ‘exército de reserva’ pronto para assumir seu espaço.

Como consequência deste processo os salários são baixos, não garantindo condições aos trabalhadores de terem uma vida digna, a jornada de trabalho muitas vezes é estendida, inclusive para os finais de semana; prevalece o trabalho feminino, cuja expansão segundo ANTUNES (2003,p.108) “tem se verificado sobretudo no trabalho mais precarizado”, nos trabalhos manuais, “marcados por uma informalidade ainda mais acentuada em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas”.

Com esse cenário surge a necessidade de políticas públicas cuja realidade traz para a sociedade novas relações de convivência e apreensão da realidade: aumento do individualismo, perda ou a não conquista da cidadania, famílias expandidas e, ou reordenadas, fragilidade na construção da identidade pelas crianças e adolescentes.

A busca pelo preenchimento da própria história, a busca pelo subjetivo, gera uma não identificação e a não incorporação de ideais construídos nas relações familiares. Isso leva a incorporação de ideais ditados pela sociedade mais ampla e não construídos pela vivência das relações mais próximas.

Como afirma HELLER (2000, p.96) “ Nessa situação, a personalidade individual, o indivíduo, não pode se explicitar na escolha do ideal, pois o ideal é mercadoria, e o homem não é criador, mas consumidor de ideais”.

Um dos lados mais perversos dessas transformações é a violência. A prática da violência surge muitas vezes para garantir a sobrevivência. O homem precisa sobreviver e para sobreviver em uma sociedade capitalista precisa de dinheiro e as formas mais fáceis de obtê-lo são as ilegais. Essa forma cada vez mais absorve os indivíduos precocemente. Surgem poderes paralelos, gangues, facções que dão proteção e assistência à população ocupando o espaço do Estado. Como afirmou Ermínia Maricato da Agência Carta Maior:

Nas cidades, embora o caráter da mudança não tenha sido tão acentuado, sua profundidade foi devastadora. A diminuição do crescimento econômico a partir de 1980, o desemprego massivo e o recuo das políticas sociais conformaram um cenário de tragédia em que não faltaram a volta das epidemias, a emergência de uma violência até então desconhecida nas áreas urbanas, a explosão do crescimento de favelas, a multiplicação de “menores infratores” e crianças abandonadas, entre outras mazelas. O Estado não se tornou mínimo como prometia a receita neoliberal, ele simplesmente mudou. Como destaca R. Kurz, a ampliação do mercado corresponde à ampliação do Estado. Os cortes nas políticas de transporte, habitação e saneamento, por exemplo, que impactaram profundamente as cidades, foram acompanhados por transferência massiva de recursos públicos para a esfera financeira privada por meio do pagamento dos juros da dívida.¹¹

O que prevalece como ideologia é o direito do “mais forte” tanto por parte do Estado como da sociedade em geral. São alterações profundas que repercutem no cenário social, provocando mudanças profundas na sociedade. O avanço da globalização atingiu também a violência, impactada pela rede mundial de computadores e através das múltiplas esferas comunicacionais. O Estado é um agente e um espaço de dominação, na proliferação das elites nacionais que nesse sentido garante a reprodução dos “mais fortes”, reprime os “mais rebeldes” e delimita o seu “território de dominação”. (NOGUEIRA, 2005, p.18)

As mudanças no “mundo do trabalho” e o impacto na vida dos trabalhadores.

Todas as transformações na sociedade são impactantes e concomitantes com as mudanças no modo de produção capitalista que é marcada por reproduções e

¹¹

reestruturações políticas e ideológicas visando a manutenção da ordem dominante. A subjetividade do proletariado é cooptada pelo modelo de exploração, ato fundante do processo capitalista.

Segundo Antunes: (2003, p.47)

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o 'toyotismo' ou modelo japonês.

Neste processo de produção de mercadorias, o trabalho aliena o homem, fica "estranho" a ele, não amplia seu poder de compra, pois os salários não são suficientes.

Para Marx e Engels (2003, p.7)

A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista. Massas de operários, amontoadas na fábrica, são organizadas militarmente. Como soldados da indústria, estão sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais. Não são somente escravos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também diariamente, a cada hora, escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do dono da fábrica. E esse despotismo é tanto mais mesquinho, odioso e exasperador quanto maior é a fraqueza com que proclama ter no lucro seu objetivo exclusivo.

A atual ofensiva do capital reestruturado sob dominância financeira reverteu o longo período de realinhamento da relação capital/trabalho, relativamente favorável ao capital e golpeou o trabalho organizado, que, na defensiva, sofre mutações e perde parte de seu poder político, de representação.

Como afirma Martins (1997 p.74)

Estas alterações irão afetar o conjunto do mundo do trabalho: suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho. O trabalho não depende mais da habilidade do trabalhador. Esta está colocada na máquina ou nos programas.

A nova era da tecnologia da informação acelera o processo de desemprego estrutural, e de desemprego cíclico ampliando a mão de obra temporária que surge dentro das novas relações trabalhistas. Para Ricardo Antunes "há portanto uma fragilização da classe operária, trazendo enormes prejuízos aos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores"¹². Nas indústrias de hoje o que prevalece é o

¹²

ANTUNES, 2003 p.50

trabalho automatizado. No “chão de fábrica” essas mutações são sentidas pelos trabalhadores, o que antes era feito por ele em uma máquina, agora se vê um aglomerado, chamado de “células” de produção. Nestas “células”, as máquinas são dispostas para que um trabalhador cuide da produção de duas ou mais delas. O desemprego causado por esta nova forma de produção alcança enormes proporções na fragilização do trabalho com o fim de postos de trabalho, que deixam de existir por terem sido substituídos por máquinas.

Os trabalhos que menos necessitam do domínio técnico são assumidos por outras empresas e disponibilizados para o serviço. A essa nova forma de contrato de trabalho dá-se o nome de terceirização e absorvem a mão-de-obra não especializada. “Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual”,¹³ pois novas máquinas que são utilizadas na produção são computadorizadas exigindo maior aprendizado do operador, “de outro, e em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificados, presente no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado, etc”.¹⁴.

Nos países ricos este tipo de trabalho é realizado, muitas vezes, por imigrantes dos países pobres que entram no país sem visto de permanência e são obrigados a aceitar as condições oferecidas. É grande o número de brasileiros que se ausentam do país para conseguir “trabalho melhor remunerado” ou mesmo para encontrar trabalho deixando muitas vezes para traz seus próprios familiares.

As mudanças no mundo do trabalho e o impacto na organização da classe trabalhadora.

Diante da complexidade do “mundo do trabalho”, a sindicalização é um aspecto importante para a formação de uma “consciência de classe” na luta pela garantia de direitos no campo do trabalho.

¹³

ANTUNES, 2007, p.57

¹⁴

ANTUNES, 2007, p.62

O sindicalismo tem sua nascente na Inglaterra, berço da revolução industrial, com os “*trade unions*” durante o processo de industrialização, quando os trabalhadores foram aglomerados dentro de uma fábrica para produzir em larga escala, e se revoltaram com tanta exploração, destruindo as máquinas. Embora esse não fosse o caminho, tornou-se a primeira tentativa de organização da classe trabalhadora, segundo Antunes (1980, p.15).

Se a história das organizações sindicais inglesas teve momentos de derrotas e vitórias, é inegável que elas constituíram a primeira tentativa efetiva dos trabalhadores de organizarem-se na luta contra os capitalistas. Ao conseguirem abater a concorrência existente entre os operários unindo-os e tornando-os solidários em sua luta, ao se utilizarem das greves como principal arma contra os capitalistas, os operários conseguiram dar os primeiros passos na luta pela emancipação de toda classe operária.

Era um início de luta contra a exploração que surgia de maneira concomitante com o capitalismo, agora de maneira organizada, pois os trabalhadores se constituíram como classe operária. Robert Owen, um dos precursores das “*trade unions*”, empresário de fama, trocou os aplausos da burguesia pela aclamação dos operários.

Todos os movimentos sociais, todos os progressos reais registrados na Inglaterra no interesse da classe trabalhadora estão ligados ao nome de Owen.(...) Foi ele quem presidiu o Primeiro Congresso em que as trade-unions de toda Inglaterra se fundiram e numa única e grande organização sindical: Grande União Consolidada dos Trabalhadores, criada em 1834 e que se dedicou a sustentar as greves que eclodiram por toda parte na Inglaterra. (ANTUNES,1980 p.20).

O que ele não previu foi que essa luta não estava ganha, pois, com a complexidade do capitalismo muitas conquistas foram perdidas. Para Antunes as “*trade-unions*” foram o início do sindicalismo, mas não era o sindicalismo reacionário de que falava Lênin. O sindicalismo revolucionário cujo efeito é retratado por Antunes (1980, p.35): “Não atuar dentro dos sindicatos, a pretexto do seu caráter reacionário, apolítico, trade-unionista, é o melhor serviço que se pode prestar aos interesses dos capitalistas”

Portanto a luta sindical não conseguiu emancipar a classe trabalhadora, o avanço do capitalismo indiscriminadamente, rompe as fronteiras organizacionais da luta de classe, se infiltrando e se apoderando das conquistas do proletariado.

Como afirmam Marx e Engels no “Manifesto do Partido Comunista” (2003 p.52)

Ora, a indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número de proletários, mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis (...) o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre operário e o burguês tomam cada vez mais o caráter de choques entre duas classes. (...) Aqui e ali a luta se transforma em motim.

Diante da exploração é difícil não ressaltar a luta e a divisão de duas classes, a burguesia composta pelos patrões, os donos do capital e o proletariado que não possui outra coisa, senão vender sua força de trabalho. Essa crise, a crise do sindicalismo, atinge também os países pobres e em desenvolvimento porque a maioria das indústrias é estrangeira, multinacionais que atuam globalmente com a classe trabalhadora revertendo os lucros de suas filiais no exterior para a matriz. São as corporações multinacionais abrindo caminho, rompendo fronteiras, transformando e em muitos casos desintegrando a vida de milhões de pessoas em sua busca por mercados globais.

De acordo com Rifkin (1996 p.218).

A morte da força de trabalho global está sendo interiorizada por milhões de trabalhadores que experimentam sua própria morte individual diariamente, nas mãos de empregadores que visam exclusivamente ao lucro e de um governo desinteressado. São aqueles que esperam o “bilhete azul”, e então forçados a trabalhar meio período com salário reduzido, ou ser empurrados para filas do auxílio desemprego. A cada nova indignidade, sua confiança e sua auto-estima sofrem mais um golpe. Tornam-se descartáveis, depois irrelevantes e, finalmente, invisíveis no novo mundo high-tech do comércio global.

A situação presente do mercado de trabalho, com o trabalho informal, o desemprego, mostra a tendência de que a situação do trabalhador atinja altos índices de pobreza, crescendo assim, a miséria e a exclusão social, aumentando a expressão da questão social e suas manifestações.

A tecnologia avançada dos países financeiramente adiantados só não conseguiu, ainda, eliminar o trabalho, o que para alguns autores como RIFKIN e HABERMAS era uma lógica existencial do capitalismo. Segundo esses autores o trabalho seria suplantado, eliminado pelo processo “comunicacional”, “exterminando com o trabalho vivo”.

Para Antunes (...) “é bastante evidente a redução do trabalho vivo ^{xxi} e a ampliação do trabalho morto ^{xxii} (...) por outro lado, antes de acabar o trabalho, segundo RIFKIN (in: ANTUNES, 2003, p.119) “o capital deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobre-trabalho em tempo cada vez mais reduzido”, o que se sinaliza é o fim do trabalho vivo, pois é complicado “imaginar que eliminando trabalho vivo o capital possa continuar se reproduzindo”. (In: ANTUNES, 2003, p.120). Eliminando o trabalho vivo se elimina os trabalhadores que não irão consumir, e não existe capital sem consumidor.

Antunes (2003, p.136-137) citando Lukács afirma que o trabalho é parte integrante do ser social e é através dele que o homem se concretiza:

(...) Desse modo, a categoria ontologicamente central, presente no processo de trabalho, é anunciada: “através do trabalho, uma posição teleológica é realizada no interior do ser material, como nascimento de uma objetividade. A primeira consequência disso é que o trabalho torna-se protoforma de toda a práxis social (...) sua forma originária desde que o ser social se constitui. O simples fato de que o trabalho é a realização de uma posição teleológica (...) quer dizer, o homem possui em sua subjetividade o que ele vai transformar na natureza, o trabalho condição fundante do ser social.

Isso nos sugere acreditar que o trabalho sofre grandes transformações, mas não a ponto de exterminar-se. O que prevalece na contemporaneidade é a taxa crescente do trabalho informal em detrimento ao formal.

No Brasil o sindicalismo começou com o movimento anarquista que se inicia com as imigrações de populações dos países europeus que vieram para o país substituir a mão de obra escrava. As lutas sindicais no país tiveram verdadeira expressão com a fundação do partido Comunista em 1922. O sindicato construiu uma classe politizada de enfrentamento do capital que reivindica condições de trabalho e salário.

O golpe de 1964 coloca novos obstáculos no desenvolvimento do sindicalismo no Brasil Retornando na década de 1970, um novo modelo sindical livre, desatrelado das corporações capitalistas surge uma nova liderança no movimento, que vai marcar o papel dos sindicatos nas reivindicações trabalhistas e nos modelos de mobilização social, que é o atual do presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, na época suplente de dirigente sindical.

Era a volta da classe operária à cena política nacional, de onde, aliás, nunca saiu, mas que, especialmente após o desastre de 1968, teve sua atuação extremamente limitada e isolada, através de lutas esparsas dentro das fábricas, (...) como as 'operações tartaruga' (...). São claras as palavras de Luís Inácio da Silva, o Lula: "O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas". (ANTUNES 1980, P 82-83).

O trabalho na realidade brasileira - A história do trabalho no Brasil

O Brasil era o quintal das matérias-primas que eram utilizadas nos países europeus no final do século XIX, já após a Independência. Sua expressão em riqueza era a produção de cana de açúcar e posteriormente a de café, não se desenvolvendo uma produção industrial em larga escala até aquele momento.

As primeiras tentativas de industrialização foram frustrantes, pois o país não possuía características de nação industrial, como cita Foot e Leonardi (1982, p.24)

É o caso, por exemplo, das diferentes tentativas de exploração metalúrgica com fundição de ferro, ou ainda de fabricação de tecidos e de construção naval. De fato, o minério de ferro era há muito conhecido no Brasil onde, especialmente na zona aurífera mineira, era aproveitado em pequenas forjas de tipo catalão para a fabricação de ferramentas, picaretas, pás, enxadas, machados, facas, facões, panelas, ferraduras, etc., tudo isso em quantidades ínfimas. Aliás tais explorações siderúrgicas datam do século XVI, quando Afonso Sardinha pôs em funcionamento a primeira 'fábrica de ferro' do continente americano, nas proximidades da atual Sorocaba.

A produção brasileira se baseava no algodão, produção naval sem especialização, charques, gêneros alimentícios, fumo de corda, sem falar na produção artesanal que foram desenvolvidas nos engenhos na época da colonização.

Segundo Foot e Leonardi (1982, p.30)

Na primeira metade do século passado (XIX), além de um sistema de transportes deficiente e rudimentar, o desenvolvimento da técnica, que constitui um dos elementos impulsionadores da expansão industrial, era, no Brasil, dificultado pelo regime escravista herdado da colônia. Predominava, no campo, o latifúndio, e, nas pequenas cidades da época, um grau incipiente de urbanização. Entre as grandes limitações é preciso mencionar ainda a existência de um mercado 'interno' restrito e fragmentado que, a partir dessa época, foi integrado ao mercado mundial, e de uma escassez muito grande de capitais. Dentro de tão vasta extensão territorial, os grandes centros populosos espalhavam-se a grandes distancias uns dos outros. A população, no início do século XIX, era de pouco mais de três milhões de habitantes, dos quais um milhão de escravos. Numa sociedade desse tipo, os consumidores ativos eram poucos. Além disso, é preciso ressaltar que sem o surgimento de um mercado de trabalho, isto é, sem a existência de um grande número de trabalhadores livres e assalariados à disposição dos empresários, não era possível o pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

Com a abolição da escravidão e a chegada dos imigrantes dos países europeus surge o trabalho mais formalizado. Com acumulação originada da produção cafeeira emerge a burguesia paulista, pois a ‘produção se concentrava em São Paulo’, assim o investimento nos bancos disputavam com a produção toda àquela acumulação. Cria-se, assim, o “monopólio paulista”, segundo afirmação de Foot e Leonardi baseado em Lênin: (1982, p.73)

A partir dessas análises, feitas em 1916, Lênin concluía que o imperialismo deve ser caracterizado como um capitalismo de transição ou, mais exatamente, como um capitalismo agonizante. Para ele, os fenômenos analisados não são o indício de um novo crescimento geral ilimitado das forças produtivas da humanidade, muito pelo contrário. Se as forças produtivas tem aspectos quantitativos mensuráveis (aumento da produção, concentração industrial, desenvolvimento da dominação do capital financeiro), elas não reduzem jamais somente esses aspectos. A tecnologia, na era imperialista, prosseguiu seu desenvolvimento com uma rapidez incrível, porém esse processo foi acompanhado por um crescimento acelerado da produção de armamentos, por uma destruição sistemática dos recursos naturais, pelo desenvolvimento do ‘parasitismo social’ e da ‘putrefação’, características do reino dos monopólios. Por isso, as particularidades políticas do imperialismo são: a reação em todos os sentidos e o agravamento da opressão nacional. É dentro desse quadro geral de evolução do capitalismo no limiar do século XX, no momento de sua passagem para a fase monopolística, que devemos procurar as especificidades do processo de acumulação de capital no Brasil, isto é, as contradições e os limites impostos pelo imperialismo à acumulação de capital nacional.

A partir dos anos de 1930 no governo Vargas, com a criação do Ministério do Trabalho e em seguida a legislação trabalhista, que tinha vocação corporativista, ou seja, quem mantinha a classe trabalhadora eram as grandes oligarquias construídas com o cultivo do café e do açúcar. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que garantia ao trabalhador, férias, 13º salário etc, ao longo das décadas de 1950 e 1960, é acrescida de outras alternativas principalmente a previdência social, FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que completaram a organização trabalhista no Brasil. A CLT representava ao mesmo tempo, atraso e modernização de acordo com as diversidades de situações de trabalho no país, “um sistema ambíguo”, que reconhecia e regulamentava os direitos sociais do trabalho, mas “inibia as lutas sindicais”.

Para Nogueira (2005, p.53) *“O proceder político tem seus tempos e sua ética, sobretudo quando se traduz em poder e gestão. Nessa tradução, muitas vezes o que está articulado desfaz-se, e a política se mostra a pura ‘face demoníaca do*

poder' ou mero interesse auto-referenciado". Ou seja, a CLT determina e a Justiça do Trabalho processa, julga e delibera sobre os problemas individuais e coletivos do trabalho. O problema social ocorre, quando o trabalhador é demitido e não consegue outro emprego. Isto provoca a chamada "precarização e degradação do trabalho", produzindo, como consequência, outras formas de trabalho baseadas na "informalidade e na economia ilegal".

Segundo Antunes, as principais fases do sistema brasileiro de relações de trabalho seguem relacionadas e demonstram 'situações de avanços e retrocessos'.

✓ Antes de 1930

- Autonomia sindical e ausência de liberdade sindical.
- A questão operária e trabalhista eram casos de polícia.

✓ De 1930 –1945 ·

- Montagem gradual da legislação trabalhista e sindical corporativista.
- Institucionalização da estrutura sindical oficial.
- controle dos sindicatos pelo Estado.
- criação da CLT em 1943.

✓ De 1946 –1963 ·

- Período de redemocratização e persistência do corporativismo trabalhista.
- Dinamização, mobilização e participação crescente dos sindicatos oficiais na vida política nacional.
- Politização do sindicalismo.

✓ De 1964 –1977 ·

- Golpe militar e repressão aos sindicatos.
- Exclusão política dos trabalhadores.
- Fim da estabilidade e criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

✓ De 1978 –1988 ·

- Renascimento do movimento sindical e surgimento do novo sindicalismo.
- Explosão das greves.
- Criação das centrais sindicais.
- Experiência da negociação coletiva direta entre trabalho e capital.;
- Presença das comissões de fábrica.
- Sistema híbrido de relações de trabalho.

A situação trabalhista, embora se agravando paulatinamente, sofre uma alteração significativa na ditadura militar de 1964, como afirma Nogueira (2005, p.20-21) "*os sucessivos governos militares reproduziram os traços mais perversos da história nacional e criaram muitas outras mazelas*".

O trabalho formal no Brasil

As transformações em curso na sociedade, na contemporaneidade, vêm afetando drasticamente as relações trabalhistas, ou seja, as ‘relações formais do contrato de trabalho, regularizado, fiscalizado’ que trazia ao trabalhador garantias constituídas ao longo das últimas décadas praticamente desaparecem. As lutas por melhores condições de trabalho e salário ficaram fragilizadas por uma política que busca o envolvimento do trabalhador com a empresa, chamando-o de colaborador, transformando as relações humanas, em ‘cooperação, solidariedade’.

Esse quadro complexificado, de múltiplas tendências e direções, afetou agudamente o movimento sindical, originando a crise mais intensa em toda história, atingindo, especialmente na década de 1980, os países de capitalismo avançado, e posteriormente, dada a dimensão globalizada e mundializada dessas transformações, em fins daquela década e na viragem da década de 1990, também os países do Terceiro Mundo, particularmente aqueles dotados de uma industrialização significativa, como é o caso do Brasil, México, entre tantos outros. (ANTUNES, 2007: p.73).

No Brasil as novas tecnologias do mundo do trabalho se deparam com altos índices de analfabetismo, trabalhadores sem qualificação, despreparados para as novas exigências do mercado que acabam por constituir uma significativa reserva de mercado. Essa realidade enfraquece a luta dos trabalhadores que vêem seus direitos já conquistados serem questionados e substituídos por propostas que fragilizam das relações trabalhistas.

“O trabalho deve conter na sua essência, o que constituía sua premissa: garantia das condições necessárias para sobrevivência digna da pessoa humana e sua família”; garantir educação, saúde, alimentação, vestimenta, moradia, etc. Com carteira de trabalho devidamente assinada e seus direitos garantidos por lei, em condições favoráveis; apoio social, o homem é capaz de desenvolver sua cidadania.

O trabalho, para Antunes: (2003, p.168).

(..) é portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica. E, como tal, mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos carecimentos e necessidades sociais. Reconhecer o papel fundante do trabalho na gênese e no fazer-se social nos remete diretamente à dimensão decisiva dada pela esfera da vida cotidiana, como ponto de partida para a genericidade para-si dos homens.

Nas últimas décadas, o Brasil criou 13,2 milhões de empregos formais, aumento médio anual de 660 mil empregos. Mas, segundo Pochmann esse aumento não se deu na mesma proporção do crescimento das economias e populações das cidades, ao contrário, os municípios com até 400 mil habitantes, entre 1985 a 2005 cresceram 6,6% o nível de emprego formal (2,5 acima da média nacional), enquanto os municípios considerados grandes acima de 400 mil habitantes, estes cresceram 57,7% abaixo da média nacional e os micros até 50 mil habitantes cresceram 1,7 acima da média nacional que foi de 2,6%. Houve um decréscimo de 12% de 1985 (60%), de todo trabalho formal no Brasil para 48% em 2005. Os municípios pequenos e micros, absorveram 4,3 milhões de empregos formais (32,5%) do total das 13,2 milhões de vagas assalariadas com carteira assinada criada em todo país. (POCHMANN, 2007). Isso se deve “a desregulamentação e um aumento dos programas sociais, com a Constituição de 1988, bem como o remanejo de algumas indústrias para o interior”.

De 2000 a 2003, quando o emprego formal voltou a crescer no Brasil, após uma década de perda contínua de vagas, o trabalho gerado não significou melhora na massa de rendimentos. Ao contrário, de janeiro de 2000 a novembro de 2003, os ganhos dos brasileiros com carteira assinada tiveram queda de 25,6%, apesar do aumento de quase três milhões de novos postos formais no país. A conclusão faz parte de estudo elaborado pela Secretaria de Trabalho da Prefeitura de São Paulo, com base em informações do Ministério do Trabalho.

“O que houve foi uma permuta feita pelas empresas que demitiram os funcionários com mais tempo de trabalho na empresa, portanto com melhor salário, substituindo por outros ganhando menos, além de toda precarização do trabalho causada pelo neoliberalismo e a globalização”. (POCHMANN, 2004).

O que vem acontecendo é que esses trabalhadores demitidos muitas vezes não possuem a “formação” necessária para retornar ao mercado de trabalho com a implantação das regulamentações internacionais com as ISOs ¹⁵, alguns já passaram dos 40 anos e são descartáveis para a indústria, outros nem foram requalificados para a automação requerida pelo novo sistema de produção. Vale lembrar que no Brasil ainda se convive com trabalho escravo, trabalho infantil,

¹⁵

ISO - Normas de referência internacional para capacitação e indicação da qualidade de produtos e serviços

migração de camponeses para as cidades, trabalho precarizado, mão-de-obra desqualificada.

O sistema de produção no Brasil mescla o *fordismo* com o *toyotismo*, este último utilizado pelas empresas de ponta, de alto poder de acumulação e tecnologia avançada, exigindo cada vez mais, mão-de-obra especializada e trabalhadores flexíveis. No entanto a Constituição de 1988, alcunhada “constituição cidadã”, construída com a participação da sociedade civil, dos movimentos populares, do sindicalismo, garante direitos trabalhistas, e apesar das garantias legais essas mudanças desfizeram os pactos já estabelecidos na sociedade, no cotidiano do trabalhador e na organização das classes trabalhadoras.

O trabalho informal - outras formas de sobrevivência

Muitos trabalhadores da era do *fordismo* se encontram hoje desempregados, não tendo mais chance no mercado de trabalho, cada vez mais exigente e com um exército de reserva suficiente para sua acumulação. Aparato fundante do capitalismo “surge para a busca da sobrevivência, o chamado trabalho informal”, os conhecidos “trabalhador por conta própria” os “bicos” na fala do trabalhador.

Segundo Tavares: (2004, p. 44-45),

Quando o capitalismo partilhava a idéia de sua organização produtiva, regulada pelo livre mercado, se expandiria de forma equilibrada, homogênea e amplamente “integradora”, o “setor informal” era visto como sinônimo de atraso, que o desenvolvimento acabaria por eliminar. Mas quando a mesma economia de livre mercado se revela incapaz da integração prometida, o “setor informal” é reivindicado, não porque o seu desempenho contribua de algum modo para acumulação, mas como uma ação complementar à proteção social.

Esses trabalhadores estão à margem da proteção social proporcionada pelo emprego com “carteira assinada”, fator preponderante da cidadania no Brasil. Temos que diferenciá-los do autônomo que pratica atividade que garante salário e possibilidade de contribuição previdenciária, portanto com cobertura social. Esses trabalhadores são os desempregados que são obrigados a exercer uma profissão para o qual não foram preparados, sem garantia de salário, sem carteira assinada e conseqüentemente sem proteção social.

As cidades são o maior reflexo desse tipo de situação econômica, cabendo aos governos criar mecanismos para trazer esses espaços econômicos para a legalidade, são espaços excluídos que a sociedade exclui da visibilidade e o Estado ignora a sua presença e seus efeitos. A informalidade liga-se, como resultado, a forma flexibilizada do trabalho que propicia as piores condições de trabalho, e os menores salários, maiores exposições a riscos de morte, e que reforçam as ofertas de mão-de-obra pela falta de opção.

Outra forma precária de trabalho é a terceirização, um fator importante a ser destacado, pois as grandes empresas repassam serviços considerados “desqualificados” dentro de seus padrões de aferição de qualidade, ficando apenas com “aqueles profissionais” que mantém a produção e sua competitividade no mercado. As empresas “terceirizadas”, por sua vez, pagam pouco aos empregados “desqualificados” e muitas vezes não garantem os direitos trabalhistas a seus funcionários, isentando-se, em muitos casos, de responsabilidades sobre exposição de riscos no ambiente de trabalho.

A mídia exerce um papel incentivador, através de seus meios de comunicação, de que “as oportunidades existem mesmo fora das empresas, para a pessoa montar seu próprio negócio, acenando assim com a possibilidade de ser seu próprio patrão”¹⁶. Se empreender pode ser uma solução para alguns, para muitos, principalmente no mercado formal, é uma forma de baratear os custos trabalhistas, e criar, “incrementar o mercado informal”.

Para Tavares (2004, p. 47)

A realidade, porém, demonstra que o aumento da produtividade, que conduz a taxas de lucros decrescentes, impele o capital a uma maior exploração do trabalho. Nesse sentido, terceiriza parte das ocupações fabris, transferindo para os trabalhadores a execução e as responsabilidades inerentes ao processo produtivo, com o que sublinha ainda mais a oposição entre as classes.

Terceirizando parte da produção, através de empresas o gasto com mão-de-obra é menor do que se fosse assumido pela empresa. Transfere-se para os “funcionários terceirizados” a responsabilidade de garantir a produção, ganhando menos, desvinculados da empresa e até de sindicatos, cumprindo assim o papel de

¹⁶

SEBRAE, Criando e Motivando Empreendedores. www.sebrae.org.br

desarticular os movimentos sindicais que possam ameaçar as empresas. Muitos desses trabalhadores não possuem a carteira assinada e conseqüentemente não estão sob a proteção social brasileira.

O trabalhador tem garantido no artigo 3º. da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) a prestação de serviços não eventual e mediante salário.

No entanto, segundo Tavares (2004, p.72)

(...) o que se conhece como Justiça do Trabalho deveria se chamar Justiça do Trabalho Abstrato. Se a prioridade da Justiça do Trabalho fosse o trabalhador, mesmo nos marcos do capitalismo, o mínimo a lhe ser garantido seria a manutenção do contrato de trabalho com a respectiva proteção social. Entretanto, por mais que se ressaltem as relações horizontais fomentadas pelo cooperativismo, na prática, o que vemos são organizações fraudulentas cujo propósito é tão-somente explorar trabalho, sem custos sociais, e amparadas por uma legislação que cria essa possibilidade para o capital, num momento em que prevalece o caráter defensivo da classe trabalhadora e dos organismos que a representam.

Neste contexto, se inserem as cooperativas de trabalho, os trabalhadores coletivos, as pequenas empresas familiares, o “dono do próprio negócio” ou, como dizem os meios de comunicação, “o próprio patrão”, que “não bate mais cartão”.

“A organização voluntária do trabalho é realçada nas suas possibilidades de independência e liberdade, como se fosse possível criar um espaço econômico autônomo imune aos determinismos dos mercados” (TAVARES, 2004, p..137).

A atuação desvinculada do quadro formal da empresa leva, ou incentiva o envolvimento desses trabalhadores com a produção e reprodução do capital, uma vez que “é o próprio capital que estaria rendendo”.

Para Tavares (2004, p.137) “é fundamental fazer crer, aos futuros pequenos empresários que eles são potenciais capitalistas”.

As nomenclaturas dadas a essas pequenas empresas, cooperativas, pequenos negócios criam uma fantasia nos seus possuidores, condicionando as falhas ou falência do negócio ao despreparo desses empreendedores, por má gestão, falta de capital de giro, etc. Essa nova situação mercadológica faz surgir no mercado empresas de consultoria voltadas para esse segmento “possibilitando que o capitalista, mesmo não sendo proprietário dos meios de produção, apropriar-se do valor excedente criado pelo trabalho do pequeno empresário e de seus empregados”

Tavares,(2004,p.193). É o comprometimento da renda conquistada, mesmo que na informalidade, como fator que contribui para apartar na sociedade aqueles que “produzem” daqueles que vivem do que é produzido.

Seção II - O fator Renda

A renda, como direito associado ao indivíduo e não à condição econômica, depara com a questão estrutural do sistema capitalista, onde na sua estrutural desigualdade em termos de apropriação da riqueza socialmente construída não invoca uma compensação pela expropriação, que esse mesmo sistema de propriedades estabelece. Ou seja, “o homem pelo fato de ter nascido, seria um herdeiro natural e aproximava-se do conceito de cidadania entendendo que todos tinham direitos iguais à fonte primária de sustento humano”. (MARQUES, 1997 p.115)

Segundo Marques (1997), o primeiro registro de proposta de concessão de uma renda data de 1796 na Inglaterra. Um projeto apresentado por *Thomas Paine* previa que “parte e todas as rendas seriam, obrigatoriamente, cedidas por seus titulares para formar um fundo destinado a pagar uma renda uniforme a todo membro da sociedade. O cidadão que completasse 21 anos tinha direito a receber 15 libras esterlinas e o cidadão com 50 anos (no momento de aprovação da lei ou quando atingisse essa idade) receberia 10 libras esterlinas por ano, durante o resto de sua vida.¹⁷

Renda : incluir e/ou inserir.

A possibilidade e a capacidade para conquistar um meio de renda atinge diretamente a questão da sobrevivência dos indivíduos, influenciando seu cotidiano nas mais diversas formas.

Então, o que é ter Renda? Partindo da definição do fator renda e buscando entender essa relação exercida nos indivíduos que gera a possibilidade de pertencerem a uma sociedade, concebemos que a renda além da sua função essencial de sobrevivência atua como atividade meio que o indivíduo utiliza para a conquista da cidadania.

¹⁷ Van Parijs, 1992 e 1994 in: Marques, 1997, p 115

Analizando primeiramente o termo “renda” observa-se sua repercussão no pensamento coletivo como fator diretamente ligado ao sistema capaz de produzir as “condições para a vida”. Este conceito persiste no avanço e seduz, com as propostas ilusórias de pertencer a um “mercado de trabalho”. Mercado que se representa com as atividades provisórias, voláteis e desestruturante do pensamento crítico das condições de vida. Cria-se também, o “fetiche” pela posse individual dos bens e produtos que se constituem na mente do indivíduo que objetiva pertencer na vida em sociedade.

Segundo o dicionário *Michaellis*, dos vários significados da palavra, adotamos a seguinte definição de renda que mais se aproxima de nossa discussão. “Produto anual ou mensal de propriedades rurais ou urbanas, de bens móveis ou imóveis, de *benefícios*, capitais em giro, empregos, inscrições, pensões etc.; *produto*, *receita*, *rendimento*.”¹⁸ Estes substantivos definem e induzem à questão da produção, onde a renda é produto de atividade, conseguida pelo emprego, receita ou rendimento. Outro substantivo, também apresentado é o do *benefício* que indica benfeitoria, favor, graça, mercê, serviço gratuito.¹⁹

O estado latente de carência de capital de posse dos indivíduos, denuncia a necessidade de apropriar-se da renda pelo trabalho como garantia de sua sobrevivência e, na impossibilidade do exercício de um trabalho remunerado pela ausência de emprego ou desqualificação, resta a informalidade e/ou a conquista de uma renda mínima destinada pela redistribuição orquestrada pelos programas do Estado.

Render-se ao capital como forma de vida torna-se inevitável, porém as conquistas dos conceitos de cidadania não podem permanecer desconsideradas do processo.

Pressupondo a renda como produto conquistado pelo trabalho ou através da redistribuição, é importante adotar o conceito de renda, aqui empregado, como o de um lucro líquido, aquilo que efetivamente lhe sobra nas mãos, um valor adicionado

¹⁸

Dicionário Michaellis – edição eletrônica, 2009

¹⁹

.ibi_idem

recebido ou ‘gerado por empreendimento próprio, antes de juros e amortizações’, equivalente ao conceito de EBTIDA²⁰,

Estes conceitos perpassam em todos os seus níveis o sistema econômico e financeiro invocando todas as atividades realizadas pelo emprego de algum tipo de trabalho. Trabalho interpretado pela atividade com o exercício de força própria ou de atividades que demandem envolvimento que compensem pelo recebimento de valor monetário.

O fator renda como possibilidade para incluir as pessoas na sociedade.

Considerando que o fator renda possibilite a inclusão dos indivíduos na sociedade capitalista brasileira, passamos a questionar se esta inclusão implicaria no conceito de inserção social. Os termos - inserir e incluir - invocam a questão da exclusão, que se manifesta de diversas formas, não necessariamente delegada à condição de pobreza, mas no contexto atual como a ausência de renda.

Os indivíduos não sendo produtores, trabalhadores, consumidores – ou seja, com a ausência da renda - são colocados no processo de exclusão social. “A exclusão se dá efetivamente pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais” (CASTELL, 1995, p.22)

A discussão sobre a questão da inclusão fica condicionalmente determinada no campo do oposto à exclusão, colocando em risco a reflexão para a ação através das políticas sociais. Afasta-se, desta forma, a necessidade de se discutir sobre as dinâmicas sociais mais abrangentes que são as responsáveis pelos desequilíbrios e desigualdades atuais. As análises setorializadas renunciam a amplitude dos problemas, que demandam soluções para os desequilíbrios provocados pela degradação das relações sociais, dependentes dos fatores de produção, que se

²⁰

Lucro Líquido = “Receita de Recebimentos vendas” (-) “Gastos Compras” (-) “Gastos no Empreendimento”, , A sigla “EBTIDA” é um acrônimo das palavras inglesas Earnings Before Tax, Interest, Depreciation, and Amortization, que significa ganhos (valores recebidos) antes de impostos, juros, depreciações e amortizações, aquilo que lhe sobra do trabalho no conceito comercial que aplicado as questões de sobrevivência é aquilo que pode ser transformado em recursos materiais para a manutenção da vida.

estabelecem no trabalho condicionante aliado à situação da inexistência de um trabalho que possibilite gerar renda para sobrevivência.

A discussão governamental sobre a questão da renda, como fator incidente de inclusão social, passa pela pretensão de que, através dos programas de transferência de renda, a inclusão aconteça pelo benefício oferecido mensalmente e por tempo determinado. Enquanto o benefício estiver disponível e com o intuito de fazer as crianças ficar na escola ou a ela retornar existe a possibilidade de inclusão mediante a educação. Esta proposta sugere que as gerações que se formam neste conceito possam superar as condições de subalternidade. Porém na atualidade o fator renda é condição emergencial para se resgatar as famílias através da capacitação para formação da renda própria.

Pelo conceito da concessão do crédito, o indivíduo é o responsável pela sua pretensão particular, o microcrédito se apresenta como uma proposta para inseri-lo no contexto econômico e social a partir da não dependência direta dos repasses de recursos.

Deparamos, nesta comparação, com realidades muito distantes. Um grupo, com o indivíduo beneficiário dos programas de transferência de renda, que não necessariamente está preparado para assumir um papel social no mundo da utilização e consumo de bens e serviços. Estes fazem parte da camada que necessita de atendimento governamental para suprirem o mínimo para suas vidas. Em outro grupo, não menos dependente, são os indivíduos capacitados para a produção e o consumo, excluídos pela falta de trabalho e pelos processos de desemprego e desqualificação, porém sem as condições financeiras para exercer suas habilidades. A esses, são imputados o conceito de empreendedorismo.

“O empreendedorismo, por oportunidade, é aquele em que o empresário inicia uma atividade para melhorar sua condição de vida; já o por necessidade é aquele em que as pessoas empreendem para sobreviver”²¹

²¹

Artigo: *Cresce empreendedorismo por oportunidade no Brasil*, Marcelo Araújo Pesquisa GEM 2008 Pesquisa Global Entrepreneurship (empreendedorismo) Monitor, SEBRAE SP www.sebrae.com.br.

A inserção na vida social pelo meio do consumo atende primeiramente ao sistema capitalista, atribuindo como horizonte a ser alcançado o pertencimento à vida social. As experiências mais avançadas dos programas de redistribuição e transferência de renda proporcionam ao beneficiário a possibilidade de participação no mundo do consumo de bens e serviços. A inserção, destas pessoas, sem a habilidade e prática no mundo do consumo, prescinde um treinamento e educação nos modelos de vida social atendendo às expectativas do sistema capitalista para a formação de novos consumidores.

A partir desta formação, o horizonte a ser alcançado é o atributo do pertencimento, com o acesso a bens e serviços, sugerindo a esse indivíduo a sua inserção na vida em sociedade. Esta introdução ao sistema atende a aspiração capitalista para a formação de empreendedores, partindo de suas capacidades individuais.

É importante destacar que no conjunto de transformações da sociedade, a industrialização se estabeleceu como base do crescimento econômico e definiu o “mercado de trabalho” como proporcionador de renda para os habilitados e contemplados pelo emprego. Este mercado se estruturou rapidamente - e de modo desproporcional - formando um grande excedente de força de trabalho diretamente ligada pela intensa migração interna do campo para a cidade.

Causas da não renda.

O atual contexto da desigualdade social brasileira, pela má distribuição de renda, tem origens na herança das elites que sustentaram com desprezo e condicionamento a formação educacional da população, direcionando-a somente para o trabalho – braçal - como consumo imediato dessa força de trabalho, sem a preocupação com o propedêutico - que representa o retorno do investimento diretamente para o trabalho - e a renda futura com o ganho adicional do discernimento e capacidade de interpretação e aprendizado deste trabalhador ^{xxiii}

No contexto econômico a questão do trabalho, da formação da renda e capacitação para a renda induz que, a responsabilidade de “produzir” as condições para o trabalho e para a renda fica para o Estado brasileiro. Posteriormente, esses fatores

de produção – “educados”, condicionados, organizados e alienáveis - são destinados para o mercado.

O capitalismo brasileiro, atendendo e seguindo as tendências internacionais do sistema financeiro que se estabelece - e prevalece - no interesse das grandes movimentações financeiras, relega para a maioria da população os estornos financeiros com a responsabilidade da manutenção do funcionamento da economia para o criticado Estado. Pouco ou nenhum interesse existe na “produção” ^{xxiv} de indivíduos capacitados para o discernimento no mundo do consumo, gerindo seus recursos e conseqüentemente para a conquista da liberdade do pensamento político.

Conforme Antunes, (2005, p.71) citando Agnes Heller, não se verifica o “*momento de identidade entre o individuo e o gênero humano*”, mas o seu contrário, nas sociedades regidas pelo capital.

Mészáros (1981, p76) conduz-nos nos conceitos de alienação atribuindo que:

“ (...) o valor de uso (o produto do trabalho concreto) não serve para a satisfação das necessidades. Pelo contrário, sua essência consiste em satisfazer as necessidades do não possuidor. Ao trabalhador torna-se indiferente o tipo de valores de uso por ele produzido, não tendo com eles nenhuma relação. O que desenvolve para satisfazer suas necessidades é, ao contrario, expressão do trabalho abstrato: trabalha unicamente para manter-se, para satisfazer as meras necessidades “necessárias” ²² (...) e na concretude do capitalismo tem-se, portanto, que: (...) tudo é reificado e as relações ontológicas fundamentais são postas de cabeça para baixo. O individuo, confrontado com meros objetos (coisas, mercadorias), quando seu “corpo inorgânico” – “natureza trabalhada” e capacidade produtiva externalizada – foi dele alienado. Não tem consciência de um “ser pertencente a uma espécie” (...) em outras palavras, converte-se um ser cuja essência na coincide diretamente com a sua individualidade” ²³

“As transformações das condições de existência da classe operária que se segue ao final da Segunda Guerra altera a situação” - pela introdução de novos processos de trabalho organizados com base no principio taylorista. O aumento da importância do mercado na resolução das necessidades da família, a política de aumento real do salário e a socialização de parte dos gastos de reprodução da força de trabalho com

²² Agnes Heller, Teoria de las necesidades em Marx (Barcelona, Península, 1986) p.54 : In: ANTUNES, 2005

²³ István Mészáros, Marx: a teoria da alienação (Rio de Janeiro, Zahar, 1981) p.76 ; In ANTUNES, 2005, p.72.

o desenvolvimento dos sistemas de proteção social asseguram, segundo Aglietta²⁴, o “consumo de massa”.

Essa situação de relativo equilíbrio entre a produção e o consumo, se sustentava no crescente ritmo do aumento da “mais valia relativa”, de forma que estaria garantida a geração de demanda no setor produtor de bens “contudo, a partir da década de 1960, os trabalhadores começaram a questionar as condições de trabalho derivadas da organização fordista, dificultando o aumento da mais valia relativa^{xxv}, a crise se instala” (MARQUES, 1997, p.53)

No cenário urbano, a formação de um grande contingente de trabalhadores conduzidos para o setor informal da economia foi a consequência direta, onde grande parte dos indivíduos se vê excluído do crescimento econômico, sujeitos à baixa remuneração, à instabilidade e à margem do sistema de proteção social. A produção da renda para o indivíduo, quer trabalhador formalizado ou informal, fica condicionada ao Estado e ao empresário que direciona os estímulos às atividades da economia privada fixando como marco, até a década de 1980, de um país de investimentos e crescimento no produto interno bruto e diversificação industrial e forte concentração da população em áreas urbanas.

“O Brasil, cuja industrialização se desenvolveu influenciada pelo taylorismo e pelo fordismo desde os anos de 1930, presenciou também, ao longo dos anos 1980 e especialmente nos anos 1990, alterações significativas, inicialmente com Collor e depois com FHC e agora com o governo Lula, uma vez que, conforme procurei mostrar em ‘A desertificação neoliberal no Brasil’, há mais continuidade que descontinuidade entre estes distintos governos. (...) e as consequências em nosso país são tão intensas que estudiosos têm afirmado que parcela significativa do PIB brasileiro transferiu-se do setor produtivo estatal para o capital privado, especialmente o transnacional, em função do intenso processo de privatização ocorrido nos anos 1990.”²⁵ (YAZBEK, 2006, p.43)

Este cenário de ‘desenvolvimento’ também coloca no campo um grande contingente populacional vivendo nas condições de ‘economia de subsistência’ e nas cidades prevalecem as precárias atividades informais, instáveis e com remuneração baixa.

²⁴ Aglietta, 1979, p 75 in: MARQUES, 1997, p 52

²⁵ Artigo de Ricardo Antunes “As formas contemporâneas do trabalho e a desconstrução dos direitos sociais, apud YAZBEK, 2006, p43.

A partir dessa realidade do indivíduo, das suas necessidades, e pressionado para o atendimento da crescente massa de pessoas excluídas do processo, cria-se a condição preliminar para a formação de ‘consumidores’ pela concessão de valores pelo mínimo de renda. Esta prática de conceder valores monetários propicia o adestramento do indivíduo para a utilização dos recursos concedidos e com as contrapartidas disciplinadoras e controladoras, focadas nas áreas essenciais para sua sobrevivência, como a educação, a saúde e a geração de renda, estimulam a atividade do consumo.

A proposta imediatamente posterior neste “projeto de construção social” é a concessão de uma forma de crédito, seguindo o mesmo conceito inicial de “concessão de pequenos valores como disciplinadores e educadores do consumo consciente”.²⁶

É um processo de preparação para a inserção no mundo do consumo com a perspectiva de pertencimento na vida social - utilizando a ferramenta das microfinanças, o microcrédito orientado e produtivo - para formação de empreendedores, “micro-empreendedores capazes de ‘gerir e conduzir’ suas vidas econômica e socialmente”.^{xxvi}

O cenário, é o ideal para a utilização dos indivíduos apartados de um modelo de mercado de trabalho fortemente dependente do crescimento industrial, com oferta abundante de mão de obra com baixa qualificação técnica sujeita a empregos instáveis e de alta rotatividade e baixos salários.

A condição da inserção e inclusão social implica diretamente na situação de exclusão que, por sua vez demanda várias formas de exclusão, pela raça, credo, gênero, etc. A questão da inserção social invoca reflexões muito presentes nos discursos governamentais e através dos recursos da mídia.

Ao ser abordado o problema – a exclusão social - através da análise da relação exclusão/inclusão social, a preocupação central conduz-nos aos diferentes contextos

²⁶

– sociais, culturais, educacionais, no nível local, nacional ou internacional. Do campo das discussões sobre a exclusão social surgem duas concepções, uma de natureza histórica que é identificada na literatura como “sociologia do desvio, sociologia do indivíduo e dos grupos marginalizados”²⁷ desenvolvidas no século XIX por autores anglo-saxões, em que se destacam trabalhos da década de 1950 e 1960 nos Estados Unidos e no Reino Unido. Na outra concepção, “mais relacionada com a época atual, designada como ‘pós-fordismo’.”²⁸, a exclusão social ganha um novo significado como resultado das condições de desemprego de longo prazo, do desemprego dos jovens, do emprego precário e da flexibilização das relações do trabalho..

Serge Paugam denominou a isso de:

“desqualificação social, ou em outros termos, o descrédito daqueles que, à primeira vista, não participam plenamente da vida econômica e social, isso significa estudar o status que os definem, as identidades pessoais, ou seja, os sentimentos subjetivos acerca da própria situação que esses indivíduos experimentam no decorrer de suas diversas experiências sociais, e enfim, as relações sociais que mantêm entre si e com o outro.” (PAUGAM, 2003, p.47)

O que diferencia os dois conceitos sobre a exclusão social é que as discussões anteriormente eram voltadas para a própria análise das condutas dos indivíduos em situação de pobreza, onde a culpabilidade do pobre se apresenta como fator principal. O eixo de estudo das pesquisas no conceito pós-fordismo constitui-se na análise das condições de status das populações do andar de baixo da hierarquia social, isto é,

“o indivíduo não é pobre por ter pouco ou nenhum dinheiro; é desfavorecido de recursos ou de rendas porque, na ausência de saúde, de ocupação remunerada, de instrução, de relações, de capital negociável ou intransferível, ele não pode impor seus direitos sobre os demais, sobre o trabalho alheio”. PAUGAM, (2003 p47)²⁹

Já a discussão sobre a inserção social, por estar diretamente ligada ao conceito da exclusão, passa por interpretações que focalizam análises setoriais deslocadas dos processos mais abrangentes da sociedade atual. A questão da exclusão passa para o plano principal destituindo da discussão a inserção e a inclusão e

²⁷ Estas teorias contemplavam o desvio como sinal de diferença entre grupos diferenciando-os das normas de vida em sociedade, Stoer, Magalhães e Rodrigues, 2004, p 26

²⁸ Harvey, 1999,, Amin, 1994 apud: Stoer, Magalhães e Rodrigues, 2004, p 26.

²⁹ J. Labbens, apud : Paugam 2003, p 47

conseqüentemente “levando a sociedade a construir políticas que não consideram a relação entre a lógica econômica e a coesão social anteriores às situações de ruptura, representadas pela exclusão.”(YAZBEK, 2007,p13) ³⁰

“Falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste, nem de onde provém” ³¹
(YAZBEK,2007,p21)

O debate sobre a exclusão não conseguiu o objetivo de combate, mas de estabilização, sem a preocupação maior da redução das desigualdades sociais, “sua finalidade era de administrar e controlar as conseqüências do liberalismo”. (CASTELL, 1998, p 540).

Robert Castell faz referência às chamadas políticas de inserção e inclusão social no “contexto das lutas contra a exclusão”, analisando-as como “um tipo de focalização da ação social, que tomaram o lugar das políticas sociais mais gerais, mostrando o custo econômico, político e social de tal procedimento.” (YAZBEK, 2007, p.13)

No seu conceito mais amplo de participação, a inclusão define incisivamente estar participando da sociedade, estar dentro, pertencendo, agindo e interagindo nessa sociedade.

O Consumo e o vetor do pertencimento na sociedade – direção, sentido e intensidade.

Partindo da interpretação de que a renda é fator primordial para confirmação do individuo na sociedade, gerida pelo sistema econômico, estabelecemos que a renda estimula o consumo e o consumo se apresenta como um dos fatores de consolidação material da realização do individuo na sociedade, restando-nos questionar a situação desse pertencimento na sociedade.

³⁰

Yazbek, São Paulo, EDUC, 2007

³¹

As armadilhas da Exclusão, Robert Castell , apud: Yazbek, 2007, p21

A sociedade capitalista cria funções e as dispõe em classificações sociais que definem os acessos e a participação nos diferentes segmentos que se instituem. A questão da mobilidade entre esses segmentos sociais demanda o entendimento dos pensamentos de Marx sobre a condição da formação dessas classes sociais.

István Meszáros interpretando Marx, sobre essa constituição e formação das classes sociais defende que:

“sugere-se, com frequência, que a diferença entre ‘classe em si’ e ‘classe para si’ é que esta última denota um grupo politicamente organizado em uma situação de conflito, o que não ocorre com a primeira (em si). Se fosse realmente assim não haveria diferença entre a burguesia e o proletariado”. (...) “se não há diferença intrínseca entre classe dominante e subordinada, a ação da última só pode ser concebida como uma simples reversão dos termos de sua relação, sem conseqüências estruturais para o desenvolvimento da sociedade como um todo”.³²

A própria condição para existência de uma efetiva mobilidade social fica prejudicada em seu próprio processo formativo. A inexistência de capacitação do indivíduo para assumir um papel social que o habilite a reproduzir resultados sociais estruturantes, para colecionar conquistas voltadas ao coletivo, dissociado do movimento em si, isola-o e o neutraliza para uma ação de mobilização estrutural na sociedade.

Dois pontos são levantados desta questão que aspiram respostas. O primeiro se relaciona às formas de acesso aos bens. Essas formas são mobilizadas e acionadas pelas pessoas definindo necessidades. E o outro, se refere ao estigma da pobreza que através de alguns programas sociais se pretende inserir conceitos relacionados ao consumo com fator para o pertencimento e como instrumento para uma mobilidade social.

Partimos do pressuposto das condições de oferta do mercado de trabalho brasileiro que apresenta duas características importantes, a baixa remuneração e as dificuldades, ou seja, a exclusão de parte da população de atividades passíveis de conquista dos recursos materiais modernos.

³²

Istvan Meszáros, Filosofia, Ideologia e Ciência Social, 1999 p

Estas restrições dificultam o acesso e o consumo de bens para a população pobre. Estes bens, colocados ao conhecimento das pessoas, são considerados por muitos como “não essenciais” e estando disponibilizados pelos meios de comunicação que permeiam o cotidiano das pessoas, seduzem-nas para sua posse.

É interessante observar que, apesar da movimentação da economia se apresentar efervescente nos diversos patamares da população, nos anos recentes, surgem a diversidade das atividades e investimentos criativos para a superação de restrições impostas pela carência de recursos, definindo uma condição de consumo restrito, precário e intermitente, não se confirmando como condição suficiente para eliminação da pobreza.

O ponto principal é que o acesso aos bens de consumo, que invoca as aspirações de pertencimento, não é constante. Esses acessos se constituem como rotas informais e em muitas situações são ilegais, como envolvendo bens pirateados ou contrabandeados que chegam às pessoas com uma proposta para amenizar e minimizar a precária inserção ao mercado de trabalho em condições pouco favoráveis de remuneração.

Muitas questões se formam a partir desta afirmação. Uma delas aponta para necessárias redefinições de como pensar a pobreza em seu universo econômico, observando-se não somente o modo e formas de consumo pelas suas restrições, pois este consumo configura-se irregular, porém expressivo nas “condições de vida marcadas pela instabilidade, que como tal, pode abarcar tanto um consumo eventual quanto a dureza das situações de escassez”³³

Isso significa que o acesso a determinados bens, como eletrodomésticos, vestuários, celulares, não são atestados seguros como condição de superação da pobreza, já que para delimitar a dimensão deste consumo é necessário abordar a regularidade e as formas de viabilizar este acesso.

A partir da relação entre o consumo e condição de visibilidade dada à população pobre, outra questão se forma. A possibilidade de se formar e construir uma relação entre o consumo e pertencimento, através da renda produzida, arrecadada, doada ou contingenciada (por ações de programas sociais) que possa se apresentar como instrumento impulsionador dos pobres, elevando-os das condições presentes para melhores condições de vida, ou seja, de pertencerem a determinados grupos constituídos em busca da construção de identidades sociais em contraponto ao estigma da pobreza.

Diante da inserção precária ao mercado de trabalho, pela impotência de penetração nesse mercado de trabalho, ou pela ausência de uma representação política, a condição de consumidor surge associada a modelos do universo das classes, média e alta, acionadas pela pretensão da superação da condição de pobreza, mesmo para aqueles possuídos de uma consciência crítica de reconhecimento da sua situação real de vida.

O conhecimento e acesso à informação e por consequência da existência de determinados bens associados ao consumo podem ser percebidos pelas mensagens publicitárias que chegam pela televisão a mais de 90% dos lares brasileiros, concretizando a relação de identificação entre a população pobre e a possível idéia do pertencimento pelo consumo.

A renda e suas relações com os programas e as Políticas Sociais no Brasil. Os Programas de Redistribuição, Transferência de renda e o Microcrédito.

A renda quando transferida estimula as atividades de autoconstrução e o autoemprego. Estas consistem em não mercadoria, pois a casa é construída como não mercadoria e por isso pode ser construída, se fosse mercadoria enfrentaria o sistema construtivo capitalista estabelecido pelas grandes construtoras. O autoemprego se expressa pelo informal e representa uma parcela oculta da população ofuscada pela necessidade da sobrevivência e carente de recursos para investimento produtivo.

O crédito concedido em pequenos valores se apresenta como uma forma para se atuar no sistema financeiro adequando as pessoas, em menor escala, à realidade bancária. O microcrédito não ameaça o sistema bancário, a pequena participação não impacta o sistema, servindo até como referência política para promoção da imagem do empreendedorismo como salvação material dos cidadãos. Os valores e as formas de atingimento são fatores que estimulam pontos de fragmentação social de forma a permitir a promoção, apenas, das condições para sobrevivência sob uma estampa de formadores de indivíduos concorrencialmente capazes. O autoemprego arrefece os estímulos da população e provisoriamente resolve o problema da falta do emprego prometido e não cumprido pelo sistema capitalista.

“A pobreza como produto sugere a inexistência de condições para a formação social efetiva dos indivíduos que compõem uma sociedade e partindo de que todo pressuposto da ciência é algo real que se esconde atrás da aparência”³⁴, então é o mesmo que supor que por detrás dos programas de concessão de crédito há a promessa de uma realização. A questão está em como transformar um potencial produto do sistema capitalista ‘com produção continua, eficiente e em expansão’, em capital.

Os modelos que buscam a inserção pelo consumo, na sociedade capitalista, em especial no caso brasileiro, demandam recursos que são exercidos pelo indivíduo e projetados pelo Estado. O caminho pelas políticas sociais abrange diversas vias e, segundo alguns programas sociais, como o microcrédito - são dispositivos de inserção e ferramentas de empreendedorismo desenhados para o indivíduo, os quais permitem sua participação social.

Os governos têm buscado alternativas ao capitalismo financeiro organizando programas para “amenizar” a falta de emprego da mão de obra como fator de

34

OLIVEIRA, Francisco, 2004, Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil, p.84, - Conferência apresentada no seminário de pesquisa “Políticas Habitacionais, Produção de Moradia por Mutirão e Processos Autogestionários: Balanço Crítico de Experiências em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza”, realizado na FAU-USP em outubro de 2004. A organização do ciclo de debates coube à Usina - Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado, ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) e ao Núcleo de Apoio à Pesquisa, Produção e Linguagem do Ambiente Construído (NAP-PLAC).

sobrevivência, criando condições de transferência de renda e incentivo aos microempreendedores.

No Brasil, os atuais programas de transferência de renda percorreram o caminho da discussão da renda mínima para se firmarem nos atuais BPC, previdência pública, previdência rural, e o pacote do Bolsa Família que contempla vários programas gerenciados num cadastro único de atendimento as famílias. Através dos dados apresentados na tabela seguinte pretendemos demonstrar a conhecida concentração da pobreza nas diversas regiões brasileiras. Esta “disposição” é fator condicionante e primordial para o entendimento dos critérios para a destinação dos recursos para a redistribuição da renda.

Tabela : 1 Estimativa de famílias pobres e população total segundo grandes regiões – Brasil, 2004				
Números absolutos				
	Famílias pobres	População total	Famílias pobres (%)	População total (%)
Região Norte	1.083.681	14.064.278	9,76	7,85
Região Nordeste	5.499.039	49.865.327	49,53	27,84
Região Sudeste	2.995.750	76.333.625	26,98	42,62
Região Sul	927.034	26.315.184	8,35	14,69
Região Centro-Oeste	597.260	12.541.961	5,38	7,00
Total	11.102.764	179.120.375	100,00	100,00
Fonte: MI Social, DATASUS. 2007				

Um cadastro único. Um meio institucional de “demonstrar”³⁵ os pobres à sociedade. .^{xxvii}

O governo federal, através do MDS - Ministério do Desenvolvimento Social, pretende implementar propostas de prosseguimento ao Programa Bolsa Família com a concessão de microcrédito às famílias cadastradas ao sistema.

O programa de transferência de renda Bolsa Família é formado por um conjunto de programas sociais que congregam as diversas formas de conceder benefícios. Conciliando os dados do cadastro único com as informações gerenciais de cada programa o governo federal identifica e localiza as pessoas e as famílias pobres no Brasil.

Este cadastro único CadÚnico: concedeu aos governos a possibilidade de perceber o contingente de pobres que anteriormente estavam ocultos das pesquisas censitárias que pelas próprias metodologias “deixavam de identificar” quem eram, como viviam e principalmente como viviam e, se existiam.

No contexto das redefinições do capitalismo contemporâneo que inclui o avanço do capital financeiro e a flexibilização dos processos produtivos, surge o atual modelo de transferência de renda, adotado no Brasil, que não se aplica como política pública, mas no âmbito de programa social - como interesse social - submetendo-se à virtualidade do capital financeiro global. Essa tendência está claramente explicitada nos Objetivos do Milênio defendidos pela ONU definindo modelos e formas de comportamento para as nações.

Os programas e as políticas sociais de redistribuição e transferência de renda, consideradas compensatórias apresentam-se como resultado de um processo de formação da política nacional. Eles emergem no contexto de redefinições do capitalismo contemporâneo que incluem o avanço do capital financeiro e a

³⁵

Demonstrar no sentido de exhibir, descrever, indicar.

flexibilização dos processos produtivos. Uma herança política da aceitação pela imposição do poder constituído.

A partir da década de 1980 o contexto da política brasileira nos mostra um Estado formado por elementos com permanência e alternância no poder cujo exercício é realizado por imposição da força de um grupo, dessa mesma sociedade, que “escreve, aprova e conduz” as leis para serem cumpridas por todos.

A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma auto-alienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa auto-alienação, sabe que a alienação é seu próprio poder e nela possui a aparência de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana. Ela é, para fazer uso de uma expressão de Hegel, no interior da abjeção, a revolta contra essa abjeção, uma revolta que se vê impulsionada necessariamente pela contradição entre sua natureza humana e sua situação de vida, que é a negação franca e aberta, resoluta e ampla dessa mesma natureza. Dentro dessa antítese o proprietário privado é, portanto, o partido conservador, e o proletário, o partido destruidor. Daquele, parte a ação que visa a manter a antítese, desse a ação de seu aniquilamento (Marx y Engels, 2003).

O que se observa é resultante de um cenário de pouca, ou nenhuma, participação da maioria da população diretamente atingida pelos reflexos das decisões políticas. “Estas decisões apresentam desdobramentos, econômicos e sociais, e atingem diretamente a formação social do povo brasileiro”.³⁶

Os desdobramentos são incisivos e fincam marcas, em locais e nos indivíduos, o que permite conduzir uma análise sobre a forma da implantação das políticas e programas de transferência de renda em diversas localidades pelo Brasil.

As políticas e os poderes constituídos repercutem e representam, em todos os tempos, as formações oligárquicas que emergem de seletos grupos. Constitui-se o poder e direcionam-se políticas. Essa conduta de seleção grupal mantém grupos do

poder no poder e o mais intenso investimento na preservação da liderança através da força, condicionando a demanda de reação da sociedade, organizada ou não.

Neste contexto concebemos que as influências recebidas pelas lideranças políticas e econômicas brasileiras foram constituídas através de trajetórias muito particulares e emergiram de ambientes que favorecem as diversas interpretações e formas de pensar a sociedade brasileira. Essas interpretações têm base na formação do povo brasileiro que, na forma, de acordo com as circunstâncias em que são avaliadas, ou seja, a partir 'de qual ombro que se observa', a leitura poderá ser realizada equivocadamente, desprezando-se a altura que afasta esses ombros dos pés que pisam o chão.

As interpretações feitas com os pés distantes da realidade dos "pobres" são, em muitos casos, realizadas por autores que têm em suas origens o mesmo ambiente de convívio daqueles que comandam a sociedade. Esta relação de aproximação pactua interesses. E, quando idealizada e realizada a partir de sua zona de conforto, concedida pela ascensão social, essa leitura distancia-os da realidade vivida por milhares de pessoas e se confirma numa improvável defesa dos interesses dos grupos imersos na realidade cotidiana.

A ausência de uma análise concreta, mais próxima da realidade, gera interpretações confusas, distantes das condições de vida das pessoas e principalmente induzindo a formação de modelos equivocados sobre uma efetiva e necessária redistribuição das conquistas materiais representadas pela renda.

Constituiu-se na cultura industrial capitalista moderna uma representação do indivíduo como um ser mecânico, desenraizado e sem ligação com seu contexto histórico local, desconhecendo suas relações, as que o tornam humano. A representação desses indivíduos no modelo de atendimento é coletiva, ignorando-se tudo o que não esteja direta e imediatamente vinculada ao seu próprio interesse e bem estar.

Cria-se uma "visão particularista e fragmentada do ser humano que tem sido amplamente apontada não somente como uma das causas, mas como o principal

obstáculo para a superação da incapacidade política de reverter (...) a exclusão social”³⁷, em outras palavras sem “ter como pertencer” a algum grupo social.

No sentido do pertencimento social, Weber, teorizou sobre o fundamento da comunidade em “laços pessoais de reconhecimento mútuo” e no sentimento de “adesão a princípios e visões de mundo comuns”, que fazem com que as pessoas se sintam participantes de um espaço-tempo - origem e território - comum.³⁸ Na história, são muitas lideranças que emergiram do povo e se “esqueceram” de onde vieram. Enaltecer determinada ação política ou situação demandaria estudos específicos e constitutivos dos conceitos da área da psicologia e da antropologia.

No processo de análise das políticas compensatórias³⁹, na atualidade, a atuação do estado brasileiro sugere ter emprestado os antigos modelos com vínculos de atendimento social, modelos que há muito já foram exercidos pela formação religiosa. Um Estado denominado laico, definido por lei, que parece não estar disposto a manter o distanciamento entre o Estado e religião.

Esse Estado, sendo impelido pelo modelo neoliberal, de afastamento da participação direta, não competindo com o poder do mercado, parece ter assumido a função, anteriormente delegada às corporações religiosas e assistenciais, para ‘assegurar a sobrevivência das pessoas sob sua jurisdição’. Surgem as questões que cobram muitas respostas. Tais como os meios e as formas de realização do atendimento aos pobres, o formato da assistência, os modelos de promoção e da interpretação dada à desigualdade de renda com a finalidade da redistribuição e transferência desta renda. Como entender, principalmente, o que acontece com aquelas famílias, aquelas pessoas que deixam de receber o benefício de transferência de renda concedida pelo governo? Como fazem e como continuam suas vidas? Como criam esperanças e perspectivas para viver?

³⁷ Artigo *Pertencimento*, Lais Mourão, apresentado em Congresso na UnB Brasília, 2004, in www.redebrasileiradetransdisciplinaridade.net

³⁸ Weber, 2004, UnB Imprensa Oficial vol 1, p.261-265

³⁹ Compensatórias / condicionalidades (esta palavra aniquila os conceitos de equidade, universalidade de direitos – diferir de contrapartidas).

As pessoas ao se submeterem - se sujeitam - a programas governamentais como se a salvação para suas vidas fosse responsabilidade daquelas trocas, daquela submissão. “É necessário romper com as falsas evidências e preconceitos que nos dão a impressão de compreendermos as coisas, criando ilusões.”⁴⁰

Da transferência da renda surge a necessidade de regulamentar uma política pública. É uma situação em movimento, condicional e condicionante. Atende no primeiro momento a extrema necessidade, carecendo de continuidade e atrelamento constitucional aos demais programas para formação da renda própria. Pela Lei 10.836/2004⁴¹ a transferência de valores é uma *“política intersetorial voltada ao enfrentamento da pobreza, ao apoio público e à emancipação das famílias em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, requerendo, para sua efetividade, cooperação interfederativa e coordenação das ações dos entes públicos envolvidos em sua gestão e execução”*

Como política social o microcrédito se estabelece. É de interesse do sistema financeiro como contrapartida para a indução ao desenvolvimento. O microcrédito, no modelo brasileiro, tem em finalidade fomentar a construção de cadeias produtivas voltadas à produção de bens e salários, atendendo parcela significativa da demanda local, represada e identificada pelos programas de transferência de renda. É monitorado e regulamentado, no e pelo Sistema Financeiro Nacional⁴². É gerenciado pelo MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, tendendo para as políticas de emprego e renda.

Origem dos recursos dos programas de transferência de renda e do microcrédito

Nos programas de Transferência de Renda – os recursos são alocados no MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome, Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e são repassados aos municípios

40

QUIVY, Raymond. *Ruptura com o senso comum* (manual de investigação em Ciências Sociais Trajectos) , Lisboa Gradiva, 1998)

41

Lei federal que cria o Programa Bolsa Família, MDS – Programa Bolsa Família

www.mds.gov.br

42

http://www.mtb.gov.br/observatorio/Prod04_2005.pdf

diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Para o Microcrédito os recursos são canalizados pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), a partir da parcela (2%) dos depósitos à vista captados pelas instituições financeiras – bancos comerciais (privados ou públicos) - e dos recursos provenientes de retornos financeiros de empréstimos concedidos (juros).

Todo investimento na distribuição de renda, pela transferência, parte do pressuposto que há, na totalidade um pacto do pensamento nacional como proposta que vise a “luta por mais empregos, por melhor distribuição de renda, pela expansão da sociedade e da economia” . A proposta de transferir renda tende a se tornar uma política pública. Constituída em política pública se transformaria apenas em tutela total pelo Estado e estes esforços não proporcionarão a esperada “emancipação política dos indivíduos” caso essa transferência de renda, esteja dissociada de uma proposta efetiva para conjugar esforços com as áreas, da educação, saúde e discernimento social,

Destinação dos recursos dos programas de transferência de renda; Valor dos Repasses aos programas.

Pelas tabelas seguintes procuramos demonstrar os valores dos repasses aos beneficiários dos programas de transferência de renda. Nessas tabelas foram acrescentados os valores acumulados até 2003 com o intuito de perceber o impacto que a criação do Bolsa Família, como um programa que unifica quatro outros programas de transferência de renda, (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação Vale gás e Cartão Alimentação) , teve no montante de recursos destinados.

Analisando os valores como um todo se percebe um grande crescimento em 2004 ao comparar com 2003 e crescimentos menores a partir de então. Esta mesma tendência ocorreu para as “grandes regiões”, no entanto o crescimento de 2003 para 2004 foi mais expressivo para as regiões Nordeste e Sudeste e foi da ordem de

93%. Para as regiões Centro-Oeste e Sul, no mesmo período, o crescimento foi menos expressivo, alcançando os valores de 74% e 84%, respectivamente.

Considerando os programas anteriores, remanescentes, percebe-se que os recursos destinados às famílias diminuem, ao longo da série histórica analisada para os programas Bolsa Alimentação e Bolsa Escola. Já para o Auxílio Gás e Cartão Alimentação nota-se um aumento dos repasses de 2003 para 2004 e deste ano em diante seguiu-se uma trajetória de queda. Isto ocorreu para todas as regiões, à exceção da região Sul e Centro-Oeste cujos valores acumulados de repasse em 2006, para o Cartão Alimentação, foram superiores aos de 2003.

O Programa Bolsa Família, mesmo tendo sido criado em outubro de 2003, já começou respondendo por uma parcela considerável de recursos destinados a este tipo de programa. Em 2003, quando funcionou por apenas três meses, o programa respondeu por 17,7% dos recursos totais direcionados a esses programas.⁴³

Para as grandes regiões este valor variou de 13,1% a 19,5%, mas ainda assim mostrando valores expressivos. Nos anos seguintes o Bolsa Família, foi ocupando cada vez mais espaço e chegou, em 2006, a ser responsável por cerca de 94,2% dos recursos nacionais do governo federal direcionados diretamente às famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda.

Tabela 2 : Valor dos repasses dos programas de transferência de renda

Valor acumulado no ano dos repasses aos beneficiários dos programas de transferência de renda segundo Grandes Regiões e Brasil – 2003 a 2006.

Números absolutos (em reais)

Norte	2003	2004	2005	2006
Auxílio Gás	60.454.282,50	88.174.785,00	68.036.700,00	24.779.280,00
Bolsa Alimentação	25.728.360,00	4.451.595,00	1.282.320,00	383.655,00
Bolsa Escola	139.707.495,00	103.912.350,00	76.283.040,00	17.639.460,00
Bolsa Família	46.986.605,00	324.921.190,00	491.429.048,00	733.822.941,00
Cartão Alimentação	91.150,00	345.000,00	274.650,00	105.400,00
Total	272.967.892,50	521.804.920,00	637.305.758,00	776.730.736,00

⁴³

Seminário, População, Pobreza e Desigualdade, Belo Horizonte MG, 2007, http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/SemPopPob07_1019.pdf

Nordeste	2003	2004	2005	2006
Auxílio Gás	416.938.335,00	549.615.555,00	386.450.010,00	142.861.267,50
Bolsa Alimentação	173.735.025,00	31.928.640,00	4.241.985,00	1.101.240,00
Bolsa Escola	698.822.220,00	454.147.395,00	292.762.290,00	59.767.095,00
Bolsa Família	340.996.865,00	2.173.475.460,00	2.983.605.055,00	3.947.869.879,00
Cartão Alimentação	113.831.100,00	151.987.950,00	52.599.000,00	25.554.100,00
Total	1.744.323.545,00	3.361.155.000,00	3.719.658.340,00	4.177.153.581,50

Sudeste	2003	2004	2005	2006
Auxílio Gás	186.319.027,50	290.778.345,00	202.256.550,00	77.134.440,00
Bolsa Alimentação	52.796.550,00	11.548.860,00	1.510.905,00	275.085,00
Bolsa Escola	354.258.105,00	241.787.925,00	153.438.225,00	32.712.495,00
Bolsa Família	112.488.010,00	824.748.603,00	1.420.136.911,00	1.818.026.956,00
Cartão Alimentação	12.183.600,00	17.307.550,00	6.157.650,00	3.538.750,00
Total	718.045.292,50	1.386.171.283,00	1.783.500.241,00	1.931.687.726,00

Sul	2003	2004	2005	2006
Auxílio Gás	91.596.352,50	143.236.305,00	100.202.505,00	40.820.047,50
Bolsa Alimentação	26.807.445,00	5.873.220,00	869.235,00	281.445,00
Bolsa Escola	152.721.855,00	102.925.275,00	63.974.880,00	14.312.490,00
Bolsa Família	49.699.160,00	337.537.203,00	556.779.195,00	673.009.334,00
Cartão Alimentação	349.100,00	1.327.900,00	653.250,00	382.150,00
Total	321.173.912,50	590.899.903,00	722.479.065,00	728.805.466,50

Centro-Oeste	2003	2004	2005	2006
Auxílio Gás	41.269.455,00	69.442.845,00	49.969.380,00	17.790.810,00
Bolsa Alimentação	10.575.360,00	2.547.690,00	481.500,00	89.205,00
Bolsa Escola	78.634.665,00	59.058.885,00	40.301.775,00	7.540.965,00
Bolsa Família	19.783.405,00	131.102.582,00	239.716.832,00	351.932.212,00
Cartão Alimentação	6.350,00	62.900,00	21.600,00	60.750,00
Total	150.269.235,00	262.214.902,00	330.491.087,00	377.413.942,00

Brasil	2003	2004	2005	2006
Auxílio Gás	796.577.452,50	1.141.247.835,00	806.915.145,00	303.385.845,00
Bolsa Alimentação	289.642.740,00	56.350.005,00	8.385.945,00	2.130.630,00
Bolsa Escola	1.424.144.340,00	961.831.830,00	626.760.210,00	131.972.505,00
Bolsa Família	569.954.045,00	3.791.785.038,00	5.691.667.041,00	7.524.661.322,00
Cartão Alimentação	126.461.300,00	171.031.300,00	59.706.150,00	29.641.150,00
Total	3.206.779.877,50	6.122.246.008,00	7.193.434.491,00	7.991.791.452,00

Fonte: MI Social.

Nota: Os valores para 2003 foram fornecidos pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do MDS.

xxviii

Tabela 3: Valor dos repasses dos programas

Valor acumulado no ano dos repasses aos beneficiários dos programas de transferência de renda segundo Grandes Regiões e Brasil – 2003 a 2006.

PORCENTAGENS

Norte	2003	2004	2005	2006
Auxílio Gás	22,15	16,9	10,68	3,19
Bolsa Alimentação	9,43	0,85	0,20	0,05
Bolsa Escola	51,18	19,91	11,97	2,27
Bolsa Família	17,21	62,27	77,11	94,48
Cartão Alimentação	0,03	0,07	0,04	0,01
Total	100	100	100	100

Nordeste	2003	2004	2005	2006
Auxílio Gás	23,9	16,35	10,39	3,42
Bolsa Alimentação	9,96	0,95	0,11	0,03
Bolsa Escola	40,06	13,51	7,87	1,43
Bolsa Família	19,55	64,66	80,21	94,51
Cartão Alimentação	6,53	4,52	1,41	0,61
Total	100	100	100	100

Sudeste	2003	2004	2005	2006
Auxílio Gás	25,95	20,98	11,34	3,99
Bolsa Alimentação	7,35	0,83	0,08	0,01
Bolsa Escola	49,34	17,44	8,6	1,69
Bolsa Família	15,67	59,5	79,63	94,12
Cartão Alimentação	1,7	1,25	0,35	0,18
Total	100	100	100	100

Sul	2003	2004	2005	2006
Auxílio Gás	28,52	24,24	13,87	5,60
Bolsa Alimentação	8,35	0,99	0,12	0,04
Bolsa Escola	47,55	17,42	8,85	1,96
Bolsa Família	15,47	57,12	77,07	92,34
Cartão Alimentação	0,11	0,22	0,09	0,05
Total	100	100	100	100

Centro-Oeste	2003	2004	2005	2006
Auxílio Gás	27,46	26,48	15,12	4,71
Bolsa Alimentação	7,04	0,97	0,15	0,02
Bolsa Escola	52,33	22,52	12,19	2,00
Bolsa Família	13,17	50	72,53	93,25
Cartão Alimentação	0	0,02	0,01	0,02
Total	100	100	100	100

Brasil	2003	2004	2005	2006
Auxílio Gás	24,84	18,64	11,22	3,8
Bolsa Alimentação	9,03	0,92	0,12	0,03
Bolsa Escola	44,41	15,71	8,71	1,65
Bolsa Família	17,77	61,93	79,12	94,15
Cartão Alimentação	3,94	2,79	0,83	0,37
Total	100	100	100	100

Fonte: MI Social.

Nota: Os valores para 2003 foram coletados na Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do MDS. www.mds.gov.br

2.2 - Origem do Microcrédito

Das primeiras manifestações que possuem registro e podem se comparar a um modelo de microcrédito data de 1846, no sul da Alemanha. Após um rigoroso inverno, que deixou os fazendeiros locais endividados e na dependência de agiotas, o pastor *Raiffeisen* criou uma associação denominada “Associação do Pão”. Ele consignou-lhes a farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem conseguir capital de giro. Com o passar do tempo, a associação cresceu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre.

Em 1900, um jornalista da assembléia legislativa de Quebec, Canadá, com ajuda de 12 amigos criou as '*Caisses Populaires*' que reuniu o montante inicial de 26 dólares canadenses para emprestar aos mais pobres. Atualmente estão associados às *Caisses Populares* cinco milhões de pessoas, em 1.329 agências. Em 1953, nos Estados Unidos, Walter Krump, presidente de uma metalúrgica de Chicago, criou os “Fundos de Ajuda” nos departamentos das fábricas, onde cada operário participante depositava mensalmente US\$ 1,00, destinados a atender aos associados necessitados. Posteriormente, os Fundos de Ajuda foram consolidados e transformados no que foi denominado Liga de Crédito. Após esta iniciativa, outras se sucederam, existindo atualmente a Federação das Ligas de Crédito, operadas nacionalmente e em outros países.

Muitas outras experiências de concessão de crédito ocorreram pelo mundo, mas o marco que se desenvolveu difundindo a idéia utilizando como modelo para popularizar o microcrédito foi a experiência iniciada em 1976 na Aldeia de Jobra em Bangladesh pelo professor *Muhammad Yunus*.

Nas aldeias próximas à universidade onde Yunus lecionava, a população era refém dos agiotas, pagando juros extorsivos e, mesmo assim, pagando corretamente. O fato que chamou a atenção do professor Yunus foi a regularidade dos pagamentos garantindo a adimplência para futuros empréstimos. Ele começou a emprestar a essas pessoas, pequenas quantias com recursos pessoais, que depois ampliou

contraindo empréstimos para financiar essas operações. A ação prosperou e deu origem, em 1978, ao *Grameen Bank* que atualmente empresta um total de 2,4 bilhões de dólares em microcréditos para cerca de 2,3 milhões de empreendedores de pequeno porte, ampliando as oportunidades de realização de negócios. Os princípios filosóficos da atuação e as estratégias para garantir o retorno dos valores emprestados foram aprimorados na prática durante anos de atuação do *Grameen Bank*.

Entre 1974 e 1976 antecedendo a criação do *Grameen Bank*, Yunus iniciou um projeto agrícola experimental denominado de “partida tripartida”. Logo percebeu a utopia dessa proposta pela concentração de terras não estar nas mãos dos produtores. Volta-se para os mais pobres e com seu próprio dinheiro e a ajuda de seus alunos, o professor Yunus iniciou um trabalho de concessão de empréstimos a uma parcela daquela população pobre, concedendo US\$ 27,00 por grupo de pessoas. (Yunus, 2000, p.56)

A difusão do microcrédito

A partir dos índices que denunciavam a elevação da pobreza no mundo, numa perspectiva de políticas integradas, em fevereiro de 1997 aconteceu em Washington uma reunião de cúpula que recebeu o nome de *Microcredit Summit*, da qual participaram Chefes de Estado e de Governos, agências doadoras, entidades comerciais e financeiras, líderes de entidades microfinanceiras e comunitárias e representantes da ONU.

Enaltecendo, como uma contribuição à sociedade, a ONU, reconheceu como resultado aqueles obtidos pelos programas de microcrédito, sugerindo ações para “tirar as pessoas da pobreza, ao redor do mundo”, além de estabelecer como um fator contributivo no processo de desenvolvimento humano. A partir das propostas apresentadas, a ONU - definiu para o ano de 2005 o Ano Internacional do Microcrédito. A iniciativa buscou acolher as propostas e experiências mundiais de fomentação do crédito em pequenos valores para estimular a capacidade geradora

de renda das pessoas. Foi aprovada a Resolução n.º 028/1998⁴⁴, quando convidaram os governos e agentes envolvidos na proposta para erradicação da pobreza para discutir e implementar políticas de ampliação do microcrédito. No documento anexo a esta resolução, a ONU indica:

“a necessidade de dar capacidades às pessoas, dotando-as de acesso a fatores de produção, inclusive ao crédito”, bem como ressalta “a vocação que os mais pobres também possuem para o empreendedorismo, a qual deve ser encorajada com empréstimos de pequena escala” e pela introdução dos mesmos no setor de pequenas empresas.⁴⁵

É interessante observar que organismos internacionais tenham percebido a “situação de vida” de inúmeras pessoas e passam a “discutir” os crescentes números da pobreza no mundo, avaliando a penetração do número de pobres no sistema e o impacto que podem causar ao desenvolvimento econômico mundial.

“A pobreza acentuada e as altas polarizações sociais configuram um cenário que prejudica seriamente as possibilidades de crescimento econômico sustentado e, ao mesmo tempo, afeta gravemente a governabilidade democrática nos países em desenvolvimento. (KLIKBERG, 1998, p.18)”.

Obviamente que a preocupação inicial destina-se à governabilidade política mundial, levando os representantes dos países a refletir sobre a necessidade em apresentar soluções para o agravamento da questão da concentração de renda mundial, situação que afeta diretamente as bases de funcionamento da economia mundial e compromete a “estrutura democrática” dos países pela possibilidade de aumento da violência decorrente das ausências que geram a pobreza.

“Chamando a atenção mundial para a gravidade do problema da desigualdade, o administrador do PNUD, Gustave Speth, assinalou, na Cúpula Mundial de Copenhague, que, enfrentá-lo nas próximas décadas é algo crucial e inadiável. Do mesmo modo, o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, declarou que “a distribuição dos benefícios do crescimento representa um dos maiores desafios para a estabilidade do mundo. (...) As injustiças sociais podem destruir os avanços econômicos e políticos”, (...) e reafirmou que “devemos aprender mais sobre o porquê e o como da distribuição da renda”. (KLIKBERG, 1998, p.17)

Esta discussão, resultante da percepção dos dirigentes mundiais, converge para a seguinte interpretação: “há a necessidade do envolvimento das pessoas na questão do desenvolvimento esperando compromissos desta população com a implantação

44

Resolução 028/1998, United Nations, 1998:a

45

United Nations 1998:b - anexo

destas políticas”.⁴⁶ Daí surgem os questionamentos do tipo: Como enfrentar a inquietante situação social? A pobreza é uma situação inevitável, uma espécie de condição definida pela natureza? A pobreza é uma questão individual, característica da falência de certas pessoas?⁴⁷

Estas questões aparecem ausentes de respostas imediatas e, quando associadas aos levantamentos econômicos que identificam delimitações de pobreza em diversas regiões, no mundo, em paralelo com a abundância e disponibilidade de recursos naturais, minerais, agropecuárias e fontes de energia e matérias primas estratégicas, como os presentes na América do Sul, na Ásia e na África.

O documento base apresentado à Cúpula Mundial de Copenhague indica que:

“Os pobres, *em geral*, não são os responsáveis por sua situação. Muitos deles são pessoas esforçadas, que conseguiriam superar essa condição se contassem com um mínimo de apoio ou se as condições gerais do país fossem melhoradas”⁴⁸

Concebendo a importância – e principalmente a necessidade - em reunir esforços entre governos para apresentar propostas consistentes para a solução da pobreza no mundo, o Banco Mundial, o BID e a ONU avaliaram as experiências que possuem mecanismos participativos da população, destacando ações de concessão de crédito popular, como exemplo o microcrédito do *Grameen Bank*. Neste modelo 75% das ações são de propriedade de quem recebe os créditos.

O que se convencionou chamar de “microcrédito” foi estabelecido a partir das experiências do professor de economia em Bangladesh, *Muhammad Yunus*, que na década de 1970 experimentou colocar em funcionamento, naquele país, um banco privado que realizava operações de empréstimos de baixo valor aos pobres, o *Grameen Bank*.

A concepção de um modelo de “concessão de crédito de pequenos montantes, aos mais pobres, sem acesso ao sistema financeiro formal”. (YUNUS, 2000, p.23).

⁴⁶ Robert Solow. “The labor market as a social institution”. The Royer Lectures. California, University of Berkeley, 1989. In: KLIKSBURG, B. 1998, p 18.

⁴⁷ Kliksberg, 1998, p 19

⁴⁸ BID, CEPAL, PNUD. Informe de la Comisión Latinoamericana y del Caribe sobre el Desarrollo Social, 1995. In: Kliksberg, 1998, p19.

Existem várias definições para microcrédito, mas no conceito do próprio criador do termo, YUNUS, estabelece que:

“o microcrédito consiste na concessão de empréstimos de pequeno valor aos mais pobres, sem exigências de garantias reais. Não há vinculação entre a concessão do empréstimo e sua utilização, ainda que, na sua forma mais comum, o crédito seja concedido para financiar uma atividade produtiva do tomador do empréstimo, com vistas à geração ou ao aumento da sua renda”. (YUNUS, 2000, p33).

Barone e Passos (2002, p.44) dão ênfase à idéia de que “o microcrédito se define pela ausência de garantias reais e pela destinação do empréstimo à geração de auto-emprego” e Constanzi (2002, p.19) chama a atenção para o fato de o microcrédito ser um “mecanismo sustentável de combate à pobreza e à exclusão social”.

Na maioria dos casos, o acesso ao crédito está condicionado às melhorias sociais. Alguns modelos de “gestão comunitária de crédito”^{xxix} têm estimulado também a participação e a criação de fóruns de discussão sobre a temática principal, a redução dos níveis de pobreza.

O modelo de concessão de crédito popular, microcrédito, difundido pelo mundo pelo *Grameen Bank* segue uma orientação de forma que a comunidade possa “prosperar e possibilitar o crescimento focando no potencial feminino para alavancar a economia local”. O empréstimo é conquistado pela garantia de compromisso dada pelo acompanhamento de um grupo solidário de “financiadas”, em número de cinco. Na eventualidade de uma delas não cumprir com o compromisso, o valor não é renovado para as demais de forma que todas se empenhem em fazer prosperar as demais, como condição de contrapartida para que também possam receber a parcela seguinte.

Além disso, quando obtido coletivamente, o êxito não é apenas econômico,

“...(....) mas também social, pois ao conseguir pagar o seu próprio financiamento, mostra às demais do grupo que ela é capaz, que pode ‘honrar’ um compromisso. Este sentimento é indispensável ao processo, porque quando uma pessoa se encontra em condição de empobrecimento sua auto estima é solapada” (Yunus, 2000. p.57).

A focalização nas mulheres, para receber o crédito e formar o “grupo solidário de financiadas”, averiguado, resultou da constatação de que “por intermédio delas os benefícios do crédito se irradiam com mais eficácia para toda família”^{xxx}.

O microcrédito foi se transformando numa ferramenta utilizada como instrumento para os programas de superação da pobreza no mundo, considerando as experiências bem-sucedidas, e atendendo as disposições para estimular a concorrência entre as pessoas, condição básica do atual sistema econômico financeiro. Segundo *Yunus*, “estas experiências foram responsáveis pela destruição de vários mitos que cercam os pobres e a condição de pobreza”⁴⁹.

Os mitos sobre o crédito popular, microcrédito, e a sua eficácia como política pública.

No pensamento coletivo popular existem questões que sugerem a submissão de grupos à marginalização e a conceitos estereotipados. Na cultura popular deparamos com paródias e afirmações cotidianas que sugerem a relação da pobreza com a condição de *subalternidade*⁵⁰. Os pobres são submetidos e subalternizados pelas condições em que vivem.

Ivete Simionatto afirma que Gramsci ao definir os processos de marginalização social no ordenamento capitalista, a sociedade confirma a exclusão a qual proporciona a geração de um quadro ilusório de ascensão social pela acumulação interna do capital.

O projeto de sociedade resultante dessa nova ordem econômica ampliava as relações de exploração e subordinação das classes em presença. O capitalismo nascente emergia marcado, sem dúvida, por um forte processo de exclusão. As camadas de classe subalternizadas passam a ser excluídas de qualquer forma de cidadania. A acumulação interna do capital fortalecia-se e engendrava relações sociais capitalistas, dinamizando a economia sob a égide do capital industrial, criando um grande quadro ilusório de ascensão social. Posto em marcha por vias sinuosas, o crescimento econômico aprofundou as contradições já existentes, desencadeou novos conflitos sociais, e marginalizou a participação popular. (SIMIONATTO, I.⁵¹)

⁴⁹

Yunus, 2001, p56

⁵⁰

Conceito de subalternidade expresso pela Profa. Carmelita Yazbek em: Pobreza e exclusão Social: Expressões da questão social no Brasil, 2001

⁵¹

Artigo: O social e o político no pensamento de Gramsci, Ivete Simionatto, In: Gramsci : A Vitalidade de um Pensamento, Alberto Aggio, Editora da UNESP, 1998, p 40.

Alguns mitos que permeiam a cultura da pobreza são rebatidos por experiências pelo Grameen Bank. O mito de que “os empobrecidos não conseguem repagar empréstimos” foi rebatido pela realidade de que “Populações de baixa renda poupam, e podem tomar dinheiro emprestado e repagar”. O mito; “Os subsídios são necessários para serviços direcionados às populações de baixa renda” foi rebatido por “pode-se cobrar por um serviço e cobrir seus custos”. O mito de que “não se deveria buscar lucro de serviços para populações de baixa renda” fica comprovado por “consegue-se gerar lucro de um serviço oferecido para populações de baixa renda”. (YUNUS,2000, P270)

A condição de pobreza e a manutenção dos pobres foram maculados com diferentes tipos e diversas formas míticas, ao longo da história, que estigmatizaram sua situação na condição comum de convivência diária, de simples aceitação e sem grandes buscas para soluções. Estes mitos permeiam o consciente coletivo da população, de forma a se expressar como verdades dogmáticas sem abrir possibilidade política para os questionamentos.

Muitas destas são expressões contidas principalmente no ambiente popular que denunciam a “destinação” dos pobres às camadas mais inferiores da sociedade.

Na cultura popular brasileira são comuns expressões do tipo: *Quem nasceu para vintém, nunca chega a ser tostão. Quem nasceu para pobre, não chega a rico. Eu sou pobre, pobre, pobre marré, marré marré..... Quem parte e reparte e não fica com a melhor parte, ou é tolo, ou não tem arte., Quem pobreza tem, dos parentes é desdém.*⁵²

Estes modelos expressos no cotidiano assumiram a condição de apartação dos grupos, definindo a composição da sociedade brasileira e a imposição de conceitos que as distanciam das possibilidades de cidadania e o seu efetivo empoderamento através da renda.

O Professor José de Souza Martins afirma que:

“ a vida cotidiana se instaura quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob seu domínio. A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de aplicá-las, ainda que por meios místicos ou religiosos, quando o resultado do que se faz não é necessariamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito. O vivido torna-se vivido sem sentido, alienado. Ou melhor, seu sentido se restringe às conexões visíveis dos diferentes momentos do que se faz” (MARTINS, 2000, p.84)

O debate atual não é mais para a adoção do conceito de uma renda mínima de sobrevivência, mas o da aplicação dos recursos para a “produção de renda”. Um fluxo de renda periódico que resolva as necessidades mais prementes, como a alimentação e vestuário, com a consecutiva, imediata e integrada condição de estoque de recursos particulares que permita o investimento numa atividade geradora de renda.

O surgimento do Microcrédito no Brasil

A partir da década de 1950, inúmeros países em desenvolvimento passaram a desenhar instrumentos para atender as pessoas na periferia do sistema financeiro. A maior parte das experiências se concentrou na área rural e ficaram conhecidas pelos seus “pesados subsídios, taxas de juros reais muitas vezes negativas, enormes taxas de inadimplência e alocação ineficiente de recursos” (Von Pischke, Adams et al., 1983).⁵³

As experiências brasileiras sobre o “crédito rural são até hoje estudos de casos sobre estas iniciativas” (Helfand, 2001)⁵⁴ Contudo, nas últimas décadas o mundo começou a acompanhar o surgimento e desenvolvimento de novos instrumentos especificamente desenhados para atender as demandas tradicionais dos excluídos do sistema financeiro tradicional. Essas iniciativas institucionalizam-se por meio das

53 In: Revista de Administração Pública, Rev. Adm. Pública vol.41 no.1, Rio de Janeiro Jan./Feb. 2007 Análise de impactos socioeconômicos do microcrédito: dificuldades metodológicas e analíticas, Carlos A. Santos Doutor em economia pela Universidade Livre de Berlim, gerente da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros do Sebrae Nacional.

54 site:www.bcb.gov.br (HELFAND, S. M. ; REZENDE, G. C. . Região e Espaço no Desenvolvimento Agrícola Brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 2003).

Instituições de Microfinanças (IMF), “que se caracterizam por oferecer produtos como crédito, poupança, e seguro de maneira sustentável para micro e pequenos empreendedores do setor urbano e rural”. (Ledgerwood, 1999)⁵⁵. No sentido contrário às demais experiências no século XX, os programas mais recentes ganharam repercussão internacional por seu sucesso na focalização de recursos para as camadas mais pobres da população, demonstrando a possibilidade da sustentabilidade financeira deste tipo de operação e a baixíssima taxa de inadimplência. “Inicialmente localizadas na Ásia, estas iniciativas têm sido replicadas e adaptadas em outras regiões do planeta por conta de seu aparente sucesso” (Coleman, 1999)⁵⁶.

No caso brasileiro, alguns autores justificam a demora na implantação das IMF's por fatores estruturais. A tardia estabilização macroeconômica em relação a outros países latino-americanos fato que teria inibido o desenvolvimento de um mercado de crédito⁵⁷, após a estabilização macroeconômica em 1994 o rápido desenvolvimento de um sistema de crédito para consumo que teria permitido, ainda que precariamente, o acesso de alguns micro e pequenos empreendedores às fontes alternativas de crédito (liquidez). Outro fator corresponderia à existência de algumas linhas públicas de crédito subsidiado como o PROGER e o PRONAF,^{xxx} que concorreriam com as IMF's nos espaços urbanos e rurais.

O avançado estágio de desenvolvimento e a sofisticação do sistema financeiro brasileiro teriam repercutido como efeito contrário de estímulo às microfinanças, que contrapondo-se a diversos países latino-americanos, que tiveram o seu sistema financeiro virtualmente destruído pelo processo hiperinflacionário na década de 1980⁵⁸, o sistema financeiro brasileiro conseguiu manter sua credibilidade, o que,

55 LEDGERWOOD, J. Microfinance Handbook, An Institutional and Financial Perspective, Washington DC, World Bank, 1999 In: Avaliação Comparativa das atividades de Microcrédito – Brasil e Bolívia, MATOS, Franco de, PROLAM/USP, 2002.

56 Coleman, B. E. . The Impact of Group Lending in Northeast Thailand, Journal Development Economics, v 60 p105, In: Dissertação de mestrado: Microcrédito na Região Metropolitana do Recife: Experiência Empreendedora do CEAPE. Jaime Albuquerque Silveira Filho UFP, 2005

57 Apesar de o Brasil ter sido o pioneiro na América Latina na experiência através do Projeto UNO em 1973 que deu início às redes CEAPES.

58 A Bolívia consegue sua estabilização financeira em 1985, o Chile em 1990, e a Argentina em 1991.

conseqüentemente, não abriu um vácuo institucional para a efetiva implantação das microfinanças.

As experiências foram acontecendo de formas isoladas em determinadas regiões pelo país. A primeira experiência moderna de microcrédito no Brasil ocorreu em 1973, nas cidades de Recife e Salvador, através do programa União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO). A UNO tinha como público alvo o setor informal urbano da economia, atuando com crédito e capacitação de pequenos empreendedores. Um dos desafios da UNO era provar, a viabilidade de conceder empréstimos (microcrédito) para as pessoas que desenvolvessem alguma atividade por “conta própria”. Seria concedido ao trabalhador autônomo, um tipo de crédito diferenciado das linhas formais existentes. As exigências e as burocracias do programa UNO eram formuladas de acordo com o perfil e características dos pequenos empreendimentos, majoritariamente informais.

Com a liberação dos pequenos empréstimos nas unidades produtivas, ou seja, “nos pequenos negócios”, uma equipe de técnicos e consultores, do programa UNO, acompanhava o processo de utilização dos recursos financeiros, orientando, o “pequeno empreendedor”, na melhor forma de aplicação do crédito. Os técnicos da UNO, em seus acompanhamentos, não adotavam a postura de fiscalização, agiam como facilitadores do conhecimento de “gestão empresarial”, que proporcionava um impacto positivo nas atividades empreendedoras possibilitando ao trabalhador, necessitado dos recursos, que atuava por conta própria, honrar com os seus compromissos financeiros e ainda desenvolver a sua atividade produtiva. Como resultante, também, a promoção e melhoraria da qualidade de vida daqueles trabalhadores autônomos.

O programa UNO era uma associação civil, sem fins lucrativos, que contava com a colaboração da Acción International ^{xxxii}, conhecida como AITEC, e com a participação de entidades empresariais; dos Bancos Estaduais de Pernambuco e da Bahia.

O sistema brasileiro de microcrédito.

No Brasil o microcrédito é regulamentado por um conjunto de legislações inerentes ao sistema financeiro, sendo fiscalizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Denomina-se Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, com a finalidade de conceder crédito “para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.”⁵⁹

Os recursos do PNMPO são repassados do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e de parcela (2%) dos recursos dos depósitos à vista⁶⁰ realizados pelos bancos comerciais junto ao Banco Central.

A operacionalização financeira do PNMPO com os recursos do FAT é realizada pelas instituições oficiais, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES e a gestão dos depósitos à vista dos bancos comerciais fica a cargo da Caixa Econômica Federal.

O Ministério de Trabalho e Emprego – MtbE - habilita as instituições a atuarem no sistema de microcrédito nacional, segundo seus estatutos e objetivos sociais. São as cooperativas de crédito, as agências de fomento regulamentadas pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001; as sociedades de crédito ao microempreendedor - SCM, (Lei no 10.194, de 14 de fevereiro de 2001) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, (Lei no 9.790, de 23 de março de 1999),

Segundo os dados do MtbE (2009) estão habilitadas 292 instituições de microcrédito produtivo orientado, entre Agências de Fomento, Cooperativas de Crédito,

⁵⁹

<http://www.mte.gov.br/pnmpo/pnmpo>

⁶⁰

Art. 1º da Lei no 10.735, de 11 de setembro de 2003

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM, conforme observamos a distribuição em todo território nacional pelas tabelas seguintes.

Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado

Brasil	
Agências de Fomento	7
Cooperativas de Crédito	131
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP	133
Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM	21
	292

Fonte: MTbE 2009

Das 292 instituições autorizadas para a concessão de crédito no Brasil, a região sudeste, a mais populosa, concentra 23,3% destas entidades, totalizando 68 instituições.

Tabela 4: Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado - Sudeste

Brasil e Estados da região **Sudeste**

Brasil		SP	RJ	MG	ES
Agências de Fomento	7	-	-	-	-
Cooperativas de Crédito	131	3	0-	10	4
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP	133	17	8	13	3
Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM	21	4	-	5	1
	292	24	8	28	8
		8,2%	2,7%	9,6%	2,7% *

Fonte: MTbE 2009

* percentual em relação ao número de instituições no Brasil (292)

Quando comparamos os Estados da federação percebe-se a diferença entre o estabelecimento de uma cultura de cooperativismo e crédito mútuo, principalmente nos estados do sul do país que concentram 132 instituições representando 45,2% do total. A região sul destaca-se pelas primeiras experiências institucionalizadas, em

1987, de grupos solidários, com aval solidário, fundando o CEAPE/RS – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos, instituído sob a forma de organização não governamental.

Tabela 5 : Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado - Sul

Brasil e Estados da região **Sul**

	Brasil	PR	SC	RS	
Agências de Fomento	7	-	1	1	
Cooperativas de Crédito	131	20	22	45	
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP	133	7	23	9	
Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM	21	1	3	-	
	292	28	49	55	
		9,6%	16,8%	18,8%	*

Fonte: MTbE 2009

* percentual em relação ao número de instituições no Brasil (292)

Na região centro-oeste somente as cooperativas de crédito e as OSCIP têm representação. A característica da região menos populosa do Brasil, e com a maior renda per capita do país por conta da concentração de renda do Distrito Federal, é concentração de cooperativas de crédito voltadas a concessão de crédito ao micro produtor rural. São 17 instituições representando 5,8% em relação ao número de instituições no país.

Tabela 6 : Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado – Centro-oeste

Brasil e Estados da região **centro-oeste**

	Brasil	MT	MS	GO	DF	
Agências de Fomento	7	1	-	-	-	
Cooperativas de Crédito	131	-	-	5	-	
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP	133	-	2	3	6	
Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM	21	-	-	-	-	
	292	1	2	8	6	
		0,3%	0,7%	2,7%	2,1%	*

Fonte: MTbE 2009

* percentual em relação ao número de instituições no Brasil (292)

A região norte que concentra a pior distribuição de renda do país, contraditoriamente detém os menores investimentos produtivos para micro empreendedores. São apenas 14 instituições em sua maioria focadas nas OSCIP, representando 4,8% do total nacional para uma população estimada em 15.023.331 habitantes (IBGE,2005).

Tabela 7 : Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado - Norte

Brasil e Estados da região **Norte**

	Brasil	AP	AC	AM	RO	RR	PA	TO
Agências de Fomento	7	1	-	-	-	-	-	1
Cooperativas de Crédito	131	-	-	-	-	-	2	-
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP	133	-	1	1	2	-	5	-
Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM	21	-	-	-	-	-	1	-
	292	1	1	1	2	0	8	1
		0,3%	0,3%	0,3%	0,7%	0,0%	2,7%	0,3% *

Fonte: MTbE 2009

* percentual em relação ao número de instituições no Brasil (292)

A região nordeste conta com 53 instituições, sendo que 19 são cooperativas de crédito concentrando, somente no estado da Bahia, 11 dessas cooperativas. No final da década de 1970 surge uma organização, o Programa UNO, com os primeiros recursos de doações internacionais. A organização de característica não governamental atuava no fomento ao crédito especializada em microcrédito e capacitação para trabalhadores de baixa renda do setor informal, cujas operações eram lastreadas por uma espécie de “aval moral”. Teve a iniciativa de produzir as primeiras pesquisas sobre o perfil do microempresário informal e o impacto do crédito fornecido, cujos resultados fomentaram a criação de cooperativas, associação de artesãos e grupos de compra. Surge, também, a primeira experiência com utilização de metodologia de grupos solidários por gênero com a implantação do Banco da Mulher em 1989, na Bahia, com o apoio do Fundo das Nações Unidas.

Tabela 8 : Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado - NordesteBrasil e Estados da região **Nordeste**

	Brasil	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Agências de Fomento	7	-	-	-	1	-	-	1	-	1
Cooperativas de Crédito	131	-	-	4	-	-	2	2	-	11
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP	133	1	1	4	4	2	9	3	2	3
Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM	21	-	-	-	-	1	-	-	-	1
	292	1	1	8	5	3	11	6	2	16
		0,3%	0,3%	2,7%	1,7%	1,0%	3,8%	2,1%	0,7%	5,5% *

Fonte: MTbE 2009

* percentual em relação ao número de instituições no Brasil (292)

A região nordeste responde com 18,2% das instituições habilitadas em território nacional. A concentração de cooperativas de crédito e OSCIP na região nordeste estão concentradas nos estados da Bahia (30,2%), Pernambuco (20,8%) e Ceará (15,1%).

2.3 - O Banco do Povo Paulista

O Banco do Povo Paulista foi instituído por lei nº. 9.533, de 30 de abril de 1997 que estabelece a criação do Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo. O ato promulgado pelo Governador Mario Covas regulamentara o decreto lei complementar nº 18 decretado pelo então governador Roberto Costa de Abreu Sodré.

Esse decreto-lei editado em 17 de abril de 1970 teve por objetivo “organizar o sistema de crédito do Estado de São Paulo” definindo a competência de seus órgãos e cujos objetivos da política de crédito foi de “estímulo e a promoção do desenvolvimento econômico e social”. Em seus 16 artigos estabeleceu as normas e regras de funcionamento do sistema financeiro no âmbito do Estado de São Paulo.

“As instituições financeiras integradas no sistema de crédito do Estado operarão sob a forma empresarial, obedecendo às normas competentes, baixadas pelo conselho Monetário Nacional, e às seguintes diretrizes” (art. 6º)

A regulamentação das instituições financeiras estaduais que atuavam no sistema financeiro – Banco do Estado de São Paulo S.A. BANESPA e a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, apenas para a Caixa Econômica no artigo 10º inciso III estabeleceu-se algo mais próximo da concessão de crédito para estímulo produtivo. “conceder crédito pessoal para a aquisição de instrumentos de trabalho e de bens duráveis de consumo”.

Somente em 1997 pela lei nº. 9533 o governo do Estado regulamentou esse inciso III criando o Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular “visando criar alternativas de crédito popular para geração de emprego e renda”. A Nossa Caixa - Nosso Banco S.A. – versão atualizada da Caixa Econômica do Estado de São Paulo - se estabeleceu competente como “agente financeiro do Fundo e como mandatário do Estado na contratação e cobrança dos financiamentos.”

O Fundo foi constituído com os seguintes recursos: dotações ou créditos específicos, consignados nos orçamentos do Estado e dos Municípios participantes; operações financeiras feitas com instituições, nacionais, estrangeiras ou

internacionais; aplicações realizadas pelo Programa BNDES Trabalhador; doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais; juros e outros rendimentos eventuais; e amortizações de empréstimos concedidos.

No seu artigo 3º a lei estabeleceu que os recursos do Fundo fossem destinados a: prestação de assistência financeira aos projetos de capacitação profissionais e ao treinamento técnico - gerencial dos empreendedores;

“concessão de empréstimos a microempreendedores urbanos e rurais, inclusive aos do setor informal, tendo em vista elevar a produtividade dos empreendimentos apoiados, através de incentivo ao investimento fixo associado à capacidade técnica - gerencial do empreendedor, de forma a minimizar o risco do negócio, possibilitar o seu crescimento e estimular a formalização das Micro e Pequenas Empresas”; a “concessão de empréstimos a Cooperativas ou formas associativas de produção ou de trabalho; a concessão de empréstimos a micro e pequenas empresas; a prestação de assistência financeira a projetos de modernização e reorganização de micro e pequenas empresas”.

Estabeleceu, também, a criação do Comitê de Crédito, integrado por um representante da Prefeitura Municipal, por um representante da Nossa Caixa - Nosso Banco, por um representante da Comissão Municipal de Emprego, e por um representante da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho. Em 3 de julho de 1998 um novo decreto estadual nº 43.283 regulamenta a Lei nº 9.533, de 30 de abril de 1997 que instituiu o Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo vinculando a origem dos recursos com as previstas no âmbito do programa federal e ampliando a abrangência da aplicação dos recursos de crédito.

O PNMPO, Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, estabeleceu a atuação das Instituições Financeiras operadoras através da Lei nº. 10.735 de 1º de setembro de 2003 com o objetivo de viabilizar a inclusão bancária de milhares de correntistas de baixa renda.

“Este processo de “bancarização dos pobres” criou o acesso a vários serviços microfinanceiros e a pequenos valores de crédito para consumo popular – modalidade esta que, por vezes, também é chamada de microcrédito” ⁶¹

61

Artigo apresentado no VI Seminário Banco Central sobre Microfinanças, Principais apoiadores das Microfinanças, terceira mesa expositora, Autor: Almir da Costa Pereira – O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado PNMPO - Descrição, Resultados e Perspectivas. Porto Alegre, RS – Junho, 2007, disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas> (acessado em junho 2009)

Resultados operacionais

O desempenho do Banco do Povo Paulista, acumulado de 1998 - ano do início de suas atividades no Estado de São Paulo - até agosto de 2009 - foi de 189.711 operações realizadas e de R\$ 577 milhões emprestados, representando um valor médio - por empréstimo - de R\$ 3.043,00. A taxa de inadimplência, considerando as operações com atraso superior a 60 dias, ficou em 1,25%.⁶²

Os resultados BP na região administrativa de Sorocaba.

Os resultados operacionais da unidade do Banco do Povo da RA de Sorocaba representaram em 2009 um aumento de 5,78% em relação ao período de 2008. Foram analisados os dados referentes aos doze meses dos anos 2008 e 2009.

Em relação às demais Regiões Administrativas do Estado o número de operações realizadas na unidade do Banco do Povo de Sorocaba alcançaram a 13ª posição. O total de operações em todo Estado de São Paulo em 2009 foi de 10.642, um aumento de 15,81% em relação a 2008.

Tabela 9 - Número de operações de microcrédito por RA.

	1º Sem/2008	1º Sem/2009	%Crescimento
Barretos	425	564	32,71%
São José do Rio Preto	872	1.138	30,50%
RM São Paulo	596	760	27,52%
São José dos Campos	506	640	26,48%
Campinas	1.245	1.512	21,45%
Bauru	473	568	20,08%
Central	478	574	20,08%
Presidente Prudente	591	705	19,29%
Araçatuba	538	588	9,29%
RM Baixada Santista	322	348	8,07%
Ribeirão Preto	490	521	6,33%
Sorocaba	952	1.007	5,78%
Marília	911	961	5,49%
Franca	663	640	-3,47%
Registro	127	116	-8,66%
Total	9.189	10.642	15,81%

*RA Região Administrativa

*RM Região Metropolitana

O volume de recursos movimentados nas operações, estabeleceu para a RA de Sorocaba, formada por 79 municípios, a 12º posição no Estado totalizando R\$ 3.685 milhões em 2009 representando um aumento de 6,53% em relação à igual período de 2008 conforme demonstrado na tabela seguinte.

Tabela 10 - Recursos emprestados de microcrédito por RA

R\$ emprestados por RA*

* Região Administrativa	1º Sem/2008 (R\$)	1º Sem/2009 (R\$)	% Crescimento
São José dos Campos	1.439.340,89	2.056.693,57	42,89%
RM* São Paulo	1.858.828,70	2.505.657,03	34,80%
Barretos	1.676.368,10	2.227.065,77	32,85%
São José do Rio Preto	3.458.204,92	4.364.966,92	26,22%
Presidente Prudente	2.171.619,28	2.736.935,40	26,03%
Bauru	1.726.760,70	2.095.645,57	21,36%
Campinas	4.589.547,63	5.502.408,73	19,89%
Araçatuba	1.830.754,24	2.113.449,03	15,44%
Central	1.896.757,62	2.127.361,61	13,78%
Marília	3.498.989,56	3.872.746,48	10,68%
Ribeirão Preto	1.880.247,27	2.075.641,03	10,39%
Registro	315.201,66	346.656,74	9,98%
Sorocaba	3.459.691,97	3.685.634,20	6,53%
RM Baixada Santista	1.050.675,65	1.115.679,13	6,19%
Franca	2.395.465,49	2.499.895,76	4,36%
Total	33.221.453,18	39.189.436,97	18,38%

*RM Região Metropolitana

Dos municípios que compõem a RA de Sorocaba merecem destaque Itapetininga, Sorocaba, Ibiúna e Pirajú, em relação ao número de operações e recursos emprestados,

Tabela 11: Municípios com maior número de operações de microcrédito e recursos emprestados na RA de Sorocaba.

Municípios em destaque	Nº Operações	R\$ Emprestados
Itapetininga	96	352.035,00
Sorocaba	90	335.745,00
Ibiúna	78	328.824,13
Piraju	58	211.725,95

2.4 - RA - Região Administrativa de Sorocaba. Contextualização e Classificação político-administrativa.

Para melhor entendermos o contexto em que ocorrem as ações do Banco do Povo de Sorocaba, inicialmente caracterizaremos a cidade de Sorocaba, enfocando alguns dados sobre o município de Sorocaba, a região administrativa de Sorocaba (RA), a localização geográfica juntamente com o perfil econômico e social, bem como alguns aspectos históricos serão contemplados.

Mapa 1: Região Administrativa de Sorocaba - RA



Fonte IGC - http://www.igc.sp.gov.br/mapras_sorocaba.htm edição 2003

A região administrativa – RA é formada por 79 municípios, divididos em cinco regiões de Governo (RG) . São elas: Avaré, Botucatu, Itapetininga, Itapeva e de Sorocaba.

Essa RA localiza-se na parte Centro-Sul do Estado e é a maior RA paulista, já que possui território com 41.077 km² que abrange 16,5% do Estado de São Paulo.

Muitos fatores contribuíram para o desenvolvimento dessa região, merecendo o destaque o acesso ao estado do Mato do Grosso do Sul, pela Rodovia Marechal Rondon, e o fato de possuir um porto fluvial, localizado no município de Conchas, a 152 km da capital, que permite a saída de mercadorias para o Centro-Oeste e o Sul do Brasil integrando um via de conexão hidroviária com o Mercosul.

Seu crescimento foi influenciado e favorecido pela proximidade com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), dispondo de relevantes rodovias – Raposo Tavares (SP270) e Castello Branco (SP280) – que a interligam com a capital do Estado, além de possibilitar trânsito para o Oeste Paulista. A região conta com a rodovia Santos Dumont que liga Sorocaba a Campinas, a Rodovia Marechal Rondon com mais de 500 km interliga a região ao extremo oeste do Estado, e ainda uma rede ferroviária em concessão a ALL Ferrobán^{xxxiii} que vincula a RA com a Capital e com o Porto de Santos.^{xxxiv}

Em relação ao perfil econômico, a tabela seguinte demonstra que a região possui economia diversificada. Destacamos o fato de que o Produto Interno Bruto (PIB) da RA correspondeu em 2007 a 4,87% do PIB estadual totalizando R\$ 37,9 bilhões⁶³ colocando a região em quarta posição no Estado de São Paulo.

Tabela 12 : Produto e Renda - Participação no PIB do Estado

Produto e Renda - Participação no PIB do Estado (%)		
	2007 (em %)	Classificação
Total do Estado de São Paulo	100	
Região Metropolitana de São Paulo	56,43	1
Região Administrativa de Campinas	15,70	2
Região Administrativa de São José dos Campos	5,15	3
Região Administrativa de Sorocaba	4,87	4
Região Administrativa de Santos	3,89	5
Região Administrativa de Ribeirão Preto	2,53	6

Região Administrativa de São José do Rio Preto	2,27	7
Região Administrativa Central	1,80	8
Região Administrativa de Bauru	1,68	9
Região Administrativa de Marília	1,32	10
Região Administrativa de Araçatuba	1,13	11
Região Administrativa de Presidente Prudente	1,09	12
Região Administrativa de Franca	1,04	13
Região Administrativa de Barretos	0,83	14
Região Administrativa de Registro	0,23	15

Fonte: Fundação SEADE SP 2007

Segundo a classificação da fundação SEADE a RMSP detém 56,4% seguida da RA de Campinas com 15,7% e da RA de São José dos Campos com 5,15%.

O PIB per capita (em R\$ correntes) da RA de Sorocaba é de R\$ 16.566,71, na 8ª posição em relação ao PIB do Estado que é de R\$ 22.667,25⁶⁴, como podemos observar na tabela seguinte:

Tabela 13 : Produto e Renda per capita (R\$)

Produto e Renda per capita (R\$)					
	2004	2005	2006	2007	Classificação
Região Metropolitana de São Paulo	18.665,14	21.190,24	22.904,47	26.503,37	1
Região Administrativa de Campinas	16.820,60	18.393,68	20.170,27	23.992,00	2
Região Administrativa de Santos	13.665,21	17.019,64	18.117,27	21.863,44	3
Região Administrativa de São José dos Campos	17.759,45	17.955,83	18.597,72	21.571,03	4
Região Administrativa de Ribeirão Preto	13.980,27	15.872,89	18.171,53	19.925,39	5
Região Administrativa de Barretos	18.920,56	13.514,59	18.125,33	18.501,38	6

⁶⁴

Ano 2007, Fundação SEADE - O PIB per capita nacional foi estimado em R\$ 15.240,00 em 2008 (IBGE).

Região Administrativa Central	13.408,46	14.485,77	15.907,91	17.906,60	7
Região Administrativa de Sorocaba	11.520,78	12.609,20	13.557,49	16.566,71	8
Região Administrativa de São José do Rio Preto	10.500,77	11.768,57	13.295,45	14.891,89	9
Região Administrativa de Bauru	10.619,02	11.753,02	13.746,27	14.696,10	10
Região Administrativa de Araçatuba	11.102,50	11.945,91	13.377,52	14.465,02	11
Região Administrativa de Franca	10.884,05	11.779,76	12.913,22	13.679,16	12
Região Administrativa de Marília	10.125,77	10.318,74	11.246,27	12.958,69	13
Região Administrativa de Presidente Prudente	9.376,20	10.204,07	11.339,08	12.077,58	14
Região Administrativa de Registro	5.586,97	6.066,96	6.578,93	7.677,53	15

Fonte: Fundação SEADE SP 2007

Conforme o perfil da classificação do PIB⁶⁵, que aponta particularizações das atividades econômicas dos municípios que compõem a RA de Sorocaba, existe 13 municípios que possuem, de modo predominante, atividade agropecuária; 34 que tem atividades agroterciárias, 8 voltados à indústria simples e 1 direcionado para indústria complexa; 11 são multisetoriais e 12 com atividades do setor terciário simples^{xxxv}.

Pela tabela a seguir, verifica-se a classificação de acordo com a atividade econômica predominante em cada um desses municípios.

⁶⁵ A composição da tipologia dos municípios, de acordo com o perfil do PIB, é realizada a partir do destaque da atividade de maior peso na formação do PIB municipal, dentre as várias atividades econômicas locais.

Tabela 14 - caracterização dos municípios, de acordo com o perfil do PIB

Tipologia conforme o perfil do PIB	Municípios
Agropecuários	Águas de Santa Bárbara, Alambari, Anhembi, Bofete, Campina do Monte Alegre, Capela do Alto, Coronel Macedo, Iaras, Itaberá, Itaí, Pratânia, Quadra e Taquarivaí.
Agroterciários	Angatuba, Apiaí, Arandu, Avaré, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Buri, Capão Bonito, Cerqueira César, Cesário Lange, Fartura, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itatinga, Jurumirim, Manduri, Paranapanema, Pereiras, Piedade, Pilar do Sul, Ribeirão Branco, Riversul, São Manuel, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Sarutaiá, Taguaí, Taquarituba e Tejuapá.
Industriais Simples	Alumínio, Araçariguama, Botucatu, Cerquillo, Mairinque, Nova Campina, Ribeirão Grande e Salto de Pirapora
Industriais complexos	Sorocaba
Multisetoriais	Boituva, Conchas, Iperó, Itu, Laranjal Paulista, Porto Feliz, Salto, São Roque, Tatuí, Tietê e Votorantim.
Terciário Simples	Araçoiaba da Serra, Areiópolis, Bom Sucesso de Itararé, Iporanga, Itaoca, Itararé, Pardinho, Piraju, Porangaba, Ribeira, Tapiraí e Torre de Pedra.

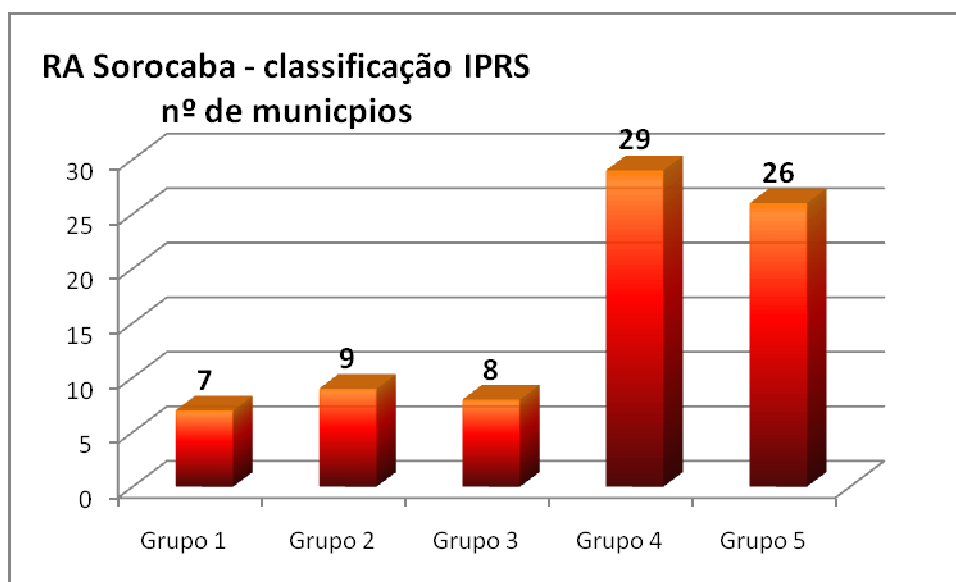
Fonte Fundação SEADE, 2005

Partindo dos dados que compõem a estrutura produtiva da RA de Sorocaba verificamos que as atividades do setor primário são diversificadas, envolvendo o plantio de cana-de-açúcar e laranja – com predominância nas regiões centro-oeste a oeste da RA, batata e tomate na região sudeste e incidências na central, feijão, milho, frutas e hortaliças em todas as regiões da RA, entre outros produtos. Há também a bovinocultura, a avicultura, e a suinocultura. O setor terciário da economia encontra-se bastante diversificado, pois contempla desde indústrias de fiação e tecelagem até as que produzem produtos mais elaborados, como as fábricas de artefatos para a aeronáutica.

A atividade econômica da RA concentra-se, principalmente, nas imediações do município-sede – Sorocaba – pois 60 % do PIB da RA é produzido na RG de Sorocaba, assim como a maior parte da população (51,3%) encontra-se nessa área. Desta forma de distribuição da estrutura produtiva os municípios localizados na área leste da RA apresentam melhores indicadores econômicos e sociais que as demais áreas.

As desigualdades internas na RA de Sorocaba predominam, sobretudo se observarmos a região sudoeste na região do Vale do Ribeira. Essa é uma região que se apresenta bastante heterogênea quanto aos fatores sociais e econômicos e essa diversidade é confirmada pela classificação dos seus municípios por grupos no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) elaborado e monitorado pela Fundação SEADE demonstrado na tabela e gráfico seguinte.

Gráfico 1 : Classificação dos municípios da RA Sorocaba conforme grupos do IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social.



Fonte: Fundação SEADE, 2009

Tabela 15 - Classificação dos municípios da RA - Sorocaba, quanto ao panorama social, segundo o IPRS.

Classificação IPRS		Municípios
Grupo 1	Municípios que se caracterizam por um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais (7 Municípios)	Sorocaba, Águas de S. Bárbara, Alumínio, Boituva, Botucatu, Cerquilha, Salto.
Grupo 2	Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais. (9)	Araçatuba, Ibiúna, Itaí, Itu, Mairinque, Paranapanema, São Roque, Votorantim, Porto Feliz
Grupo 3	Municípios com nível de riqueza baixo , mas com bons indicadores sociais. (8)	Anhembi, Araçoiaba da Serra, Conchas, Laranjal Paulista, Manduri, Piraju, Taquarí, Tietê
Grupo 4	Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade (29)	Alambari, Angatuba, Arandu, Areópolis, Avaré, Barão de Antonina, Bom Sucesso de Itararé, Campina do Monte Alegre, Cerqueira César, Cesário Lange, Fartura, Itaberá, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itatinga, Pardinho, Pereiras, Pilar do Sul, Porangaba, Pratânia, Quadra, Ribeira, Salto de Pirapora, São Manuel, Tapiraí, Taquarituba, Tatuí, Torre de Pedra.
Grupo 5	Municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais. (26)	Apiaí, Barra do Chapéu, Bofete, Buri, Capão Bonito, Capela do Alto, Coronel Macedo, Guapiara, Guareí, Iaras, Iperó, Iporanga, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Jumirim, Nova Campina, Piedade, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Sarutaiá, Taquarivaí, Tejuapá.

Fonte: Fundação SEADE, 2005

Com base nos critérios que a Fundação SEADE utiliza e classifica os municípios da RA Sorocaba para definir o IPRS verifica-se no grupo 1 a indicação de sete municípios que apresentam resultados consideráveis nas três dimensões avaliadas pelo IPRS.

Considerando os 79 municípios da RA, somente estes apresentaram variáveis quanto a renda/riqueza, longevidade e escolaridade com bons níveis nos indicadores sociais.

No grupo 2 nove municípios apresentaram resultados nas variáveis que “embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais”.

No grupo 3, oito municípios apresentaram níveis de riqueza/renda baixo, porém bons indicadores sociais. No grupo 4, com o maior número de municípios, 29, foi constatado o baixo índice de riqueza/renda e indicadores sociais de nível intermediário.

Os 26 municípios classificados no grupo 5 se classificam como “mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais”. Com esses dados concluímos que, dos 79 municípios da RA somente 8,8% classificam-se com resultados favoráveis com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais.

Ao somarmos os municípios dos grupos 4 e 5 temos 69,6% com os piores indicadores quanto as variáveis - renda, longevidade e escolaridade - denunciando que a região possui 55 municípios com baixos indicadores sociais.

O Município de Sorocaba

Através do “Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil” (2000) coletamos informações sobre o perfil do município de Sorocaba.

Localizada na mesoregião Macro Metropolitana Paulista na região sudoeste do estado de São Paulo, o município dista 83,9 km da capital.

Mapa 2 : Localização geográfica do município de Sorocaba



Com uma área de 450,2 km² e densidade demográfica de 1.098,7 habitantes / km², com taxa de urbanização de 98,7% (2000) a população sorocabana representa 1,33% da do estado de São Paulo e 0,29% do país que é de 22 hab/km².

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do município de Sorocaba cresceu 6,56%, passando de 0,777 em 1991 para 0,828 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 37,51%, seguida pela Longevidade, com 37,49% e pela Renda, com 25,0%. Neste

período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1) foi reduzido em 22,9%.

Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 14,2 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919).

Observa-se que no município de Sorocaba, pela tabela a seguir, que o acesso aos bens de consumo apresentou um aumento percentual no período de 1991 a 2000.

Esses bens são considerados de interesse particular e de classificação para definição de status social que detém a função de propiciar o acesso as informações na sociedade. A maior expressão se dá para o acesso ao telefone (fixo) e o advento do computador no cotidiano das pessoas.

Tabela 16: acesso a bens de consumo – Município de Sorocaba

Acesso a Bens de Consumo, 1991 e 2000 (%)		
	1991	2000
Geladeira	92,8	97,7
Televisão	89,8	95,1
Telefone	20,8	50,5
Computador	ND	20,3

ND - não disponível

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD 2000, Perfil do Município de Sorocaba

Indicadores socioeconômicos do município.

Para o município de Sorocaba, os dados disponíveis denunciam a realidade da apropriação da riqueza nos diversos estratos da população, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Tabela 17 - Porcentagem da renda apropriada por estratos da População, 1991 e 2000.

	1991	2000
20% mais pobres	3,90	3,10
40% mais pobres	12,00	10,20
60% mais pobres	24,50	21,40
80% mais pobres	44,10	39,90
20% mais ricos	55,90	60,10

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD 2000, Perfil do Município de Sorocaba

O PIB per capita que expressa a renda média do município cresceu 38,60%, passando de R\$ 7.638,40 em 1995 para R\$ 13.857,00 em 2003 e R\$ 22.667,30 em 2007. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) aumentou 4,24%, passando de 10,2% em 1991 para 14,4% em 2000. A desigualdade aumentou, medida pelo Índice de Gini^{xxxvi} passou de 0,51 em 1991 para 0,55 em 2000, em 2006 alcança 0,49. No estado o índice é de 0,45 em 2007.

Tabela 18 : IDHm – Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal - Sorocaba

		1991	2000
Variáveis	IDHm Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal	0,777	0,828
	Educação	0,858	0,915
	Longevidade	0,72	0,777
	Renda	0,754	0,792

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD 2003, Perfil do Município de Sorocaba

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal^{xxxvii} de Sorocaba foi de 0,828. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Sorocaba apresenta uma boa situação, ocupa a 145ª posição, sendo que 144 municípios (2,6%) estão em situação melhor e 5.362 municípios (97,4%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Sorocaba apresenta uma situação considerada boa, ocupa a 38ª posição, sendo que 37 municípios (5,7%) estão em situação melhor e 607 municípios (94,3%) estão em situação pior ou igual.

Um pouco de história sobre Sorocaba.

Focando o olhar sobre o Estado de São Paulo, como maior produtor de bens na nação, que registra pólos de riqueza, de pobreza e exclusão, encontramos em Sorocaba uma região que historicamente se desenvolveu pela impulsão do comércio e da prestação de serviços e registros de concentração de pobreza.

Nessa região as atividades econômicas evidenciaram a formação de riquezas, inicialmente através da mineração acompanhando o ciclo brasileiro em busca do metal. Em 1599, Don Francisco de Souza, governador-geral do Brasil, ainda acreditando na existência de ouro, esteve na região e levantou o pelourinho - símbolo do poder real na Nova Vila de Nossa Senhora da Ponte de Mont Serrat. Em 1654, o capitão Baltazar Fernandes mudou-se para a região com a família, edificou uma casa à beira do rio Sorocaba e na colina a capela de Nossa Senhora da Ponte, doada em 1660 com terras, plantações e escravatura indígena, aos beneditinos.

Outro ciclo acontece, com o comércio de muares^{xxxviii} que eram trazidos dos criadouros do sul para serem comercializados em Sorocaba. A vila que se desenvolve na convergência dos caminhos do sul com a região das “gerais”^{xxxix} serviu de entreposto fiscal para a coroa portuguesa tributar os “produtos” que transitavam entre as regiões.

A descoberta de novas minas de ouro nas proximidades do Rio de Janeiro demandou maiores quantidades de alimentos que eram transportados no “lombo dos escravos” e que retornavam com a carga do metal. A substituição dos escravos por animais foi a solução pela crescente demanda por alimentos e por “meios” de transporte com mais capacidade de carga e mais resistentes.

Os “muare” foram por longo tempo “produtos” de comercialização importante para fornecer a força motriz, a época, necessária para o transporte e movimentação de cargas e pessoas. Inicialmente, foram trazidos do sul por navios costeiros, o que encarecia o “produto”. “Surge a iniciativa de” trazer por terra “vencendo as barreiras geográficas” abrindo picadas, construindo pontes e atravessando matas até chegar à Curitiba e daí para Sorocaba e São Paulo”.⁶⁶

“Era na cidade que acontecia, todo ano, a Feira de Muare. Era mais ou menos nesta época, entre os meses de maio e julho, que as tropas vinham do Rio Grande do Sul para Sorocaba. As pastagens estão melhores nesta época do ano, favorecem a engorda dos animais e a viagem se tornava menos cansativa para as mulas. As mulas, eram criadas no Sul, e com a necessidade de escoar a produção, elas eram trazidas para cá para serem vendidas..... a maioria dos tropeiros era paulista, muitos, inclusive, sorocabanos. A viagem demorava cerca de três meses, dependendo do tamanho da tropa. Chegavam a circular até 150 mil mulas em Sorocaba por ano”. (...) “O primeiro registro de Feira de Muare em Sorocaba data de 1750. A prática começou a declinar em 1897, com a primeira epidemia de febre amarela e também a chegada do trem. Mesmo com o fim da Feira de Muare, tropas ainda chegavam a Sorocaba até 1960. Além de animais, eram vendidos também artesanatos, como os conhecidos facão e rede sorocabanos” (Padre Castanho, Historiador - Museu Aluisio de Almeida, História contada de Sorocaba)

A mudança do hábito do sorocabano de minerador para comerciante inicia-se com “a passagem das tropas de animais que encontraram na região dos Campos Largos de Sorocaba grandes pastagens e aguadas para as tropas descansarem”.^{xl}

Esta característica imprimiu na região uma identificação com as relações comerciais que estão estampadas em gravuras e monumentos em muitas localidades no município com a figura do comerciante, do animal de carga e dos serviços necessários à manutenção e funcionamento para cerca de 50 dias da “anual feira” de muare.

66

Adolfo Frioli, pesquisador da Geo-história da região de Sorocaba

Esses “serviços” de manutenção incluíam diversas atividades que garantiam o “bom funcionamento” da feira e consistiam, desde serviços para hospedagem e acomodações para os “tropeiros” e suas comitivas, serviços de costuras, manutenção das “tralhas”^{xli}, das selas dos animais, alimentação e cuidados para a saúde, tanto, dos animais quanto dos tropeiros. A cultura permanece até a atualidade nas tradicionais “Festas dos Tropeiros” onde se reúnem anualmente no mês de maio, antecedendo a “invernada”^{xlii}, milhares de comitivas de diversos municípios brasileiros que para Sorocaba se dirigem relembrando os antepassados.

Noutros tempos, com a chegada da Estrada de Ferro em 1875, que rasgou a “terra rasgada”^{xliii} para trazer do interior distante os produtos da agricultura, os minérios, as madeiras, o gado e os passageiros para a capital e os destinados à exportação pelo Porto de Santos. A substituição do meio de transporte mais rápido e com maior capacidade de carga não encerrou as atividades tropeiras, mantendo um contingente de pessoas que sobreviveram por muito tempo dos serviços prestados aos “proprietários de animais”, atividade econômica que permanece presente com muitos “serviços” e alguns mais especializados tendo como sede na região de Sorocaba uma Universidade do Cavalo, local que se destina aos estudos da procriação, melhoria das raças, criação e comercialização de animais. Diversos serviços continuam a existir em função da atividade “tropeira”.

“... o comércio, juntamente com o mercado interno formado pelas atividades artesanais e produção caseira de artigos ligados ao tropeirismo (redes, arreios, armazéns, hospedarias, fábrica de facas, facões, ourivesaria e etc.) iriam ser os elementos únicos de sua economia até meados do século XIX.”⁶⁷

Tempos anteriores, também foi a extração do minério de ferro com a *Real Fundição de Ferro São João de Ipanema* (1884), a produção e estampagem com a implantação de dezenas de tecelagens e estamparias de tecidos (1890) que imprimiram ao município uma identidade que se associa aos muitos momentos de influência britânica na formação econômica brasileira, e também a produção de frutas cítricas para exportação para a Europa e Estados Unidos,(1931).

67

In: Arquitetura Industrial e inserção urbana : o caso da fábrica Santa Rosália em Sorocaba, Marco Antonio Leite Massari e Ricardo Hernán Medrano, III Fórum de Pesquisa FAU Mackenzie, 2007

Essas influências, também se materializaram através da arquitetura, estando presente nos prédios da “*estação e oficina ferroviária*”, nos prédios das estamparias, nas chaminés das fábricas de tecidos, no calçamento e iluminação de ruas. A fábrica de tecidos e a estamparia com investimentos e transferência de maquinários diretamente de *Manchester* na Inglaterra renderam o título de “Manchester Paulista”^{xliv} ao município, pela quantidade e diversidade de produtos que de lá saiam.



Da esquerda para a direita, o antigo prédio da estação ferroviária que atualmente abriga o Museu de Arte Contemporânea de Sorocaba e Museu da Estrada de Ferro Sorocabana E.F.S.

A mão de obra foi “preparada” para operar os equipamentos dentro das novas normas produtivas e a presença da força de trabalho feminina se estabelece competindo com os homens nos espaços das grandes fábricas. No final da década de 1920, a indústria sorocabana abrigava a segunda maior concentração operária paulista e seu setor têxtil, com 19 grandes fábricas, empregava 82% da mão-de-obra operária regional⁶⁸. Era, também, marcante o dinamismo agroindustrial do beneficiamento do algodão, seguido de laticínios e frigoríficos.

Nesta época, a atividade têxtil se estabelece como principal fator econômico e, em paralelo, novamente inúmeras outras atividades de serviços foram se implantando, modificando o perfil dos trabalhadores, pelos treinamentos dos novos métodos de

⁶⁸

BONADIO, Geraldo. Sorocaba: a cidade industrial (espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril). Sorocaba, SP: Geraldo Bonadio, 2004.

produção recebidos dos ingleses, mantendo grupos bem definidos na sociedade e influenciados pelas “levas de imigrantes, espanhóis e italianos”, para mão de obra na agricultura e fabril em diversos momentos da formação da mão de obra da região.

A fundição de ferro no morro de Ipanema, o comércio de animais de carga, as estamparias e fábricas de tecidos, a implantação da estrada de ferro, as oficinas de serviços dos profissionais e alunos da “Sorocabana”^{xlv}, definiram o perfil industrial e a formação da mão de obra local e regional.

No final da década de 1970, por muitas cidades brasileiras, alguns hábitos de consumo foram ganhando força e mostrando as mudanças significativas que estavam em formação na vida das populações pobres.

Atualmente são as grandes empresas “montadoras” que “trabalham” para as grandes marcas mundiais é que se mantêm no parque industrial e fabril da cidade, alimentando várias outras atividades, inclusive nos municípios vizinhos, fomentando a grande participação das “prestações de serviços” que atuam nas periferias das empresas formando um potencial de micro e pequenas empresas fornecedores de serviços atuando “nas bordas do grande sistema”⁶⁹ operado e gerenciado pelas grandes empresas. Aliado a estes segmentos da economia criaram-se inúmeros pontos de atividades informais que se instalam nos patamares inferiores agregados aos pequenos e médios setores da economia.

Ricardo Antunes em “Adeus ao Trabalho” nos alerta através de uma pesquisa realizada por Anunzziato nos Estados Unidos referindo-se a partir da década de 1980, sobre a aceleração na instalação, no mundo do trabalho, das atividades de prestação de serviços. Modelo que, também, se reproduziu com muita intensidade no Brasil.

⁶⁹

BONADIO, Geraldo. Sorocaba: a cidade industrial (espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril). Sorocaba, SP: Geraldo Bonadio, 2004.

“.. de um lado evidencia-se a retração dos trabalhadores da indústria manufatureira (e também da mineração e dos trabalhadores agrícolas). De outro lado, tem-se o crescimento explosivo do setor de serviços que, segundo o autor, inclui tanto a “indústria de serviços” quanto o pequeno e grande comércio, as finanças, os seguros, o setor de bens imóveis, a hotelaria, os restaurantes, os serviços pessoais, de negócios, de divertimentos, da saúde, os serviços legais e gerais. (Annunziato, 1989; 107 in: ANTUNES, 2000, p 34)”

Fixando o olhar sobre este cenário dos “prestadores de serviços”, observamos que muitos encontraram as formas de sobrevivência nas mais adversas situações de privações materiais, com conseqüentes restrições de acesso aos aparelhos públicos de educação e manutenção de uma cultura, denunciando a ausência de condições mínimas de vida.

O Consumo de novos produtos e o pertencimento

Ao longo do tempo foram sendo introduzidos hábitos e costumes e novos produtos que, se tornando acessíveis a determinados grupos, passam a recheiar o cotidiano dos outros grupos que desenvolvem atividades “menos valorizadas”⁷⁰ ou sem nenhuma remuneração.

Esses grupos pobres, subsistentes dos serviços que possam prestar à comunidade, agregados aos demais, outros, migrantes de outras regiões, principalmente do Paraná e do nordeste brasileiro, passam a recheiar as periferias das cidades com quantidade e diversidade de mão de obra que outrora tiveram sua importância. Passam a conviver com atividades sem maior expressão, de menor valor agregado, garantindo-lhes a sobrevivência.

Um universo de atividades diversas e de consumo de bens industrializados numa escala sem precedentes se insere no cotidiano das pessoas, contribuindo para a comercialização de produtos, muitos em sua maioria vindos das fronteiras do sul do Brasil, mais propriamente do vizinho Paraguai. Este comércio se fortalece e estabelece novos padrões de consumo de bens e serviços, muitos produzidos fora da região e que iniciam um processo de produção de necessidades humanas.

⁷⁰

Valorizadas, no conceito de valor material para a sobrevivência.

Com a convergência de duas ordens no processo de formação sócio histórico brasileiro, que de um lado, na origem e na formação de um setor de subsistência nas periferias das regiões desde os tempos da colonização brasileira tem confinando um grande contingente populacional para se utilizar um limitado conjunto de recursos. Noutro ponto, a população formada por aqueles que sobreviveram das atividades que podemos classificar como prestação de serviços pela movimentação mercantil. Esta população, concentrada do contexto urbano, passa a ser tocada (começam a perceber o novo) pelo novo ciclo de expansão capitalista no Brasil a partir da segunda metade do século XX.

Este novo ciclo é responsável pela industrialização interna, pela aceleração na urbanização e pela formação de uma indústria que abarcariam muitas das atividades que outrora eram praticadas isoladamente nos vilarejos e vilas.

A história da formação da vila de Sorocaba, que data de 1654, nos trás registros de formação de uma população pobre, dependente da “atenção caridosa e carente de emancipação pela restrição de oportunidades”, convivendo com abundantes recursos concentrados pelos comerciantes e pelos representantes dos governos. Como ambiente empírico pesquisado, o município de Sorocaba está inserido no contexto formativo da economia da população brasileira.

O censo do IBGE 2000⁷¹ indicava para o município de Sorocaba uma população residente de 493.468 habitantes, sendo classificada de municípios de médio para grande porte no contexto brasileiro. Apesar de sua proximidade aos grandes centros urbanos a cidade mantém características “interioranas” que identificam aqueles que detém o poder, as “famílias proprietárias”^{xlvi} de terras e outros imóveis no município, condição muito semelhante as demais regiões brasileiras de formação colonial.

⁷¹

A projeção do IBGE para 2009 é de 584.313 habitantes

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf

A professora Guiomar Inez Germani⁷² abordando a questão das condições históricas e sociais, que regulam o acesso a terra, nos apresenta que:

“o modelo de distribuição de terras em grandes propriedades não foi exclusivo da atividade açucareira. Outras atividades econômicas como as fazendas de gado, implantadas desde o século XVII em Pernambuco e Bahia, acentuaram a tendência à formação de imensos latifúndios e sua concentração em mãos de poucos privilegiados. Para ter uma idéia, já em 1663, tinha sido concedido o direito de propriedade de toda a região do São Francisco a quase exclusivamente duas famílias – os Garcia D’Ávila e os Guedes de Brito. A incorporação da região Sul a esta atividade de apropriação se deu mais tarde, na segunda metade do século XVIII, mas o modelo adotado seria o mesmo”.

As condições e formas de vida presente, e outras, anteriores ao processo de desenvolvimento urbano industrial do capitalismo no Brasil, imprimiu em muitos municípios, em especial em Sorocaba, formas de vida confinadas nas atividades de pequena relevância econômica e de pouca expressão. Numa análise isolada do compute econômico financeiro que sustentaram a vida dos prestadores de serviços observa-se que muitas destas atividades se aproximam à condição de subsistência inserida ao movimento mercantil que, historicamente esteve presente na formação da população sorocabana.

O movimento da economia nos patamares inferiores da sociedade, passa pelo tempo histórico com alguns registros que relegam à “condição de problema” para as autoridades os segmentos mais empobrecidos da sociedade, com a ausência da importância pelas vidas que representam. Mesmo considerando o porte destas atividades praticadas cotidianamente e o número de operações que são realizadas é interessante, também, observar que o processo de formação social influenciou, em muito, as características de definição de locais onde se concentrou a pobreza.

Ao abordar a questão espacial de distribuição da população pobre no município de Sorocaba, focamos os dados estatísticos das zonas periféricas que imprimem uma identificação local da exclusão e da pobreza. Essa identificação aponta “locais” de concentração de prestadores de serviços com baixa renda e que movimentam a

72

Coordenadora do Projeto GeografAR do Instituto de Geografia IGEO/UFBA in: Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Geografia e História da Universidade de Barcelona, em junho de 1993. Foi publicado em Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. 1993.

“pequena” economia em vários pontos da cidade, e são nas tradicionais periferias que se avolumam, incidindo a estampa de pobreza aos grupos que lá movimentam pequenos valores em grandes quantidades de atividades. Atividades de subsistência expressas de diversas formas e maneiras que possam ser imaginadas.⁷³

A permanência de uma cultura de concentração espacial da pobreza nas periferias, não impediu que através de algumas das ferramentas de mercado, como a publicidade veiculada pela televisão e a amplitude de penetração deste meio de comunicação, proporcionassem o conhecimento de muitos “produtos e serviços” anteriormente restritos ao “acesso” para reservados grupos.

Iniciam-se novos meios de criação de consumo e alternativas à possibilidade de possuir um bem ou produto que se aproxime dos modelos apresentados pela publicidade - mesmo que similares mais baratos - que “substituem” o ideal apresentado.

O contato, a aproximação com os produtos, que anteriormente não eram conhecidos, levou grandes excursões de “compras” ao um “país vizinho”. Um grande contingente de pessoas de Sorocaba e região se destinavam para o Paraguai e este número se mantém elevado apesar da ilegalidade das ações e das repressões policiais.

Movimentos de mercadorias trazidos do sul, reproduzindo um processo que se firmou como maneira de se, “tomar conhecimento”, do que se “produzia” fora das nossas fronteiras. Mesmo que ilegal este movimento confirmou-se crescente e abrangente, inclusive com o envolvimento de muitas entidades filantrópicas que se utilizavam deste recurso da venda desses produtos para angariar fundos. Esse movimento serviu para confirmar o lugar da pobreza com a constituição de ilegalidade para quem “comerciassem produtos contrabandeados” e reprimidos pela ação policial convivendo com a “legalidade instituída para as entidades filantrópicas para a venda dos produtos apreendidos dos contrabandistas”

⁷³

Citamos estas características para facilitar a interpretação da origem e formação do município e a distribuição periférica

Neste contexto a pobreza se constituiu e, em contínuo processo de construção de espaços e elementos, confirma sua existência. Esse cenário indica um questionamento para o problema – a relação de movimentação da população sorocabana nessa economia e como a questão da sobrevivência sugere a convivência com o poder e a aspiração pelo consumo.

Seção 3 - A atuação do Banco do Povo no Município de Sorocaba

O Banco do Povo foi instituído no município de Sorocaba através de lei municipal nº 6131, de 13 de abril de 2000 que celebrou convênio com o Governo do Estado de São Paulo regulamentando a participação do município no Projeto Banco do Povo destinado a concessão de créditos a micro-empresendedores do setor formal e informal instalados no município.

O órgão está vinculado à Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) da Prefeitura de Sorocaba atuando em parceria com o governo do Estado e iniciou suas atividades em 14 de junho de 2000 integrando o sistema de instituições de microcrédito orientando do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.

Atualmente, no âmbito municipal, é administrado por um gestor e quatro agentes de crédito. A origem dos recursos representa 90% de participação dos recursos do Estado compostos com transferências federais do FAT e recursos dos depósitos à vista, dos bancos comerciais, geridos pelo Banco Central e por 10% da Prefeitura. O sistema funciona através dos agentes de crédito que coletam informações sobre os clientes e suas necessidades e encaminham seus pedidos de financiamento para um Comitê de Crédito Municipal. Cabe ao comitê aprovar, ou não as solicitações, segundo critérios técnicos.

O Banco do Povo tem por objetivo alavancar as micro-empresas no município, o pequeno empreendedor ou cidadão que pretenda iniciar o seu negócio, pessoas muitas vezes que não conseguem acesso ao sistema bancário tradicional. Os empréstimos são destinados aos microempresendedores que atuam há mais de seis meses na mesma atividade. Além dessa exigência é necessário comprovar moradia há pelo menos dois (2) anos no município e não possuir inscrição nos órgãos de proteção ao consumidor como SPC/SERASA.

Dentre os critérios para a concessão do aval, pelo valor emprestado, a operação é considerada “facilitada bastando que a pessoa – avalista - apresente algum tipo de rendimento mensal”, não sendo necessário possuir imóvel próprio para comprovação de capacidade de pagamento.

O crédito é destinado às pequenas empresas e pessoas físicas que trabalhem por conta própria, ou tenham um negócio que contribua para a renda familiar e que apresentem características de baixa renda⁷⁴, para as cooperativas e outras formas de associações de produção que sejam legalmente constituídas.

Para solicitar o empréstimo as pessoas na condição formal de atividade precisam apresentar o contrato social, o cartão de inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), o cartão inscrição estadual, o CPF do proprietário, sócios e cônjuges, um comprovante de residência, certidão de casamento e pelo menos um (1) orçamento do bem que pretenda adquirir.

Os atuais limites de crédito são: no mínimo de R\$ 200 e no máximo de R\$ 7.500. As pessoas na situação de informalidade podem solicitar financiamento para investimento fixo, investimento misto ou para capital de giro e os limites de créditos variam entre R\$ 200 até o máximo de R\$ 5.000. Os juros praticados são de 0,7% ao mês sobre o montante emprestado.

O desempenho operacional do Banco do Povo no município de Sorocaba

No primeiro semestre de 2008 foram celebrados 26 contratos, com R\$ 2 milhões de recursos disponibilizados para serem emprestados. O resultado financeiro das operações foi R\$ 140 mil. No segundo semestre a quantidade de operações totalizou 38 contratos representando em recursos emprestados R\$ 160 mil. Do total de 75 empréstimos solicitados em 2008 sete foram recusados pelo Comitê de Crédito Municipal considerando como fator relevante a inscrição no SPC/SERASA.

⁷⁴

O critério para definição de baixa renda não ficou bem definido pelo comitê gestor, considerando que alguns parâmetros sociais são necessários para estabelecer estes parâmetros.

No primeiro semestre de 2009 foram celebrados 19 contratos, também com R\$ 2 milhões de recursos disponibilizados para serem emprestados. O resultado financeiro das operações foi R\$ 73 mil. No segundo semestre, a quantidade de operações aumentou para 90 contratos o que representou em recursos financeiros emprestados de R\$ 335 mil. Dos 120 contratos de empréstimo solicitados em 2009, onze foram recusados pelo Comitê de Crédito Municipal considerando como fator relevante o mesmo motivo do ano anterior, a inscrição no SPC/SERASA. A participação de mulheres nas operações de crédito representou, tanto em 2008 como em 2009, a relação de 50 % dos recursos emprestados.

Tabela 19: Desempenho operacional do Banco do Povo de Sorocaba

Município /Unidade BPP		SOROCABA	
População: 572.459*			
Quant. Oper. 1º Sem / 2008	Recursos Emprestados 1º Sem 2008	Quant. Oper. 2º Sem / 2008	Recursos Emprestados 2º Sem / 2008
26	R\$ 140.958,80	38	R\$ 160.052,30

Quant. Oper. 1º Sem / 2009	Recursos Emprestados 1º Sem/2009	Quant. Oper. 2º Sem / 2009	Recursos Emprestados 2º Sem/2009
19	R\$ 73.290,75	90	R\$ 335.745,00

Relação Quant. Oper. 2008 X 2009	Relação Recursos Emprestados 2008 X 2009
170%	R\$ 108.024,65 = 136% **

Fonte: BPP - unidade Sorocaba * IBGE 2007	
--	--

** O aumento entre o ano de 2008 e 2009 representando 170% das operações e 136% dos recursos destinados é justificado pela ação de mutirões de microcrédito que foram realizados no segundo semestre de 2009.

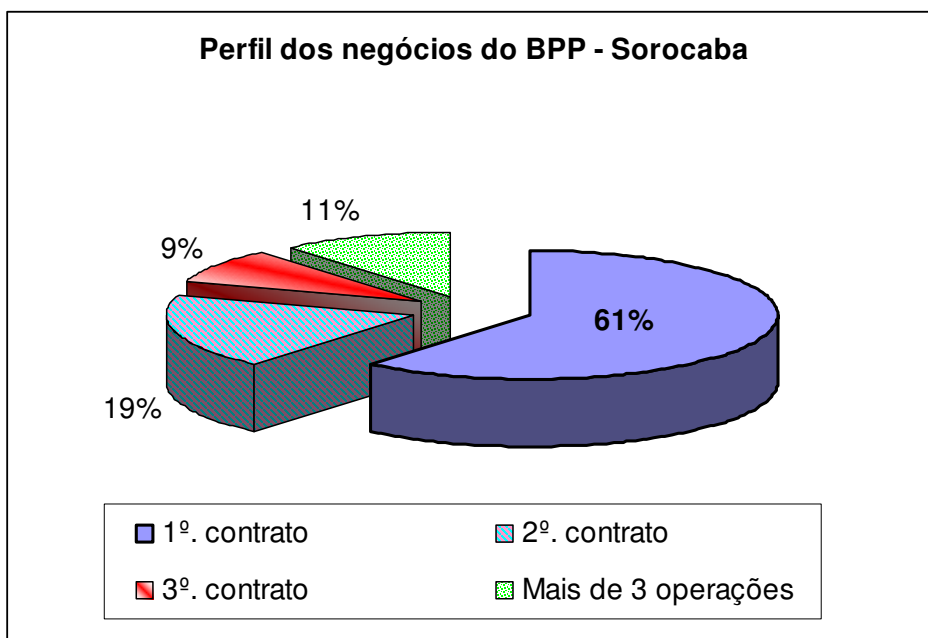
Dentre as metas do convênio, que ordena o funcionamento do banco, estabelecidas para o próximo ano (2010) é a realização de no mínimo 180 contratos, com os recursos de R\$ 3,3 milhões disponíveis para o banco.

A fiscalização das atividades do Banco do Povo é realizada por Auditoria Interna da Secretaria Municipal conjugada com a Secretaria de Estado e regulamentada por normas do Banco Central.

Perfil dos negócios do BPP⁷⁵ - Sorocaba

No ano de 2009 os empréstimos concedidos pela primeira vez representaram 61% dos recursos e o para o segundo contrato 19%, o terceiro contrato 9% e mais de três operações de contratos para o mesmo cliente foi de 11%, segundo a regularidade dos pagamentos. Os pagamentos são realizados diretamente junto às agências da Nossa Caixa Nosso Banco S.A..

Gráfico 2 - Perfil dos negócios por número de operações.

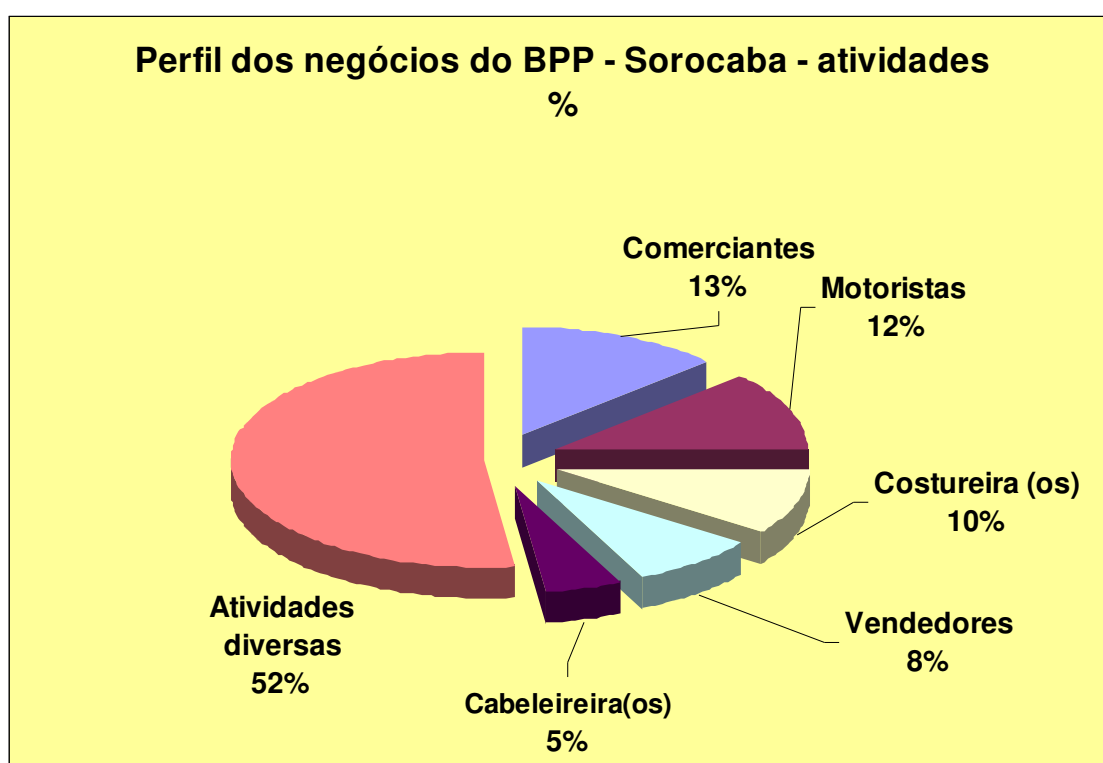


Fonte: BPP Sorocaba, 2009

Das atividades que solicitaram empréstimos e conquistaram o recurso destacamos os serviços com 80% e aqueles voltados à produção com 12%. Os demais foram destinados às atividades que comprovaram renda através de documentos como fatura de cartão de crédito, movimentação bancária e declaração de “boa fé” fornecida por comerciantes fornecedores de matérias primas utilizadas nos processos produtivos.

As principais atividades foram os comerciantes representando 13% das operações, 12% para motoristas, 10% costureira(os), 8% vendedores (ambulantes em sua maioria), 5% cabeleireira(os). Os demais 52% foram de atividades diversas.

Gráfico 3 - Principais Atividades (%) operações



Fonte: BPP Sorocaba, 2009

Dentre as atividades que receberam os empréstimos elencamos as seguintes: cabeleireira(os), borracheiro, caminhoneiro, consertador de fogões, eletricista, encanador, montador de móveis, costureira, lavadeira de roupas, lavadeira de cortinas, lavadeira de tapetes a domicilio, jardineiro (a), vendedor ambulante, afiador

de facas, serralheiro a domicílio, serviço de guarda noturno. O grupo de mulheres de facção (costura de partes de roupas, vestuário, uniformes), grupo de pessoas de montagem de brinquedos, professor de informática a domicilio, professora de inglês a domicilio. As cooperativas de reciclagem, cooperativa de catadores de papelão, cooperativas de catadores de lixo de informática também receberam financiamentos e empréstimos,

Os clientes do Banco do Povo de Sorocaba.

Nas atividades profissionais desenvolvidas pelos clientes do Banco do Povo destacam-se anseios cujas aplicações dos recursos se efetivaram nos mais diversos tipos de equipamentos e conforme a destinação dos valores emprestados. A Cabeleireira financiou uma pia para lavar e o secador de cabelos, borracheiro financiou compressor de ar e ferramentas, caminhoneiro recauchutou pneus e retificou o motor do caminhão, o consertador de fogões adquiriu uma moto, eletricista investiu em ferramentas, encanador investiu em ferramentas e numa bicicleta, montador de móveis em peças e ferramentas mais ágeis, costureira em máquina overlock industrial, lavadeira de roupas em nova máquina de lavar e centrifuga, lavadeira de cortinas investiu em máquina a vapor, lavadeira de tapetes a domicilio financiou o aspirador industrial de água e sólidos, jardineiro comprou cortador de gramas e triturador de resíduos, vendedor ambulante investiu em novo carrinho de pipocas e de algodão doce, professor de informática investiu em novo computador, serralheiro comprou máquina de solda, serviço de guarda noturno investiu em moto.

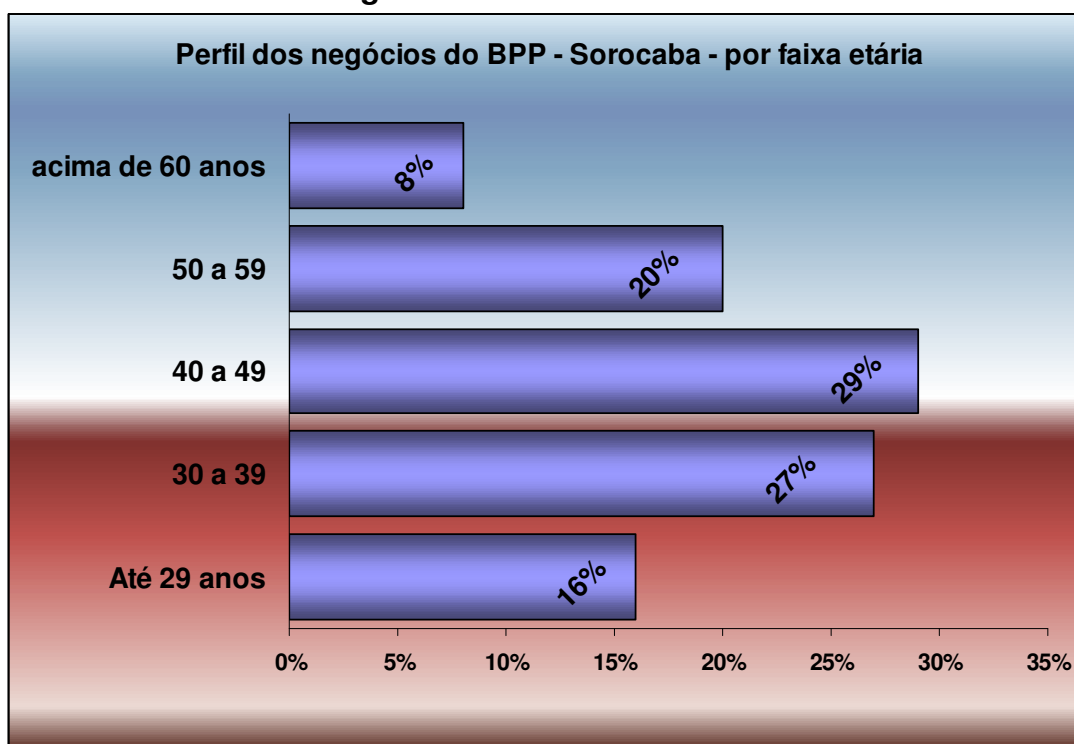
O grupo de mulheres de facção (conhecidas com costureiras de peça única são aquelas que costuram partes que compõem um vestuário, roupas e uniformes) adquiriu máquinas para embalar as peças acabadas. O grupo de pessoas que fazem a montagem de brinquedos em suas próprias casas investiram em ferramentas e mesas para trabalhar, o professor de informática à domicilio investiu em computador portátil e a professora de inglês num projetor de imagens.

A cooperativa de reciclagem comprou uma caminhonete para recolher o material ensacado, a cooperativa de catadores de papelão contratou serralheria para

confeção de carrinhos para catadores padronizados pela necessidade de transitar pelas ruas com mais segurança. A cooperativa de catadores de lixo de informática investiu em equipamentos de separação de metais pesados com maior valor agregado para venda.

A faixa etária predominante foi a de 40 a 49 anos com 29% das pessoas que receberam os recursos, seguida de 27% da de 30 a 39 anos. Esses dados confirmam a idade ativa da população brasileira configurada pelo IBGE que estimou em junho de 2005 as pessoas em idade ativa (PIA)⁷⁶ em 38,8 milhões de brasileiros nas seis regiões metropolitanas brasileiras. Segundo o IBGE a população - PIA - continuará crescendo nas próximas décadas, passando de 53 milhões de pessoas em 2006 para 56,6 milhões em 2030^{xlvi}.

Gráfico 4 : Perfil dos negócios do BPP - Sorocaba



Fonte: BPP Sorocaba, 2009

Os meios que propiciaram o conhecimento dos serviços de empréstimos do Banco do Povo para os entrevistados foram os mais diversos. Informações através de

⁷⁶ Disponível em http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova

amigos que tiveram acesso a entrevistas nos jornais e pelas TVs locais. Uma das estratégias utilizadas para divulgação dos serviços foram entrevistas de clientes do banco do povo e do gerente da unidade nas rádios e pela internet.

Como teve conhecimento sobre o BP?
Amigos e entrevista no jornal
Câmara de Vereadores
Filha que viu pela Internet
Jornal e amigo que já havia contratado
Pela Internet e na faculdade que estuda.
Pelo Jornal e TV
Pelo gerente do banco para o qual devia o cheque especial.
Pelo Jornal e por entrevista na rádio
Entrevista na rádio
Uma cliente e pelo jornal
A diretora da escola próxima à sua casa a ajudou
Pelo jornal e pela rádio
Um amigo que já havia emprestado.

A maioria teve conhecimento pelo jornal, 24%. As rádios e, os amigos e parentes, colaboraram com as informações (18%), seguidos dos acessos a internet e dos demais clientes que já se utilizaram dos serviços.

Como teve conhecimento sobre o BP?		
nº.	%	Tipo
4	24%	Jornal
3	18%	Amigo/ Parente
3	18%	Rádio
2	12%	Internet
2	12%	Outros que já emprestaram do BP
1	6%	Câmara de Vereadores
1	6%	TV
1	6%	Gerente do Banco que possui conta corrente
	100%	

Dos 22 contratos firmados no período da pesquisa, a maioria foi com prazo de financiamento de 12 meses, seguidos dos de seis meses para liquidação do contrato. 10,5 meses foi o prazo médio para pagamento das operações.

O menor prazo foi de seis meses e o maior foi de 18 meses concedido para a Cooperativa de reciclagem.

Tabela 20 : Prazos de financiamento do recurso emprestado.

Prazo de financiamento	
Nº contratos	em meses
9	12
4	6
2	14
2	9
2	8
1	18
1	10
1	7
Total	Prazo médio (em meses)
22	

Para se avaliar a reincidência de contratos firmados pelo mesmo cliente, constatamos o ano de contratação, considerando o período analisado de 2008 e 2009.

As entrevistas realizadas nesse período identificaram contratos já em andamento. O objetivo foi avaliar os resultados dos contratos já iniciados e os reincidentes, aqueles que firmaram novos contratos a partir da experiência inicial. Dos 22 contratos avaliados, três receberam os recursos em 2006. A maioria recebeu o primeiro recurso em 2007, somando 10 contratos. Em 2008 foram sete contratos firmados e em 2009 foram dois contratos.

Tabela 21: Número de contratos firmados por ano de contratação.

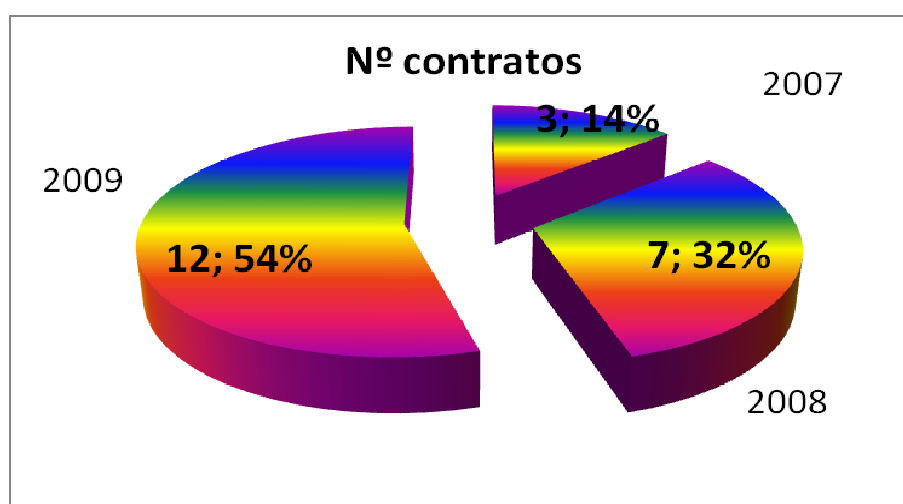
Nº contratos	Ano contratação
3	2006
10	2007
7	2008
2	2009
Total	

22

Em relação ao número de contratos, por ano de contratação, foram analisados somente os liquidados. Dos 22 que se iniciaram entre 2006 e 2009, 03 foram liquidados em 2007, em 2008 foram 7 contratos e 12 contratos foram liquidados em 2009. 10,5 meses foi o prazo médio para pagamento das operações

Tabela 22: Número de contratos por ano de contratação

Nº contratos	Concluído em
3	2007
7	2008
12	2009
total	
22	

Gráfico 5 : Número de contratos por ano

Fonte: BPP Sorocaba, 2009

A utilização dos “recursos emprestados” identificou a necessidade de disponibilizar meios de crédito para as pessoas adquirirem desde móveis, equipamentos, ferramentas básicas até capital de giro para poder movimentar seus negócios e gerar renda.

Em relação aos recursos emprestados, o valor médio entre as operações foi de R\$ 1.414,00. Os valores variaram desde R\$ 360,00, utilizado pela “Sra. Orquídea” para comprar a máquina para embalar mercadorias, passando por aquisições de máquinas registradoras pela “Sra. Margarida”⁷⁷, um computador para a “Dona Orquídea”, os balcões expositores para a “Dona Violeta” e “Dona Margarida”.

As máquinas para fazer cópias de chaves para o “Senhor Cacto” e até a aquisição de um caminhão no valor de R\$ 6.300,00 pela Cooperativa de reciclagem. O “Girassol” financiou máquinas de costura e equipamentos para exposição de suas roupas num Shopping. O “Seu Gerânio” consertou o motor de sua Kombi e ajuda o irmão como taxista. Com toda paciência o “Sr. Alfazema” demonstrou como conseguiu comprar um elevador para veículos facilitando suas funções na oficina mecânica.

A elegância de “Dona Acácia” ficou refletida pelos espelhos do “Salão de Beleza” que montou em sua casa após trabalhar numa torrefação de café em frente onde morava. Percebendo uma oportunidade de montar seu negócio pois seus colegas de trabalho “não tinham tempo para manter os cabelos e unhas” asseados pela exigência do trabalho que faziam. “Dona Camélia”, que se orgulha de ser chamada de “sacoleira”, há mais de 15 anos faz a conexão entre as lojas da Rua 25 de Março em São Paulo e as mães do interior que precisam de roupas infantis para seus filhos.

“Dona Petúnia” que venceu muitos obstáculos, sendo analfabeta, possui desde 2007 seu próprio “carrinho de caldo de cana”. O “Sr. Lírio” acreditando muito na sua sorte,

⁷⁷

A utilização de nomes de flores foi uma estratégia que adotei para homenagear os sujeitos da pesquisa preservando suas identidades e atribuindo-lhes representações de cada nome de flor a partir da percepção de suas características próprias. As flores possuem a capacidade de surgirem nas condições mais adversas e em muitas vezes sua beleza, seu colorido e sua função na natureza são pouco observadas e pouco exploradas em seu potencial. A definição das características que cada nome de flor adotada como pseudônimo representado pode ser consultada em <http://www.mundodeflores.com/rosas-lista-nomes-flores-j-z.html>

investiu na primeira compra de um “carrinho de lanches” em local fixo e recontratou novo recurso do Banco do Povo para montar um carro de lanches sobre uma pick-up e poder acompanhar os eventos que acontecem na cidade e vender os seus produtos.

Com a riqueza do conteúdo dos depoimentos apresentados nestes pequenos extratos percebemos a relação entre a necessidade de sobrevivência e as oportunidades que são criadas por iniciativas, em muitos casos, pelo próprio indivíduo. O crédito apresenta-se como coadjuvante necessário como um dos meios para se estabelecer em mínimas condições no mundo capitalista. O acesso ao crédito é que se apresenta como protagonista. Sua ausência ou restrição se configura em evidente manifestação de exclusão social confirmando as condições de desigualdades geradas pela desigual distribuição de riquezas produzidas.

Ao analisar os valores solicitados em “empréstimos”, ou seja, que implica necessariamente a devolução “com juros”, percebe-se que são valores considerados pequenos em relação as demais movimentações financeiras, aquelas que são conhecidas e divulgadas pelos diversos meios de comunicação.

O “juro”, forma comercial de compensar o valor líquido emprestado à título de antecipação de renda, já é velho conhecido de muitas civilizações de forma a navegar ao longo da história com inúmeras manifestações em diversas localidades.

KEYNES (1982)⁷⁸ confirma que o juro “é o preço mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível”, ou seja, é o preço da preferência pela liquidez, ou pela necessidade dela.

No Brasil, devido a relevância para a economia popular, a fixação e cobrança de juros e outros encargos é constitucionalizada. A Carta Magna 1988, em seu art. 192, § 3º, trata especificamente da matéria, ao limitar a taxa de juros reais, incluídas as demais remunerações, em 12% (doze por cento) ao ano. Atividades financeiras que

78

KEYNES, John Maynard (Trad. Mário R. da Cruz). A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1982.

superem estas taxas são enquadradas na prática da “agiotagem”, prevista como crime contra a economia popular.

Pela tabela seguinte temos os valores dos recursos emprestados traçando um perfil de acordo com o número de contratações realizadas pelo mesmo contratante. O valor mais expressivo (R\$ 6.300,00) foi concedido para uma cooperativa que agrega 12 pessoas em atividades de reciclagem de material plástico. O segundo valor (R\$ 2.700,00) foi autorizado pelo comitê para uma “cliente” formalizada na prefeitura como vendedora. Os demais empréstimos foram autorizados em sua maioria para pessoas que já possuem, ou estavam em processo de regularização da atividade. A média dos valores emprestados (R\$ 1.414,00) e o perfil das atividades denunciam a fragilidade na confiança pelo retorno do valor emprestado e a cobrança da instituição para que o cliente disciplinarmente constitua uma “linha de crédito” através de um histórico de movimentações adimplentes.

Tabela 23 : Valor dos recursos emprestados por número de contratações em R\$ (pelo mesmo contratante)

1º contrato	2º contrato	3º contrato
900,00		
6.300,00	6.000,00 *	
678,00	430,00	
520,00	600,00	
1.050,00	540,00	
2.180,00	1.320,00	
360,00	1.490,00	850,00
1.750,00	960,00	
1.100,00		
2.700,00		
1.800,00		
2.050,00	1.400,00	
630,00	1.500,00	

*(em análise)

Valor médio dos recursos emprestados R\$ 1.414,00

O sistema Banco do Povo atua dentro das determinações legais de aplicação da cobrança de juros pelo empréstimo, porém restrito aos valores que podem ser emprestados impossibilitando fomentar a economia e inserir pelo acesso ao crédito,

Esses limites de valores disponibilizados contrariam algumas afirmações sobre empreendedorismo da população pobre, que num determinado grupo não possui acesso algum ao crédito e em outro, que algum acesso possui, esbarra nos limites de valores a serem emprestados. Contestando esta linha de raciocínio, podemos confirmar a grande concentração de riquezas nas mãos de poucos, de forma que pequenos valores tornam-se expressivos para muitos grupos de pessoas na economia do andar de baixo.

Tabela 24: Depoimentos coletados nas entrevistas.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek

Mestrando: Estevam César (11) 2712-2352

Pseudônimo ⁷⁹	Atividade	Destinação do empréstimo	Obs.:
GERÂNIO (capricho e devoção)	Motorista /Taxista	Financiou o conserto do motor da Kombi que utiliza para trabalhar	Tem um Táxi em ponto fixo e uma Kombi para aluguel que trabalha conjuntamente com o irmão mais novo.
BROMÉLIA (firmeza, perseverança e resistência)	Cooperativa de catadores de material reciclável - ambulantes	Financiamento de um caminhão usado para retirada dos materiais nos pontos de reciclagem	A cooperativa tem 60 associados, numero que varia muito durante os períodos do ano ou quando conseguem algum tipo de emprego, eles atuam nas mais diversas formas de recolhimento de material reciclável. São pessoas que recolhem os materiais nos condomínios e pontos autorizados para deposição, andam pelas ruas "puxando" os carrinhos preferencialmente antes do horário de pico do trânsito (antes da sete da manhã e depois das 19 hs). Terminando o pagamento do caminhão pretendem investir numa pick-up para recolher os materiais na região central da cidade, pois nesta região não é permitida circular caminhões grandes.
MARGARIDA (inocência e firmeza)	Comércio / loja de roupas / brechó	Financiou expositores e "araras" no primeiro contrato e no segundo contrato uma máquina registradora	Começou vendendo de porta em porta, reformou sala da casa e abriu uma loja com registro na Prefeitura.
FLOR DE CACTO (Perseverança)	Chaveiro	No primeiro contrato financiou nova máquina para fazer cópias de chaves, e no segundo contrato capital de giro para pagar o condomínio do espaço alugado no shopping	Trabalha com a mulher que fica na loja no shopping enquanto ele atende aos chamados a domicilio

⁷⁹

A utilização de nomes de flores foi uma estratégia que adotei para homenagear os sujeitos da pesquisa preservando suas identidades e atribuindo-lhes representações de cada nome de flor a partir da percepção de suas características próprias. As flores possuem a capacidade de surgir nas condições mais adversas e, em muitas vezes, sua beleza, seu colorido e sua função na natureza são pouco observadas e pouco exploradas em seu potencial. A definição das características que cada nome de flor adotada como pseudônimo representado pode ser consultada em <http://www.mundodeflores.com/rosas-lista-nomes-flores-j-z.html>

Tabela 24: Depoimentos coletados nas entrevistas.

GIRASSOL (Dignidade e confiança)	Costureiro	Financiou máquinas de costura no primeiro contrato, no segundo contrato financiou material para exposição das roupas em shopping	Tem registro na Prefeitura como autônomo / faz curso de enfermagem, mas não pretende parar com o ramo da costura.
ALFAZEMA (calma)	Mecânico - autos	No primeiro contrato adquiriu um elevador para carros equipamento sua oficina, no segundo contrato comprou ferramentas e compressor de ar.	Fez curso de mecânico no SENAI porém não conseguiu se fixar nos empregos pela própria definição de "indisciplinado" nos horários que os patrões colocavam para cumprir. Percebeu que trabalhando por conta atendia melhor os clientes entregando no prazo sem a pressão do patrão. Tem uma oficina em local fixo e um serviço de guincho para atender as emergências. Após quitar o segundo empréstimo pretende solicitar novo contrato para retificar o motor do caminhão guincho.
ORQUIDEA (Pureza)	Representante comercial Pessoa Jurídica	contratou o primeiro empréstimo para comprar novas máquinas de embalagem, no segundo comprou um computador e no terceiro - já como PJ conseguiu capital de giro para comprar produtos.	Trabalha com comercio de doces comprando por atacado e fracionando para venda no varejo. Atuou há 10 anos na informalidade e no ano de 2008 conseguiu registrar a empresa como pessoa jurídica, representante comercial
ACÁCIA (Elegância)	Cabeleireira - Salão de Beleza	Fez dois contratos, no primeiro comprou secadores de cabelo e pia para lavar, no segundo comprou cadeiras de cabeleireira e produtos para o salão.	Trabalhava numa torrefação de café em frente de sua casa e percebeu que os colegas não tinham tempo para se cuidar, como cortar cabelos e "fazer" as unhas - exigências do trabalho. Morando em frente do trabalho atendia em sua casa os colegas, deixou o emprego e montou o salão num quarto da casa. Atualmente uma das filhas a ajuda e pretende seguir na profissão.
CAMÉLIA (Reconhecimento)	Loja de Roupas Infantil	Tem registro na Prefeitura como vendedora ambulante, solicitou o primeiro contrato para comprar armários e material para embalar as roupas - sacolas estampadas com sua marca.	Está no aguardo da aprovação de outro contrato, pois prefere ser chamada de "sacoleira", atividade que faz há 15 anos, comprando roupas na 25 de Março em SP e vendendo no interior. Já morou em São Paulo, mas prefere o interior por ter mais tempo para se deslocar e se dedicar às clientes. Atende na lojinha e nas empresa que permitem expor produtos nos horários de almoço e saída de funcionários.

Tabela 24: Depoimentos coletados nas entrevistas.

AMARILIS (Orgulho)	Loja de roupas – brechó	contratou o primeiro empréstimo para reformar a loja.	Tem registro na Prefeitura como vendedora ambulante e atende com a loja na sala de sua casa
PETÚNIA (vencer obstáculos)	Carro de Caldo de cana	contratou o primeiro empréstimo para compra o carrinho de caldo de cana, mora em frente uma escola e uma fabrica, fato que facilitou o convencimento dos agentes de crédito para autorizar o empréstimo.	Na época pediu para uma filha, que tinha "registro em carteira" pois "ainda tinha emprego na fabrica" montadora de aparelhos de celular para ser sua avalista. Prefere ser chamada de Dona Yolanda, pois é assim que a conhecem pelo bairro.
LÍRIO (Sorte)	Carrinho de lanches	Conseguiu dois créditos, o primeiro foi para comprar o carrinho e o segundo comprou a estrutura do carrinho de lanches que montou sobre uma pick-up	Como o carrinho de lanches que ficava estacionado na esquina de sua casa, próximo de algumas pequenas empresas que foram se instalando na zona industrial, conseguiu comprar uma pick-up usada e recontratando um novo recurso montou a estrutura de um novo carrinho sobre esta pick-up, Atualmente acompanha os eventos na cidade e tem licença de ambulante para estacionar próximo a esses os eventos e vender seus lanches.
VIOLETA (Lealdade)	Pessoa Jurídica - Comércio de Roupas	Contratou dois empréstimos. O primeiro emprestou para comprar balcões expositores e o segundo para capital de giro de compra.	Mesmo tendo uma loja aberta na frente da casa da irmã que mora numa rua movimentada do bairro, não tinha licença da Prefeitura. No primeiro contrato ainda era informal e emprestou para comprar balcões expositores e o segundo já tinha autorização "à título precário" para funcionar como loja e emprestou para utilizar como capital de giro de compra.

As interpretações das entrevistas associadas aos indicadores do município de Sorocaba

O município de Sorocaba com seus 356 anos de fundação sugere, em sua formação, uma comunidade com histórias que caminham em alguns momentos inseridas e também em paralelo aos acontecimentos e momentos históricos dos setores, econômico e social brasileiro. Pretende-se, nesta fase, efetivar a análise dos depoimentos coletados conceituando a realidade vivenciada pelos depoentes e a constatação da formação econômica local que acontece em consonância com a “necessidade de ter para viver”⁸⁰, uma renda minimamente necessária para a sobrevivência. Observar que as aspirações pelo consumo perpassam a condição da apropriação da renda, a situação de pertencimento pela condição natural e necessidade humana de “querer fazer parte” de um grupo social e a necessidade de expurgar os estereótipos excludentes do seu convívio cotidiano que “empurram as pessoas para uma vala comum como se todos fossem iguais”.

Apropriando-me da interpretação de alguns depoimentos percebe-se que o “crédito para pobres” no mundo e no Brasil define comportamento de famílias, em suas diversas modalidades, que se envolvem e se associam pela necessidade de conquistar uma condição de crédito. Os mutirões de crédito e renda passam a fazer parte da vida das pessoas denunciando uma realidade que em muitos momentos fora camuflada pelo sistema.

“Na mais estreita vinculação entre a pobreza e a exclusão social, observa-se, no âmbito internacional, um acentuado agravamento em termos de iniquidade e polarização social. As cifras do PNUD indicam que, nos últimos trinta anos, o volume de renda de 20% das pessoas mais pobres do mundo caiu de 2 para 1,45 da renda mundial, enquanto a fração dos 20% mais ricos passou de 70 para 85% da riqueza mundial. As distâncias sociais se duplicaram de 1960 a 1990. Nos dois extremos da acentuada polarização mundial de renda, 358 multimilionários detêm, atualmente, um patrimônio superior à renda acumulada de 45% da população mais pobre do mundo, 2,3 bilhões de pessoas. As desigualdades de renda e posse de ativos produzem, por sua vez, desigualdades agudas no acesso ao crédito, e têm múltiplas repercussões em campos cruciais, como o acesso e a permanência nos sistemas educativos, a qualidade da educação que os pobres recebem e suas possibilidades de rendimento educacional”. (KLIKSBURG, 1998; p.16)

⁸⁰

Fragmentos de frases expressas espontaneamente pelos depoentes nos momentos de descontração durante as entrevistas. Devidamente gravadas e autorizadas para utilização nesta dissertação.

O sistema amalgamador da concessão do crédito popular está intrinsecamente ligado à consistência das relações em família e da participação comunitária das pessoas. As relações de identidade se confirmam na busca das necessidades materiais de sobrevivência estabelecendo a condição de segurança aspirada, frente a tensão que se estabelece na pobreza pela ausência de recursos.

Essa tensão passa a redefinir os novos papéis sociais e os modelos de referência em sociedade são questionados com a visibilidade que é dada para a situação da insegurança gerada pelos processos de exclusão social.

“As fortes tensões sociais acumuladas em todas as áreas referidas, ..(América Latina e Caribe)... além de outras que a elas se podem acrescentar, constituem um espaço favorável para processos de enfraquecimento do tecido social, como a desintegração da família e o aumento da criminalidade. A família, instituição central de grande parte das sociedades, fornecedora de normas morais, educação básica, saúde preventiva, afeições básicas, modelos de referência, está seriamente deteriorada pelos problemas sociais e tende a criar o abandono de sua figura masculina. (Kliksberg 1998, p 15).

O interesse em deter o poder sobre os pobres. Os interesses dos grupos pelo poder sobre os pobres.

A convergência de interesses dos grupos, tanto dos diretamente beneficiados como dos que provém condições para a execução dos programas, definem um modelo de reduzida preocupação com a realidade que se desenha.

Enquanto as experiências iniciais do microcrédito surgem num país pobre, de baixa renda per capita, alcançando projeção pela conquista do economista *Muhammad Yunus* em emprestar pequenos valores e sustentar o funcionamento de um sistema financeiro local, conquistando o espaço de reconhecimento mundial por organizações internacionais (ONU), os programas de transferência de renda têm seu marco histórico na preocupação que os países ricos da Europa têm em equacionar, ou ao menos reduzir, as fronteiras entre os muito ricos e os paupérrimos.

O pauperismo e a pobreza passam a recheiar as publicações que demandam estudos contribuindo com dados quantitativos para mensurar (algo nada novo em discussão) os males que a sociedade capitalista padece na sua organização social.

O Brasil, assim como muitos outros países "pobres" e "em desenvolvimento" ^{xlviii} optaram por soluções como a transferência direta da renda. Essa ação de transferência passa a atuar nas camadas mais pobres da sociedade por orquestração dos grupos mais ricos, pois como detentores do poder e ao se sentirem atingidos se protegem e buscam compensar as relações de desigualdade com operações dirigidas por governos, que os representam, atribuindo à ascensão capitalista a responsabilidade para atender a "determinados grupos".

Nesse cenário, o microcrédito surge pelo princípio da existência da capacidade produtiva das pessoas, que nas suas origens encontra indivíduos produtivos na pobreza subalternizada. Essas pessoas são identificadas na condição de pobre, porém em condições de produzir naqueles diversos segmentos negligenciados pela "economia maior". Essa mesma economia que se preocupa com a escala produtiva e financeira em proporções muito distantes da realidade e de discernimento da maioria dessas pessoas.

A questão que se verifica é a seguinte, o microcrédito e a transferência de renda são ações das sociedades que buscam inserir pessoas, que, no seu processo formativo social não conquistaram a oportunidade de realização em sociedade, reproduzindo-se nos ambientes cada vez mais distanciados dos recursos produzidos e concorrendo com as 'necessidades humanas' ⁸¹. Esse ser, condiciona-se à atuação subalterna de "necessitados de atenção e atendimento", inseridos num contexto de crescente número de pessoas com possibilidades de se transformar num enorme problema para os grupos mandatários do poder na sociedade capitalista.

Este receio é propriamente traduzido pela emergência e aspiração por algum espaço de ação na sociedade que revela "ao homem comum, na vida cotidiana, que é na

⁸¹

Atribuiu-se a definição apresentada pela Profa. Potyara A. Pereira para necessidades humanas, p26 In: Necessidade Humanas, Potyara A Pereira,

prática que se instalam as condições de transformação do impossível em possível”.
(MARTINS, 2000, p.63)

“Heller ⁸² disse que só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada.” : (MARTINS, 2000, p63)

A criação de condições para as possibilidades de existência na sociedade capitalista demanda de investimento direto principalmente do principal atingido pelo sistema. O indivíduo, que em muitos casos não dispõe de quesitos e capacitações exigidos pela estrutura funcional do capitalismo. A ausência de capacitação fica expressada na crescente e emergente massa de pessoas necessitadas de apoio estruturante necessariamente representada pela função do Estado. A disposição para este enfrentamento à realidade do sistema invoca nas pessoas a reprodução de representações que possam conduzi-las. Essas representações são derivadas das formas culturais, da formação econômica e da composição social que identifica às questões de poder estabelecidas a sociedade. A relação de interesses se estabelece pelo comprometimento da segurança de alguns grupos e convergem para a regularidade dessas relações, mesmo em situações em que os pontos de atrito sejam mais acirrados.

O ponto convergente de interesse entre os grupos sociais se resume em dois segmentos, que nas palavras de Milton Santos, são: "aqueles que têm e os que tentam proteger o que têm" ⁸³, configurando-se na escassa compreensão política de uma participação coletiva. Esta participação, que para o grupo que “nada têm”, é sufocada pelos artifícios do sistema capitalista que se constituiu e constroem barreiras conduzindo as pessoas num processo de dominação e submissão aos poucos comandantes do capital.

O significado dessa existência, para o indivíduo, passa pela relação entre ele e a sociedade e de pertencer a um determinado grupo. Essa existência torna-o mercantilizado, desprovido de poder e com algum prestígio localizado no grupo no qual se relaciona enquanto perdurar as condições que o mantém para pertencer a ele.

⁸²

Agnes Heller, *La Théorie des Besoins chez Marx*, Paris, 1978, In:; MARTINS, 2000, p63

⁸³

Milton de Almeida Santos, Entrevista “Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal” Programa Roda Viva, março 1998, TV Cultura, in: Vídeo, 2007

As condições de manutenção, desse indivíduo, nos grupos de pertencimento confirmam sua situação como produto, ou como mercadoria, tornando-se homogêneos, equivalente a outras mercadorias que são trocáveis.

“No mundo da mercadoria não há singularidades. Não só os objetos são tecnicamente reproduzidos aos milhares como também se tornam equivalentes a outras mercadorias, pelas quais podem ser trocados. No mundo da mercadoria, coisas heterogêneas perdem a singularidade e a raridade, tornam-se homogêneas porque trocáveis umas pelas outras e todas elas são trocáveis. (CHAUI, 2001, p. 8)

A idéia do pertencimento

A existência do tipo de idéia define uma questão incômoda e perturbante. O fato de estar fora do modelo instituído de mercado de consumo, principalmente do trabalho, faz com que as pessoas procurem formas de sobrevivência - muitos na informalidade - resultando em condições de vida em que a sobrevivência se realiza a partir de valores inconcebíveis por muitos desses modelos e padrões estabelecidos para uma garantia mínima das necessidades humanas.

A movimentação desta "pequena economia",¹ é pouco explorada pelo sistema financeiro instalado. Esse “circuito inferior” da economia garante a sobrevivência de grande parte das populações de países considerados pobres e em desenvolvimento. Nesse sentido, a sobrevivência, define padrões de mensuração da pobreza pela renda individual (per capita) conduzindo às questões sociais uma discussão de como travar o duelo com o sistema. Essas questões alcançam a condição de serem tratadas no coletivo pela abordagem social, porém no cotidiano se expressam no individual.

O sistema define a participação das pessoas na economia, particularizando-as, como indivíduo que é concebido, uno, no tratamento dos dados coletados pelas classificações por renda, por localização, por pontos delimitadores de acesso e participação na sociedade.

Milton Santos afirma que:

“O território é a arena da oposição entre o - mercado - que singulariza - com as técnicas da produção, a organização da produção, a "geografia da produção" e a sociedade civil - que generaliza - e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território e suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações”. (SANTOS, 2006, p.175)

Os governos agem em comum acordo com o sistema econômico – o mercado - pela própria relação de sobrevivência dos sistemas, econômico e político, como gestores de uma nação. Neste ponto ousei centrar minha discussão. O sistema financeiro, como braço articulador de funcionamento entre os membros do sistema econômico pouco ou nada, se preocupa com as maiores camadas da população, que estão localizadas nos mais baixos pontos da sociedade.

Os governos tentam apresentar soluções para conter o “avanço dessa pobreza” que se aproxima no sistema. O poder constituído nos governos representa os modelos da sociedade que produz pessoas para dirigirem esses mesmos governos e atendem aos interesses da economia maior, a mesma que dirige os sistemas financeiros, que comanda as nações, que destina recursos para os interesses maiores da economia maior na busca da apropriação do lucro.

Nesse embrulho, estão as “pessoas” que são as formadoras do contexto social de uma nação. Essa formação demanda investimentos sociais que são apropriados a partir da qualidade com que são oferecidos (educação, saúde, cidadania, etc.), e apresenta o retorno proporcional ao investimento. De outra maneira, a formação de um grupo na sociedade está voltada para atender aos cargos de comando dessa mesma sociedade. Por serem elementos constituintes da sociedade, que pouco se interessa pelas discussões maiores da nação, alguns se interessarão em discutir a grandeza dos pobres, comandados pelo modelo instituído pelo setor econômico.

No ambiente brasileiro temos a discussão sobre os programas de transferência de renda para as famílias com pessoas com renda per capita abaixo de dois dólares. Novamente a classificação pela renda é apresentada nos relatórios e são atestados como rendas "familiares" filtrando para uma ou no máximo duas pessoas a

responsabilidade da sobrevivência de uma família. Comparativamente, os valores declarados (e auferidos pelas secretarias estaduais e municipais como gestoras locais) são muito inferiores à capacidade de manutenção de vida de uma família de quatro, cinco ou oito pessoas diante dos padrões de necessidades humanas, se considerarmos a capacidade salarial da maioria da população brasileira.

Considere-se aqui que estamos falando de dois extremos da capacidade de renda, um grupo em sua maioria informal, ou seja, sem as proteções sociais da seguridade plena, auferindo valores dispersos sem condições de agregação final ao processo de suas vidas e, de outro grupo com as garantias das proteções da sociedade oferecidas pelo Estado e pelo sistema do qual são contribuintes. Empréstando os ensinamentos do Professor Milton Santos, para melhor explicar, temos que:

“as classes médias são confortáveis de um modo geral. O conforto cria dificuldades na visão do futuro. O conforto quer estender o presente que está simpático. O conforto, como a memória, é inimigo da descoberta. No caso do Brasil isso é mais grave, porque esse conforto veio com a difusão do consumo. O consumo é ele próprio um emoliente, Ele amolece. Os pobres, sobretudo os pobres urbanos, não têm o emprego, mas têm o trabalho, que é o resultado de uma descoberta cotidiana. Esse trabalho raramente é bem pago, enquanto o mundo dos objetos se amplia”.⁸⁵

O governo brasileiro empenha-se no duelo travado entre a manutenção dos poderes constituídos - que se representam no sistema - e a constituição de novos padrões de tratamento dos pobres pelos segmentos da sociedade que insistem em ocultar a sua existência.⁸⁶

As ferramentas utilizadas para a diminuição da desigualdade de renda no país têm se apresentado eficaz ao se considerar como elemento balizador o quantitativo, ou seja, o excessivo número de elementos condicionados à pobreza facilita qualquer tipo de ação pelo resgate, mínimo que o faça, da condição em que vivem.

Empréstamos como exemplo o programa Bolsa Família que tem em sua estrutura de funcionamento institucional a capacidade de mensurar o tamanho da pobreza, o tipo,

85

Entrevista com Milton Santos / Revista Estratégias do Trabalho Escolar - Ano I - nº 00 - Outubro – 1998

disponível em <http://www.ufsc.br>, acessado em jan/2009

86

A título de ilustração, estamos falando do sistema financeiro (nacional e internacional), do sistema judiciário e do sistema eleitoral que a partir de seus levantamentos, restrições e acessos dificultados, condicionam muitos “cidadãos” à obscuridade da existência.

as formas de expressão, as representações, os entraves de comunicação entre os poderes, e, a possibilidade de identificar as resistências pertinentes por detrás do tratamento do tema.

A legitimação jurídica dos programas é um ponto que conduz a questionamentos sobre a manutenção do duelo entre poderes. Essa legitimação encontraria ambiente de discussão no poder judiciário brasileiro envolvendo desde a discussão do sistema eleitoral até o tratamento jurídico das questões da pobreza - que é constitucionalmente considerado igualitário para todos os cidadãos - segundo as interpretações que são dadas às leis, sem considerar a necessária apropriação da condição de cidadania pelas pessoas.

Existe muito a discutir sobre os programas de transferência de renda, porém partindo de uma comparação grotesca, mas não de pouca importância, percebemos que os programas de transferência de renda surgem num contexto de busca de soluções para a desigualdade de renda entre as pessoas de uma região, uma localidade, uma nação. Para o sistema econômico as economias são globalizadas, o sistema financeiro é global, porém a renda é local. Equacionar esta relação envolve soluções de interpretação, entendimento e principalmente condições para funcionamento da sociedade local, que são controladas pela esfera superior da economia.

As expressões da pobreza se manifestam de diferentes formas nas diversas regiões e nas diversas localidades. O poder de gerenciar os recursos dos programas foi concentrado na esfera federal, destituindo - em muito - dos poderes locais, a movimentação dos recursos, sugerindo “menor influência de manobras político-partidárias”.

Analisando as condições de expressão da pobreza e da possibilidade de emancipação das pessoas, conquistando a condição de pertencerem a determinado grupo na sociedade, há necessidade de dar prosseguimento às conquistas sobre questão da redistribuição da renda.

Neste contexto, o conceito de microcrédito surge, instituindo-se no sistema, e encontra as condições para realizar as interfaces entre a realidade e a situação de

concentração de poderes no modelo capitalista. Conceitualmente se estabelece a relação de compromisso entre o interessado, o valor emprestado e o resgate pelo pagamento. Superam-se, nesta fase as condicionalidades apresentadas pelos programas de transferência de renda para uma formação social do indivíduo sugerindo a condição de existência de uma relação comercial que defina as responsabilidades das partes, atendendo, dessa forma, os interesses da economia maior.

O tratamento dado para as “responsabilidades das partes” se torna unilateral pela fragilidade da parte menor, desprovida de discernimento das questões estruturais do sistema, como os termos contratuais que se estabelecem nas relações dos empréstimos financeiros.

**A questão do desemprego e a relação com o trabalho.
O que acontece com as pessoas que perdem o emprego?**

No atual sistema, as pessoas buscam o emprego da mão de obra para suprir suas necessidades de sobrevivência. Para aqueles, que não tiveram o acesso ao emprego, restam-lhes a benevolência de algumas pessoas, entidades, grupos religiosos ou a existência de alguns programas sociais que abarquem as pessoas que estão fora desse contexto da sociedade que, por uma questão estrutural, ficam fora dos projetos, dos atendimentos, mas que existem e sempre existiram como pessoas, mesmo que não constituídas da cidadania plena.

Estruturalmente a existência de muitas pessoas pobres passou a ser contabilizada pela denúncia da fome. Uma situação que persistia em mostrar para a sociedade sua face e a sociedade insistia em relegá-los ao assistencialismo. A condição dessas pessoas depara com a ampliação e o acesso às informações pela difusão da informática e, o atendimento destas pessoas passou a ter um modelo de tratamento global.

Assim, temos uma camada, grande e crescente, que a partir da informatização de muitas áreas, passou a contar com informações, antes restritas para uma grande massa anteriormente invisível para a sociedade. Essa situação é a preocupação

principal do sistema, em que todos são integrantes de um sistema com a eminência e a visibilidade de uma grande massa de pobres se formando no mundo. Uma grande massa que necessita ser enxergada, ouvida, atendida e inserida no processo.

Mas a partir de quando passamos a quantificar os pobres no mundo? Melhor dizendo, a partir de quando conhecemos os números de quanto há de pobreza no mundo? Sabendo quantos são, é que os olhares perceberam que seriam potencialmente interessantes ao mundo do consumo, desde que preparados para agir neste mundo?

As interpretações que identificam e definem a família produtiva com situações de convivência coletiva no modelo de consumo, permite-nos a oportunidade de observar que o foco está na maneira, no modo como as pessoas se realizam no mercado do consumo, porém com as ações, que são coletivizadas, contrapõe-se ao conceito de indivíduo construído pela sociedade para atender ao interesse do sistema.

**Ascender e acender na economia no andar de baixo, os desafios para os pobres. O crédito popular como política social.
Eu sou pobre, pobre, pobre... de marré ... marré marre.**

Ao tratar da questão do crédito popular percebemos que as condições de atenção, atendimento e concessão não recebem tratamento comum. Seria rumar no sentido contrário, propor um atendimento igualitário para todo o sistema de concessão de crédito, considerado popular.

O paradoxo é que, para que o crédito popular, representado pelo microcrédito, se transforme em solução universal de política pública, supõe-se que todos trabalhadores estejam desempregados, “o que seria um tiro pela culatra”, pois o volume da “massa de trabalhadores (PEA⁸⁷) que estaria disponível e pretendente à

⁸⁷

PEA – População Economicamente Ativa, indicador apurado pelo IBGE (compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada.)

concessão de crédito, tornaria inviável qualquer política de ação pública” de fornecimento de crédito popular^{li 88}

Com menos trabalhadores formais o reflexo seria, menos arrecadação de recursos para a proteção social (FGTS, Seguro desemprego, PIS/Pasep, FAT) e num curto prazo de tempo se tornaria num círculo vicioso comprometendo o sistema de arrecadação do estado e de nenhum interesse para qualquer governo.

A renda média do brasileiro é muito baixa em todo o conjunto das populações pobres, denunciando a desigualdade de renda, de forma que o mercado para as microfinanças estaria comprometido pela própria existência da pobreza.

Pelos dados expostos pela coleta realizada para o PNAD (2008) ^{lii} percebemos como é distribuição de renda no Brasil. No balanço geral, a pesquisa revelou aumento de brasileiros no mercado de trabalho, Em 2008, a parcela 10% mais rica da população brasileira concentrava 42,7% dos rendimentos do trabalho - contra 43,3% em 2007, enquanto os 10% mais pobres ficaram com 1,2% restante - contra 1,1% em 2007.

Isso indica que a parcela mais pobre da população passa a se apropriar mais da renda, reduzindo a distância que os separa dos brasileiros mais ricos, mas a desigualdade social continua.

Os desníveis entre as regiões do país denunciam uma realidade já conhecida. A região Centro-Oeste teve a maior renda média do trabalho, de R\$ 1.261, influenciada pelo Distrito Federal e seus altos salários no serviço público na capital, ao passo que o Nordeste teve a menor, com R\$ 685. São as regiões com maior desigualdade na distribuição de renda.

José Num⁸⁹ propôs uma tese interessante, “a massa marginal”, baseada numa discussão que começou entre ele e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. *Num*

⁸⁸ Francisco de Oliveira, entrevista CEBRAP, O Vício da Virtude, 2004.

⁸⁹ José Num, artigo “Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal, p73, in: PEREIRA, Luis, 1978.

assumiu a tese de que o crescente excesso de população é disfuncional em relação à acumulação do capital. Ele dizia: “o capital não precisa mais dessas massas, portanto é uma massa marginal”. *FHC* retrucou e respondeu com *Marx*: disse que *Num* não havia aprendido direito o que era exército industrial de reserva. “Temos uma espécie de superacumulação, mas isso não significa desocupação”.

Segundo a pesquisa Dieese (Pesquisa de Emprego e Desemprego) a maioria dos desempregados não está desocupada. A ocupação é uma “espécie de trabalho virtual potencializado” pela revolução industrial. Ela se dá numa estranha relação: “há a superacumulação de capital no sentido de uma massa informal - sem relações trabalhistas - mas que está ocupada, não está inteiramente desocupada”.

Os desempregados são a fração que as pesquisas mostrarão como pessoas que não tem emprego formal. “Buscando no cotidiano o que eles fazem podemos ver que a maior parte dos desempregados está ocupada, vendendo bagulhos na rua, fazendo qualquer coisa. É a informalidade. E isso sim serve aos processos de acumulação de capital.”⁹⁰

A interpretação sobre a questão dos programas de transferência de renda é o conceito de “tirar de outro setor da sociedade e operar a redistribuição”. Já, “O microcrédito não é transferência de renda”, pois “utiliza das forças do trabalhador” que estando fora do processo de acumulação do capital atua na sobrevivência, sem contribuir para a redistribuição, sem querer desconsiderar os esforços dessa grande camada na formalidade ou informalidade, mas “nos conceitos de produção de capital não há comprometimento futuro no processo do sistema”. (OLIVEIRA, 2006)

A operação de microcrédito é uma “provisão direta” e a custo zero proveniente dos fundos públicos, pois o fato do prestador solicitar valores a juros, mesmo que baixo em relação aos praticados em média pelo mercado financeiro, não implica em renda, e isso não supõe necessariamente que ele terá uma renda futura.

⁹⁰

OLIVEIRA, Francisco de, O vício da Virtude, entrevista CEBRAP- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2006 , <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf>

Para alimentar a cadeia produtiva é necessário estar inserido no processo que demanda a relação de consumo de materiais e produtos.

“O microcrédito representa um estado de exceção, no qual, se é incluído por exclusão. Partindo do princípio de que todo crédito ou empréstimo é um adiantamento sobre a renda futura, então se a pessoa faz um empréstimo, supõem-se que terá renda futura para pagar.” (OLIVEIRA, 2006)

Os programas de transferência de renda executam a distribuição de algumas rendas, pois ao se "retirar" renda de outros setores destinando-os aos programas, pratica-se essa distribuição. A efetiva distribuição tem que ser direta e a custo zero inserido num modelo econômico. Através de crédito produtivo a economia no andar de baixo encontra a possibilidade de pertencimento, de pertencer, acender ou ascender politicamente.

Pertencer a algum grupo de consumo pode criar uma identidade nas populações, nas cadeias de consumo instaladas. Porém, o sistema permite a grupos na sociedade ascender a espaços rompendo com a subalternidade presente na atualidade? Essa subalternidade, gestada de forma paulatina e condicional nos grupos vulneráveis da sociedade, sugere ações para a criação de perspectivas, que podem se confirmar num primeiro momento pelos programas de transferência de renda e consecutivamente pela inserção no crédito produtivo.

Acender um consumidor seria o mesmo que lhe proporcionar condições de vida nas mínimas condições. O desafio é como acender uma comunidade para a participação comunitária com a criação de uma identificação cultural que possibilite a ascensão social, preservando suas características locais. Essas características localizadas, peculiares são o fator que potencializa estas comunidades através do seu maior patrimônio, sua cultura.

Seguindo a trajetória dos pensamentos do Professor Milton Santos, podemos visualizar o questionamento sobre a participação dos "homens lentos". Homens que se acendem para as luzes da cidade, do desenvolvimento, de forma a participar não somente do processo de formação das riquezas da sociedade, mas também usufruir destas riquezas. Dessa participação transcorre o processo de ascensão.

Em economias simples e condições normais, onde existissem muitos tomadores de empréstimos sem que nenhum exercesse o controle sobre o mercado de crédito, o microcrédito seria desnecessário, pois, como afirma GALBRAITH, (1983 p. 9):

“ . . . a função do crédito numa sociedade simples, na verdade é notavelmente igualitária. Permite ao homem com energia e sem dinheiro participar da economia mais ou menos em pé de igualdade com o homem que possui capital próprio”

A subjetivação do capital. A identificação pelo consumo; Pertencendo a um mercado.

À medida que a necessidade é legitimada pelos modelos da sociedade, reproduzidos pelos anúncios e propagandas, o produto que agrega “poder” às pessoas é associado à condição de realização e conquista, enquanto que a essência, o modo de vida e seus valores culturais que confirmam a construção cotidiana da identidade, confrontam-se com o poder de redução pelo capital. A alienação, própria do capital, sugere o fetichismo da mercadoria e o dinheiro. “Ao assumir imagens (...) o fetiche das marcas cria o vazio que ilusoriamente é preenchido pelos sentimentos de posse fictícia do melhor produto de melhor marca”.

Nessa linha de avaliação, Fontenelle assinala que, “o ponto, no qual a marca publicitária pode ser interpretada como sintoma” . E é neste ponto que o consumo pode ser interpretado como “sintoma de cultura vigente” e sintoma que “simboliza a própria sobrevivência”.

Os símbolos de riqueza, de posição, de fama e de poder, assim como de classe, sempre tiveram importância na sociedade. “Os materiais de produção e reprodução dessas imagens”, quando não estão disponíveis, tornam-se, eles mesmos, “o foco da inovação, do novo”, ou seja, “quanto melhor a reprodução da imagem, maior o mercado de massas na construção da imagem pode se tornar”. (FONTENELLE, 2002, p.280)

“Isso constitui por si só uma questão importante, levando-nos de modo mais explícito a considerar o papel do "simulacro" no pós-modernismo. Por "simulacro" designa-se um estado de réplica – modelo - tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é quase impossível de ser percebida.” (HARVEY, I. ; In : CANCLINI, Néstor Garcia. A Globalização Imaginada, trad. Sergio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003 p 259)

A dinâmica de funcionamento de uma sociedade "do descarte" ⁹¹, começou a ficar evidente durante os anos 1960. Ela significa mais do que jogar fora bens produzidos (criando e identificando um grande problema sobre o que fazer com o lixo); significa também ser capaz de descartar valores, estilo de vida, relacionamentos, coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser. Por intermédio desses mecanismos as pessoas foram forçadas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de “obsolescência instantânea”, fornecendo um contexto para a “quebra do consenso” e para a diversificação de valores numa sociedade que segue o caminho da fragmentação.

Na obra “Globalização, as conseqüências humanas”, BAUMAN discorre sobre onde a ordem social passou a sofrer transformações e a cultura tornou-se estetizada, uma sociedade que situa o individuo como valor central, centralizando neste individuo o “sentimento de desamparo pela não posse e a sensação de incerteza diante da vida, uma vez que o coletivismo de outrora fora deixado para trás”. (BAUMAN, 1999, P43)

Zizek (p144) nos aponta que os homens “são fetichistas na prática e não na teoria”, pois eles sabem que “existem relações entre pessoas por trás das relações entre coisas”, mas a questão é que eles agem como se o dinheiro fosse de fato a “encarnação imediata da riqueza como tal”, mas não sabem que na realidade social são guiados pela “ilusão fetichista”, na qual o valor é traduzido como algo real “que se encarna sucessivamente numa série de objetos concretos”.

A questão da ilusão criada, sustentada por Zizek, nos afirma que “ela não está ao lado do saber, mas na própria realidade daquilo que as pessoas fazem”. Mas elas

91

Essa terminologia foi adotada por escritores como Alvin Toffler ao se referir ao descarte, não somente de bens e produtos, mas dos valores da sociedade. In: CANCLINI, Néstor Garcia. A Globalização Imaginada, trad. Sergio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003.

desconhecem que a “própria realidade social é guiada por uma ilusão, por uma “inversão fetichista”, que estrutura sua realidade, a sua atividade social.

“Eles sabem muito bem como as coisas realmente são, mas continuam a agir como se não soubessem. A ilusão, portanto, é dupla: consiste em passar por cima da ilusão que estrutura nossa relação real e efetiva com a realidade. E essa ilusão, desconsiderada e inconsciente, é o que se pode chamar de fantasia ideológica” (ZIZEK,p143)

Esta fantasia ideológica se materializa no mercado de consumo, confirmando e conduzindo grandes grupos de indivíduos aos modelos que permitem uma continuidade pela não definição clara de seu papel na sociedade, que nas condições ideais objetivaria a cultura como forma de proteção à alienação do mercado, mas se concretiza na satisfação pela posse, pela construção da fantasia.

Neste espaço de conquista é que o mercado se confirma vitorioso com a dominação pela dependência material dos indivíduos. Essa dependência serve de base para a realidade social na medida em que fica mascarada a estrutura das relações sociais reais e efetivas, oferecendo aos indivíduos - constituídos na lógica do consumo - a própria realidade social como uma fuga, escapar da “realidade que castra, oprime e afasta do entendimento desta realidade”.

Criam-se os objetos da causa dos desejos, aqueles que se revelam eficaz na quando da sua falta, provocando a necessidade pela falta, e não necessariamente possíveis de ser alcançados. *Marx* observou com a teoria da “mais valia”, a impossibilidade do capitalismo vencer a contradição entre a produção e as forças produtivas, pois esta discordância já está contida no seu próprio conceito, na forma de contradição entre o modo de produção social e o modo de apropriação pelo indivíduo. “Neste sentido o capitalismo está condenado a uma permanente reprodução ampliada^{liii}, o que significa desenvolver constantemente suas próprias condições de produção”.

“Aquilo que confunde e conduz os indivíduos à crença da satisfação e materialização pelo consumo é a “causa” que move o processo de produção no capitalismo” ⁹². Apoiado neste conceito, o Estado se manifesta participante do processo de

condução para a materialidade necessária como condição para a existência e reprodução capitalista e numa posição dualista se confirma como o interventor dos produtos desta relação social.

As pessoas pobres, individualizadas e desconectadas do processo, surgem como ameaça ao funcionamento “racional” da reprodução do consumo. “O consumo como existência da materialização da satisfação individual”. (ROCHA, 1998 p.56)



Foto: Agência Família, 2002

A “sociedade pós-moderna” ⁹³ se caracteriza como uma sociedade de consumo e precisa engajar seus membros pelo caminho da condição de “consumidores”, condicionados a escolher dentre as várias opções de oferta de produtos “domando o indivíduo para o conceito de produzir para servir à condição de sociabilizado”.(SANTOS, 2005, p147) ^{liv}

93

Seguindo a interpretação de Boaventura Sousa Santos, SANTOS, 2005.

Nas palavras de Milton Santos,

“Prefiro dizer que o mercado nacional é o nome fantasia do mercado global. Esse mercado global trabalha com alguns pontos do território e exige que os estados nacionais aparelhem esses pontos. As empresas globais ali se instalam. É nesses pontos privilegiados que elas produzem nacionalmente uma produção global. Mas há também o território: todo o resto utilizado pelas outras empresas e pela maioria esmagadora dos homens que não vivem sem esse território. Podemos encarar de outra maneira a questão do território, do mercado e do Estado nacional. Esse mercado global travestido de mercado nacional não tem um reflexo, nem obrigatório nem imediato, sobre a maior parte da população. Ele se amplia com o desemprego, com a fome, sem que a maior parte da população seja beneficiária, enquanto o mercado territorial é o que tem a ver com a maioria da população e acaba sendo o sustentáculo do Estado. (Entrevista com Milton Santos Revista Estratégias do Trabalho Escolar - Ano I - nº 00 - Outubro - 1998 , disponível <http://www.ufsc.br/>)

Segundo Bauman, (p.52) é essa norma que a sociedade atual impõe para seus membros, ou seja: “a capacidade e vontade de desempenhar esse papel. A prioridade e a ênfase que existe no consumo fazem a diferença”.

Os Papéis. Do Estado, da Sociedade.

O Estado supre as “necessidades mínimas” (BRAVO, 2001) para o conceito de consumo buscando atender as necessidades emergenciais, as prioridades de vida das pessoas que indica um modo de pertencimento no modelo de consumo.

“Atribuir ao Estado o dever de garantir aos seus cidadãos o acesso às necessidades mínimas para a subsistência representa uma mudança fundamental na concepção do papel do Estado. Se no modelo liberal a regra era que se lutasse e sobrevivesse (ou não, no mercado), no Welfare State parte-se da idéia de que o mercado não consegue sobreviver se os trabalhadores não tiverem as mínimas condições de vida e que cabe ao Estado garanti-las.”⁹⁴

O Estado brasileiro, através do governo atual, procura engajar os indivíduos na condição de consumidores de produtos de representação da inserção na sociedade. “Produtos sociais”, como o microcrédito, o Bolsa família, BPC⁹⁵, entre outros, são programas necessários, porém paliativos, que são utilizados com roupagem

94

HEIDRICH, Andréa Valente. Transformações no estado capitalista: refletindo e refratando transformações na questão social Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006 Textos & Contextos Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 5, ano V, nov. 2006.

95

BPC – Benefício de Prestação Continuada

empresarial adotando um discurso da responsabilidade social que constrói, através das perspectivas das pessoas, ideários de consumo.

As questões urgentes e emergentes são postergadas para consumação futura, uma vez que a individualização já foi conquistada pelo mercado, cabe ao estado brasileiro a criação de modelos de programas para conquistar esse consumo.

A trajetória da constituição do programa Bolsa família, criou as condições para o mapeamento dos apartados da sociedade brasileira de forma a cadastrar, catalogando e regionalizando os grupos com necessidades mais emergentes.

Este cadastramento geral, conduzindo para um “cadastro único”, realiza o controle necessário, quantificando e direcionando os “recursos” de acordo com as necessidades emergenciais apresentadas e atendendo as demandas políticas e do mercado, como também, dos mandatários do poder de plantão.^{lv}

Os programas destinados os pobres, em sintonia com os ganhos do capitalismo inserem conceitos de “consumidores” para estas pessoas, modelo emprestado dos grupos privilegiados no sistema. O conceito de consumidor, para os pobres, alcança projeção que conflita com a realidade daqueles que nem sequer apropriou-se das condições mínimas de sobrevivência material.

Fontenelle ⁹⁶ nos alerta que o “próprio ato de consumir se apresenta sob a aparência e um gesto cultural legitimador, na forma de bens simbólicos, as imagens e ou de simulacros”. É o formato mercadoria no seu estágio mais avançado, como forma publicitária. “O que se consome é um estilo de vida e nada escapa a essa imaterialização que toma conta do social”. A cultura torna-se peça central na máquina reprodutiva do capitalismo, a sua nova mola propulsora.

Considerando a questão da cultura como legitimador do consumo, o professor Ladislau Dowbor em *Reprodução Social*⁹⁷, nos explica que “*na época de Marx,*

⁹⁶

FONTENELLE, I. – O nome da Marca - McDonalds, Fetichismo e Cultura descartável, 2002 p

279

⁹⁷

DOWBOR, 2001 P 53

centrada na acumulação industrial, o enfoque todo era justamente na transformação, e as atividades de intermediação eram vistas como fundamentalmente especulativas, e em todo caso improdutivas, enquanto os serviços sociais ainda davam os seus primeiros passos”.

O governo federal, utilizando-se do sistema protetivo que tem como finalidade amparar e proteger o cidadão em situações de risco e vulnerabilidade social, expressando um avanço civilizatório, cria, promove e fornece aquilo o que é esperado para o cidadão brasileiro, ou seja, “amparo e proteção”. Para isso utiliza-se de ferramentas de divulgação da realidade vivenciada pelas pessoas dando a visibilidade necessária para conferir a legitimidade dos programas, atribuindo a identidade do consumidor pobre.

Figura 2 : Modelos de propagandas institucionais veiculadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social



Fonte: MDS www.mds.gov.br

Figura 3 : Modelos de propagandas institucionais veiculadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social



Fonte: MDS www.mds.gov.br

Uma Lógica Social - Processo de participação do social no mercado

Uma vez os programas engajados na nova lógica social de participação da população pobre devidamente cadastrada, localizada e centrada no conceito de consumo, seu plano de marketing pode ser desenvolvido de acordo com o mercado

consumidor constituído e construído, e condicionado com o comportamento do consumidor.

Neste contexto podemos observar a ampla publicidade governamental para os programas sociais de transferência de renda. Em paralelo, as destinações para os programas de microcrédito já haviam alcançado divulgação ampliada em épocas anteriores, período em que muitos governos de diversos países, principalmente na América Latina foram influenciados pela designação pela ONU de Ano Internacional do Microcrédito para 2005.

Atualmente, e desde a implantação do programa unificador dos programas, o Bolsa família, o governo tem destinado grande soma de recursos para a publicidade do programa social, com a finalidade de confirmar os benefícios desse que reúne muitos outros programas, com “intuito de atender e inserir o pobre à sociedade”⁹⁸.

O governo federal trabalha com as imagens construídas, na tentativa de conquistar apoio para a consolidação dos seus programas. O intuito é construir uma imagem de um programa sólido e positivo na mente do público. As propagandas são veiculadas buscando o reconhecimento público na tentativa de alertar para a realidade intencionalmente ocultada pelos poderes distantes do andar de baixo. Local este, onde se realizam diversas ações da sociedade e onde vivem milhares de brasileiros. Ações estas que se reproduzem no cotidiano expressas nas necessidades das pessoas.

Existe um contingente de brasileiros que passaram a ser “identificados” pelos atuais programas sociais – agrupados no Bolsa Família, pelo qual são atendidos - criando grupos de necessidades, antecipadamente percebidas pelo mercado, porém pouco exploradas pelos governos. Essas necessidades emergem do cotidiano classificando interesses e distanciando esse mercado da possibilidade do cidadão, que lá sobrevive, de se inserir no contexto da sociedade.

⁹⁸

Expressão publicitária adotada para designar ‘participação social’. MDS www.mds.org.br

As necessidades, desejos e demandas criadas são bem definidos, a partir da concepção de que para consumir é preciso ter renda. Renda essa, que mesmo sendo mínima, cria a condição da subjetividade.

Emprestando os conceitos de Kotler (2000) temos que:

“necessidades descrevem exigências humanas básicas. As pessoas precisam de comida, ar, água, roupa e abrigo para sobreviver. Eles também, têm uma necessidade muito grande de recreação, educação e entretenimento. Essas necessidades se tornam desejos quando são dirigidas para os objetos específicos capazes de satisfazê-las. Um norte americano necessita de comida, mas deseja um hambúrguer, batatas fritas e um refrigerante. Um habitante das Ilhas Mauricio necessita de comida, mas deseja uma manga, arroz, lentilhas e feijão. Desejos são moldados pela sociedade em se vive”.

No mundo capitalista, as pessoas satisfazem suas necessidades e seus desejos com produtos. O conceito de *produto* é adotado por Kotler como: “.....é qualquer oferta (coisa) que possa satisfazer a uma necessidade ou a um desejo. As ofertas básicas são bens, serviços, experiências, eventos, pessoas, lugares, propriedades, organizações, informações e idéias”. (KOTLER, 2000, p 33).

Adotando este conceito para produto, temos os programas de transferência de renda como elementos que satisfazem as ofertas básicas de serviços, experiências, idéias e informações e, sobretudo a sobrevivência para as pessoas, de forma a criar a condição de que estão inseridas num sistema socialmente funcional.

Quando o governo federal investe massivamente na divulgação dos programas de transferência de renda, busca estabelecer uma relação entre os grupos sociais e investe numa cumplicidade entre esses grupos como fator amalgamador da realidade. Realidade muitas vezes dispensada de ser conhecida, ser vista ou convivida por alguns desses grupos que delegam essa função ao governo.

Parece evidente que a proposta de consolidar a realidade social numa ação conjunta da sociedade envolve primeiramente o reconhecimento da existência dos pobres na condição de “ocultados”⁹⁹ pelo sistema e a participação da outra parcela da sociedade nesse reconhecimento.

⁹⁹

Assumo a expressão de “ocultados pelo sistema” ao definir que a implantação do cadastro único trouxe para os registros oficiais governamentais nas três esferas de governo muitos pobres que anteriormente não constavam (e não tinham percepções de constar dos censos oficiais).

A presente condição de desigualdade de renda reforça a urgente proposta governamental de reformular as relações na sociedade, propondo intensificar a divulgação da realidade vivida pelos pobres com a intenção de fixar uma tendência mobilizadora da sociedade. Essa tendência sugere a cumplicidade, pelo conhecimento dos fluxos de movimentação da sociedade.

Diante das incertezas do mundo capitalista a questão do enfrentamento à pobreza com possibilidade de inserção social ganha força. “O triunfo do indivíduo”¹⁰⁰ confirma as ações governamentais brasileiras sintonizadas e focadas na promoção da pobreza, estimulando o reconhecimento da economia do andar de baixo como forma de fixar modelos na sociedade brasileira para aceitação da realidade expressada por essa pobreza. A intenção desse envolvimento sugere como objetivo, unificar os esforços de co-responsabilidade dos grupos sociais no enfrentamento do problema da pobreza estimulando a sua participação no mercado.

O consumo se estabelece não mais como necessidade que se impõe, mas como necessidade criada pelo sistema, como instrumento de inserção no mundo globalizado.

O individual supera o coletivo, o consumo se estabelece como caminho, algo como se há muito tempo já existisse na vida das pessoas criando a possibilidade de pertencer a algum grupo de consumidores. O modo de atuação e das condições oferecidas pelo mercado engrandece o indivíduo em detrimento de uma preocupação social de sobrevivência.

No trabalho “Consumo Precário”¹⁰¹, a professora Maria Eduarda, emprestando a definição de Jean Baudrillard¹⁰² em “A sociedade do consumo” nos indica que “as nossas relações com os objetos, com as pessoas, com a cultura, com o lazer e, às

¹⁰⁰

In: Kotler, 2000 p 25

¹⁰¹

ROCHA, Maria Eduarda da Mota.. O consumo precário : pobreza e cultura de consumo em um município do litoral nordestino. São Paulo: s.n, 1998. Dissertação de Mestrado DM 300 R692c PUC SP 1998.

¹⁰²

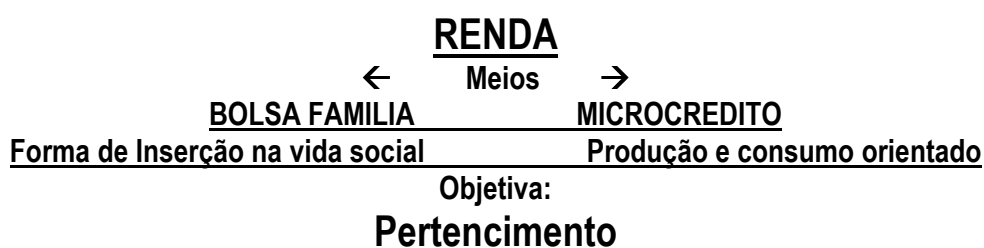
Baudrillard, J. – A Sociedade do Consumo, 1991, p119. in; O consumo precário : pobreza e cultura de consumo em um município do litoral nordestino

vezes com o trabalho e também com a política, são cada vez mais reguladas pelo lúdico, tornando-se uma arma publicitária poderosa a serviço dos governos.”

Lançando mão das estratégias publicitárias, o governo federal brasileiro puxou para o âmbito da esfera superior, a questão do trato com a pobreza, levando para seu controle a responsabilidade de atender e cuidar da população pobre brasileira.

Utilizando-se das poderosas ferramentas do marketing, o governo busca identificar uma realidade, colocando-a para conhecimento da sociedade, identificando uma população pobre que necessita de atendimento e principalmente pela necessidade de participação na sociedade, conferindo-lhes condições de renda para que possam se habilitar a pertencer nessa sociedade. Essa habilitação implica em apropriar-se de uma renda financeira, cabendo ao governo proporcionar-lhes condições mínimas para esta participação no mercado consumidor buscando conciliar a realidade de renda atribuída com potenciais necessidades criadas nos indivíduos.

Considerando a realidade econômica do Brasil e a capacidade financeira imposta pelo sistema, através dos programas e políticas públicas podemos perceber a indução à inserção cada vez maior a esse sistema, comprometendo indivíduos com a relação de sobrevivência e consumo e alimentando o circuito financeiro capitalista.



Pelo esquema acima, buscamos reproduzir a discussão sobre a questão da renda no universo de atuação das políticas de concessão ao crédito produtivo. Consideramos a parcela da população sem o emprego formal ou em condições mínimas de renda, os meios governamentais disponibilizados para acesso à renda

distribuída pelo programa social e a renda proporcionada pela concessão de crédito aplicado à produção e a geração de renda própria.

Ambas as ações, gestadas pelos governos, buscam a inserção na vida social e a condução para a produção e a geração de renda própria, proporcionando a condição para dignamente pertencer à sociedade.

O microcrédito sustenta-se como política social integrando o conjunto de condições necessárias para o patrocínio do mínimo para a promoção da produção geradora de renda. Faz parte das microfinanças, entendida pelo BNDES, “como toda e qualquer operação financeira destinada à população de baixa renda. Trata da provisão de serviços financeiros a clientes de baixa renda, incluindo trabalhadores por conta própria” (MARTINS, 2002, p.59)

O elo entre o microcrédito e a promoção da dignidade é o trabalho autônomo, em especial diante da constatação de que o desemprego é um dos flagelos das sociedades modernas (YUNUS, 2006, P 268). Os Estados, a maioria signatários das Convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ressaltam efusivamente a busca pelo aumento dos postos de emprego, quando deveriam ter como preocupação, também, a promoção de meios de trabalho autônomo para absorver de imediato o contingente disponível, diante da impossibilidade de prover postos de emprego para toda a população nas atuais conjunturas.

Além de ser um mero instrumental financeiro de acesso ao crédito e promoção de oportunidade empreendedora, o microcrédito adquire um caráter de função social a partir do momento em que o indivíduo pode “contribuir para aumentar o bem-estar comum exercendo suas capacidades de produtor” (YUNUS, 2006, p.277).

Considerações finais:

A modernização da economia trouxe consigo processos de reestruturação produtiva que ampliaram o desemprego e a precarização do trabalho e colocou para o Estado o desafio de atender as necessidades de promoção das pessoas.

A realização tardia de fixação das pessoas no território e as condições para o provimento de renda encontrou um contingente de brasileiros pobres confirmando o desencontro entre o desenvolvimento da sociedade e a economia.

O conceito primeiro de desenvolvimento implica um conjunto de coeficientes sociais e econômicos que sinalizem para a realização dos direitos políticos, civis e sociais que possam criar condições capazes de reduzir a concentração de renda e as desigualdades. O desenvolvimento econômico brasileiro alcançou nos últimos cinquenta anos índices que superaram, em muito, os demais países em desenvolvimento no mundo, porém os problemas sociais e as conquistas políticas, simultaneamente se revelaram defasados.

O setor tradicional é cumpridor de sua funcionalidade para o capitalismo subdesenvolvido e dependente. É constituído dos pobres que trabalham por conta própria ou sem carteira de trabalho assinada, que são, primeiramente, parte do setor informal ou do setor dos excluídos. “Seu papel é o de oferecer trabalho a baixo preço para toda uma série de atividades auxiliares que facilitam a realização de lucros e a acumulação capitalista”¹⁰³

¹⁰³

In: O Conceito de Desenvolvimento do ISEB Revisitado, Luiz Carlos Bresser-Pereira Trabalho apresentado ao IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, 8 a 11 de junho de 2004 disponível em http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2017%20-%20Economia%20Pol.pdf

Gerações foram sendo formadas com conceitos de subalternização e desprovidas dos agentes políticos que pudessem intermediar as suas relações sociais. Muitos predicativos foram empregados por uma elite nacional para definir a grande massa da população brasileira e foram, por longo período, criando uma identificação de pobreza. Pessoas que “resistiam a assumir o papel de trabalhador adequado à realidade do mercado”. O posicionamento imposto, cobrando das pessoas para assumir esse “papel de trabalhador” não garantiu a prometida inserção nesse mercado. A realidade do mercado não absorveu todos os elementos do contingente de excluídos e despreparados.

Essa redefinição do uso da força de trabalho relegou grupos à marginalidade de todo processo. As condições de produção do lucro, e a mais valia, posicionaram grupos de trabalhadores, já imbuídos da força produtiva, a competirem com outros grupos – os imigrantes - que traziam consigo na sua formação, melhores condições técnicas e contavam com o apoio governamental que pretendia definir um perfil para o trabalhador brasileiro e com isso novos grupos foram relegados à exclusão social.

A metamorfose dos grupos de trabalhadores em condições de exercer a força produtiva estava realizada. Neste processo, novamente, os grupos não preparados, já relegados e carentes de atendimento somam-se aos assistidos pelos programas assistenciais caritativos e religiosos. Constitui-se aí um pensamento, presente no consciente coletivo brasileiro, de que povo é somente aquele que está inserido no sistema produtivo, ou seja, aquele que produz, atende os requisitos para manter a produção e submete-se ao domínio do poder do Estado.

A natural reprodução destes grupos gerou um contingente de pobreza, não instruído, vivendo em condições distantes do mínimo para a sobrevivência e carente de apoio e atenção, sujeitando-se aos desmandos do poder político e do poder econômico.

O contexto entre a realidade do emprego, do desemprego, do subemprego, o pauperismo no cotidiano e essa interpretação, intencional e equivocadamente, construída ao longo do tempo sobre as condições de vida da população, são traduzidas pela polarização das lutas sociais em torno do acesso à terra, do

emprego, do salário, pelas condições de trabalho, acesso a saúde, a habitação, pela educação e pelos direitos políticos.

Os processos estruturais como o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo estão na base dessas desigualdades e antagonismos em que a relação de conflito da propriedade do capital e a força do Estado estão presentes na exploração do trabalhador do campo e da cidade. Essas desigualdades e antagonismos são expressos pela fome, desnutrição, falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde.

O grupo de aliados do sistema, com baixa ou nenhuma escolaridade, sem especialização e preparo para os projetos de implantação do parque industrial brasileiro com foco na indústria nacional, é parte do setor tradicional formado por pessoas “marginais” ou “excluídas” dos benefícios do desenvolvimento, mas que fazem parte do sistema capitalista, mesmo que muitos grupos se empenhem em ofuscá-los.

As diferenças sociais, que também são econômicas e culturais, acabam por separar os grupos, indicando e definindo à esses grupos um lugar nesta sociedade. A questão social expressa pela pobreza, pela exclusão e pela subalternidade indica a marginalização do indivíduo, sinalizando-o para ocupar determinados lugares nessa sociedade, limitando seus movimentos para o exercício de sua cidadania. Pobreza, exclusão e subalternidade, formam um conjunto com conteúdos que através da forma assumida nos indica onde se “localizam” as pessoas que estão à margem do processo de reprodução do capital. Seu lugar está imposto pela sociedade.

O capitalismo reduz a sociedade no indivíduo, de forma a particularizar seus momentos, suas participações pelo individual. A condição é estrutural, de forma que a solução encontrada foi o estabelecimento de um programa que possa localizar as pessoas, posicionando-as num território com vínculos localizados com a escola e os serviços de saúde, buscando primeiramente a fixação deste indivíduo na sua comunidade. Esse processo se estabelece a partir de suas necessidades atendidas e os laços sociais que se produzem.

Centralizados no programa Bolsa Família, os programas de transferência de renda, buscam realizar a fixação de muitas famílias nos seus locais, amenizando por determinado período, o movimento migratório. Esta fixação evidencia a condição necessária para a formação dos sistemas primários de vida social, localizada, fixada e propensa à formação social, estimulando o comércio e o consumo.

O contingente de beneficiados, em processo contínuo de formação está habilitado para participar dos programas de transferência de renda a partir de suas trajetórias históricas e seus currículos de incertezas e descapacitação, gerados, em muitos momentos, pela própria ausência do estado.

A gestação da identidade da pobreza brasileira, ao buscar pertencer a um grupo, cria pessoas que vivem em condições precárias, porém negociam algo, se apropriam de um mínimo, recebem donativos ou se sujeitam às precárias condições de exploração e dominação para executar algum tipo de trabalho, alheios - em muitos momentos - aos olhares do estado.

Os programas de transferência de renda no Brasil atribuem à pobreza o seu lugar na sociedade, localizando, identificando e classificando seus indivíduos a partir de uma relação externa a vida cotidiana.

O ordenamento político atual indica a viabilidade de implantação do sistema de concessão do “microcrédito” com base nas experiências nacionais de transferência de renda, bem como importando modelos de outras partes do mundo. Os programas de transferência de renda, no caso brasileiro condicionados no Bolsa família, causaram impacto na vida das pessoas e provocou sua ampliação com a proposta de continuidade, atrelamento e a conjugação com as demais políticas sociais, como a exemplo o microcrédito.

Estas iniciativas sugerem a contribuição e efetiva participação do indivíduo para sua própria promoção e conseqüente redução dos níveis de pobreza. Sem a pretensão de afirmar que os programas de transferência de renda são dispositivos redentores para os pobres e de que o microcrédito é a solução para todos os males de que padecem os indivíduos na sociedade, predominantemente os pobres, o objetivo é

fomentar a discussão sobre a implantação de um sistema de concessão do microcrédito, “orientado e organizado na sua estrutura de funcionalidade”^{lvi} concebendo a situação real de condicionalidades impostas pelo sistema capitalista. Muitos programas de transferência de renda são “executados”^{lvii} seguindo os manuais predefinidos, sem aplicar ou ampliar uma discussão local sobre a questão principal, a permanência das pessoas na pobreza.

A configuração de programas de atendimento à pobreza, pelos programas de transferência de renda, pelos programas de microcrédito e pelo atendimento generalizado e discriminatório que se observa nas instituições financeiras, que representam o portal de entrada para o sistema capitalista, expressa a contradição de sua existência, pela criação de barreiras e pelos dispositivos criados pelos governos para inserir os pobres e os descapacitados financeiramente no sistema para atuar como consumidores, formados por um modelo governamental.

Referências

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de, REIS VELLOSO, João Paulo dos, (orgs); **A nova geografia da fome e da pobreza - Fórum Nacional BNDES**; Rio de Janeiro : José Olympio, 2004.

ANTUNES, Ricardo, **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2003.

ANTUNES, Ricardo **“A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas”**. In: SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (orgs.), Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo, Boitempo, 2003.

ANTUNES Ricardo, **Adeus ao trabalho?**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos)

BARONE, Marcelo. LIMA, P. DANTAS, V. REZENDE, V. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BAUMAN, Zygmunt **Globalização : as consequências humanas**; trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1999.

BONADIO, Geraldo. **Sorocaba: a cidade industrial (espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril)**. Sorocaba, SP: Bonadio, 2004

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara (orgs.). **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez; e Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio : pobreza e política social**. São Paulo : AnnablumeSalvafor : CRH/UFBA, 2008

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da Modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CANCLINI, Néstor Garcia. **A Globalização Imaginada**, trad. Sergio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e Cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, R. **As Armadilhas da exclusão**, 1995, Tradução: Geisa M. M. Rosa e Mariangela B-Wandelrey, in: Desigualdade e a questão social, 2 ed. PUC SP. EDUC, 2007.

CASTEL, R. **Da indigência, à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional**. In: Saúde e Loucura - Grupos e Coletivos, nº4. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994, pp.21-48.

CASTORIADES, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. 4. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CONSTANZI, Rogério N. **Microcrédito no âmbito das políticas de trabalho e renda**. In: Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n.º 19. IPEA/MTE, 2002, pp. 21-25.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura, 1999.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução Social**, São Paulo, Brasiliense, 2001

FONTENELLE, I. – **O nome da Marca- McDonalds, Fetichismo e Cultura descartável**, 2002

FILION, L. J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. Revista de Administração, São Paulo, v. 32, n.º 2, p 5-28, abr/jul 1999.

FOOT, Francisco. LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo, Global. 1982. (Teses, 6)

GARRETÓN, Manuel A, (et al.). **América Latina no século XXI: em direção a uma nova matriz sociopolítica**, Por, São Paulo, FGV Editora, 2007, versão on line disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=2HVkPn-XDZQC>

GALLAGHER, T. **Microcrédito e desenvolvimento**. In: Encontro Nacional de Economia Solidária e Microcrédito / Encontro Regional Sul da UNITRABALHO, n.7, 2003, Chapecó. Anais... Chapecó: UnoChapecó, 2003.

GALBRAITH, John Kenneth, **Moeda, de onde veio para onde foi**. S. Paulo. Pioneira, 1983

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Editora Paz e Terra S/A. 6ª ed. São Paulo, 2000.

IANNI, Octavio, **Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, 2004

IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil**. EDUSC SP – ANPOCS, Bauru, 2004

IAMAMOTO, Marilda Villela: **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IMAMAMOTO, Marilda Villela: **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio críticos**. 8ª ed. São Paulo: Cortez., 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO Raul: **Relações sociais e serviço social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o Estado para o Desenvolvimento Social: Superando dogmas e convencionalismos**. Trad. Joaquim Ozório Pires da Silva. Cortez Editora, São Paulo, 1998.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**, São Paulo, 2000,

MARQUES, Rosa Maria. **A Proteção Social e o Mundo do Trabalho**. São Paulo, Biental, 1997.

MARX, K. & ENGELS, F.. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo. 2003.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2003. (Pensamento humano).

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. L I_V II (Livro I volume II):

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus 1997,.

MARTINS, José de Souza Martins. **A Sociabilidade do Homem Simples – cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo, Hucitec, 2000

MARTINS, Paulo Haus; WINOGRAD, Andrei; SALLES, Renata de Carvalho. **Manual de Regulamentação das Microfinanças: Programa de Desenvolvimento Institucional**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

MEDEIROS, Marcelo.; **O que faz os ricos ricos; o outro lado da desigualdade brasileira**.; São Paulo : Hucitec Anpocs, 2005.

MÉSZÁROS, István, **O poder da ideologia**. São Paulo, Boitempo, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2ª ed. São Paulo: 2005, Cortez.

OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de,; **O regime das riquezas - elementos de crematística**. Prefácio de Artur Anselmo; 5 ed., Lisboa : Guimarães Editores, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de, **O vício da Virtude**, entrevista CEBRAP- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2006, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf>, acessado em maio de 2009.

PASSOS, A. Ferreira dos. PAIVA, L. H. GALIZA, M. CONSTANZI, R. N. **Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças**. In: Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n.º 18. IPEA/MTE, 2002, pp. 41-61.

PEREIRA, Luis. (Org.). **Populações Marginais** (Coleção História e Sociedade) USP; Livraria Duas Cidades, (1978).

PINTO JUNIOR, Arnaldo. **A invenção da “Manchester Paulista”: embates culturais em Sorocaba (1903-1914)**. 2003. História da Educação. Fac. Educação, Unicamp, Campinas, 2003.

POCHMANN, M. 2007. **Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007**, Pesquisadores: André Campos e Ricardo Amorim. Coordenação: Marcio Pochmann, Brasília/novembro de 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/mapadoemprego.pdf>. Acessado em 14/09/2008.

POCHMANN, M. 2004, **Emprego formal cresce, mas a renda cai**. Márcio Pochmann. Disponível em: http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_clipping_jjii.html Acessado em 15/09/2008.

RIBEIRO, Cristina Tauaf.; **Do microcrédito às microfinanças: desempenho financeiro, dependência de subsídios e fontes de financiamento: uma contribuição à análise da experiência brasileira** / Cristina Tauaf Ribeiro ; Carlos Eduardo Carvalho. - São Paulo : FAPESP; EDUC, 2006.

RICARDO, David; **Princípios de Economia Política e Tributação**. 2ed. Trad. Paulo Henrique R. Sandroni, São Paulo, Nova Cultural, 1985.

RIFKIN Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1996.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota.. **O consumo precário : pobreza e cultura de consumo em um município do litoral nordestino**. São Paulo: 1998.

Dissertação de Mestrado em Psicologia social PUC SP 1998, disponível na biblioteca PUC SP, DM 300 R672c, 1998.

SANTOS Boaventura Souza. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS Boaventura de Souza. (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **Encontro com Milton Santos, ou Mundo Global visto do lado de cá**. Entrevista dirigida por Silvio Tendler. Vídeo, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** 4 ed EDUSP 2006

SILVA, E.C. ; **O Combate à pobreza na América Latina: O microcrédito como ferramenta das microfinanças**. 2006, 133 p. Monografia de pós-graduação nível especialização (Economia Social e Desenvolvimento) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária/ Cogea PUC SP, São Paulo.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e, ; **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda** / Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Carmelita Yazbek, Geraldo Di Giovanni - São Paulo : Cortez, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org.); **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva** – São Paulo : Cortez, 1997

SINGER, P.; DE SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SPOSATI, Aldaíza (org.). **Renda Mínima e crise mundial: saída ou agravamento?** São Paulo, Cortez. 1997

SUPLICY, Eduardo Matarazzo, **Renda básica de cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo, Cortez. 2002

STAVENHAGEN, Rodolfo, “**Classes sociais e estratificação social**”. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza (orgs.), Sociologia e sociedade. São Paulo, LTC, 1994.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista. Informalidade e precarização do trabalho**. Editora Cortez, São Paulo: 2004.

TAVARES, Maria Conceição.. Revista Conjuntura Econômica – FGV Caderno **50 Anos de Conjuntura Econômica**. Nov. '97

TELLES, Vera. **A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza** – USP 1992

TOURAINÉ, Alain. **Como sair do liberalismo?** Lisboa: Terramar, 1999

UNITED NATIONS. **Resolution 1998/28**. New York, UN. 1998:a.

UNITED NATIONS. **Resolution 1998/28**. Role of microcredit in the eradication of poverty: report of the Secretary-General. New York: UN, 1998:b.

YAZBEK, M. Carmelita. **Questão Social: Desigualdade, pobreza e vulnerabilidade social**. PUC SP, março 2008.

YAZBEK, M. Carmelita. **Pobreza e exclusão Social: Expressões da questão social no Brasil**, 2001

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Ática, 2001.

YUNUS, Muhammad. **Microcrédito: a experiência do Grameen Bank**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

YUNUS, M. **Entrevista. São Paulo**: Fundação Padre Anchieta, 2000. DVDs e VHS. Entrevista ao programa Roda Viva na TV Cultura, NTSC, 2000.

Periódicos

Revista Carta Maior, Debate aberto: **Nunca fomos tão participativos**. Disponível em:

http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3774

Acessado em 28/09/2008

Revista Saúde e Sociedade nº.8,. Artigo: **Tendências da Gestão Social**, Ladislau Dowbor, In: (p3-16) 1999

Internet

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil acesso em set 2009.

<http://www.undp.org.br/hdr/Atlas.htm>, <http://www.pnud.org.br/atlas/>

ANEXO A - Questões dirigidas aos candidatos a crédito, beneficiados pelo Programa Banco do Povo.

QUESTÕES DIRIGIDAS PARA OS CANDIDATOS AO CRÉDITO - BENEFICIADOS PELO PROGRAMA BANCO DO POVO - SOROCABA

Qualificação do entrevistado:

a) Nome	Idade
---------	-------

c) Nascido no município?	Outra região? Qual?
--------------------------	---------------------

e) Endereço

f) Telefone para contato

g) Escolaridade

h) Estuda atualmente?

i) Qual Curso?

j)	Escolaridade do Pai	Escolaridade da Mãe
----	---------------------	---------------------

a.	Região (ou Estado ou cidade) do nascimento do Pai
----	---

b.	Região (ou Estado ou cidade) do nascimento da Mãe
----	---

Atividade / trabalho / emprego

a)	Já trabalhou com carteira assinada?
----	-------------------------------------

b)	Trabalha ainda?
----	-----------------

c)	Teve outro tipo de emprego/ ocupação anterior,
----	--

d)	Quanto tempo ficou sem trabalho?
----	----------------------------------

**QUESTÕES DIRIGIDAS PARA OS CANDIDATOS REFERENTE:
AO NEGÓCIO / ATIVIDADE QUE PRÁTICA / ATUA/ FAZ**

Negócio atual / renda atual

- a) Que tipo de atividade exerce atualmente?
- b) Qual sua renda? (aproximada)
- c) Há quanto tempo está no negócio,
- d) Já havia pensado em fazer / realizar este tipo de negócio antes,?
- e) Quantas pessoas participam com você desta atividade?
 - i. São da família?
 - ii. Amigos, ?
 - iii. Funcionários ?
 - iv. Colaboradores ?
 - v. Ajudantes ?
- f) Dá para ampliar o negócio?
- g) É melhor trabalhar assim ou com carteira assinada?
- h) Quanto tira em média por semana/ mês,
- i) Quanto gasta com telefone (celular e fixo), (importante pela possibilidade de viabilizar negócios)
- j) Tem carro,?
 - a. é usado para o trabalho,
 - b. é da família, ?
- k) Quanto gasta com combustível /mês? (aproximadamente)
- l) Alguém na família já realizava este tipo de negócio / ocupação (esta atividade) antes?
- m) Como aprendeu?
 - i. Fez ou frequentou cursos?
 - ii. quanto tempo?
 - iii. quanto custou?

QUESTÕES DIRIGIDAS PARA OS CANDIDATOS REFERENTES: AO CRÉDITO / CONDIÇÃO DE CRÉDITO

Empréstimo / crédito

- a) Já fez algum tipo de empréstimo?(anteriormente, em banco, financeira)?
- b) Tem conta bancária atualmente? Quanto tempo?
 - i. Tem cheque especial?
 - ii. Já fez CDC (crédito direto ao consumidor)?
 - iii. Tem poupança em banco?

Se sim, qual a principal finalidade desta poupança?

iv. Tem algum tipo de financiamento?

1. Carro

2. Casa/ apto

3. Outro

Qual o prazo deste financiamento?

Quanto por mês?

Facilidades e dificuldades

-) *Empréstimo pelo Banco do Povo*

a) Quando fez o primeiro empréstimo, teve alguma dificuldade? Se sim, quais foram?

b) Neste período tinha conta bancária? Teve que abrir? Como foi?

c) Em quantas parcelas / prestações você pagou o empréstimo?

d) É o primeiro empréstimo? (no Banco Povo)

1) Se Sim

i. Quanto emprestou?

ii. Nº parcelas

iii. Quanto foi o Juro?

iv. Precisou de Aval?

a). Quem? (amigo, parente, conhecido, outro)

b) Como?

(refinanciamento carro, penhora, imóvel, carro, outro)

2) Não

i. Quantas vezes já fez empréstimos no Banco do Povo?

ii. Quais os valores?

iii. Para que foi utilizado?

iv. No negócio, quais foram as Facilidades que você teve?

v. Quais foram as Dificuldades que você enfrentou?

vi. Quem foram seus Avalistas?

vii. O qual foi mais fácil, o empréstimo atual ou o anterior?

viii. Por quê?

Depoimento:

Contexto atual

a) Como você classificaria, atualmente, a sua situação de trabalho?

Formal / informal / empregado / dono do negócio / outro?

b) Como você avalia a situação de "ter uma carteira de trabalho assinada", o isso que significa para você?

c) Você paga algum tipo de "previdência" para futura aposentadoria? Qual?

d) Você faria empréstimos de maior valor, caso fosse oferecido por algum banco? E pelo Banco do Povo?

e) Para que você investiria este valor emprestado?

f) As seguintes frases fazem você lembrar do quê?

Complete

"Com o "dinheiro na mão" eu faria"

"Se eu tivesse esse dinheiro eu montaria um negócio"

"Você pensa em estudar?" Gostaria de fazer o quê?

"O que você pensa para o futuro dos seus filhos em relação a emprego, trabalho, renda?

"O que você pensa sobre os empréstimos que o Banco do Povo oferece?

Como teve conhecimento do Banco do Povo?

Caso você já tenha realizado outro tipo de empréstimo, por favor, responda:

Já pediu empréstimo(s) para:

Bancos / Financeiras / Agiotas / Familiares / Amigos

Qual foi a necessidade que fez com que solicitasse o empréstimo?

Faria novamente? Em quais circunstâncias / situações?

ANEXO B - Questões dirigidas aos agentes de crédito do Banco do Povo



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
SERVIÇO SOCIAL

QUESTÕES DIRIGIDAS AOS AGENTES DE CRÉDITO BANCO DO POVO DE SOROCABA

Questões Banco do Povo - Perguntas de partida:

A) O que é o Banco do Povo?

B) Como é administrado e como foi implantado?

a. Quando iniciou suas atividades?

b. Qual o objetivo do programa?

X) A quem se destinam os empréstimos?

Δ) Quais são as exigências para o candidato ao crédito?

E) O candidato tem que morar (ou ter um “negócio”) no município?

Φ) É consultado o SERASA ou SCPC?

Γ) Tem aval? Qual tipo?

H) O empréstimo pode ser destinado para pessoas na **INFORMALIDADE**?

a. Quais são as exigências?

b. Como é o aval?

I) Para as pessoas em situação de **FORMALIDADE** quais os documentos necessários?

ϑ) Para as pessoas na **INFORMALIDADE** o que pode ser financiado?

a. Quais são os limites de crédito?

K) Para as pessoas NA **FORMALIDADE** que pode ser financiado?

a . Quais são os limites de crédito?

Λ) Qual é a taxa de juro (ao mês) aplicada no empréstimo?

M) Qual é a origem dos recursos? Federal, estadual ou municipal?

a . Quais as parcelas de participação de cada esfera governamental?

N) Quais foram os resultados obtidos em **2008**?

a . Quantidade de **operações no 1º semestre**:

b . Quantos de **recursos financeiros foram destinados**?

c . Quanto de **recursos** foi emprestado?

d . Quantidade de **operações no 2º semestre**:

e . Quantos de **recursos financeiros foram destinados**?

f . Quanto de **recursos** foi emprestado?

O) Quais foram os resultados obtidos em **2009**?

a . Quantidade de **operações no 1º semestre**:

b . Quantos de **recursos financeiros foram destinados**?

c . Quanto de **recursos** foi emprestado?

d . Quantidade de **operações no 2º semestre**:

e . Quantos de **recursos financeiros foram destinados**?

f . Quanto de **recursos** foi emprestado?

II) **Quantos empréstimos foram solicitados em 2008?**

a . Quantos foram recusados?

b . Quais os motivos mais relevantes?

Θ) **Quantos empréstimos foram solicitados em 2009?**

a . Quantos foram recusados?

b . Quais os motivos mais relevantes?

P) **Quantos empréstimos foram concedidos para mulheres?**

a . **Em 2008?**

b . **Em 2009?**

Σ) Quais os **tipos de atividades / ocupações que receberam** os empréstimos?

a . Em 2008

b . Em 2009

T) Quais os **tipos de atividades** que **pretenderam** o empréstimo e foram **recusados**?

- a . Em 2008
- b . Em 2009

Y) Quais foram as **metas** (nº de empréstimos X recursos destinados) definidas para:

- a . 2008
- b . 2009

ç) Quem define estas metas?

Ω) Existe algum órgão fiscalizador do Banco do Povo?

Ε) Em relação ao AVAL

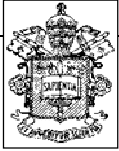
- a . Como é autorizado?
- b . Tem que comprovar patrimônio / Conta bancária?

Ψ) Em relação aos AGENTES DE CRÉDITO:

- a . Qual é a importância de sua atividade?
- b . Como você observa / enxerga o candidato ao crédito?
- c . Já observou mudança na vida destas pessoas, a partir do empréstimo?
- d . Como você se definiria a partir da possibilidade de colaborar com a mudança de vida destas pessoas?
- e . Você participou de algum treinamento para atender o público?
- f . Como você avalia a importância desta atividade?
- g . Qual é sua formação educacional? Em qual área?
- h . Você já precisou fazer algum tipo de empréstimo no Banco do Povo?
 - i. Caso positivo, pagou em quantas vezes?
 - ii. Caso negativo, você faria um empréstimo em quais circunstâncias?

Z) Em algumas palavras defina a importância do programa BANCO DO POVO na vida das pessoas?

ANEXO C – Formulário apresentado para coleta de dados para a pesquisa



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC SP

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek

Mestrando: Estevam César (11) 2712-2352

[illegible]

ANEXO D - Formulário com os resultados da pesquisa, depoimentos coletados na pesquisa



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC SP PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek

Mestrando: Estevam César (11) 2712-2352

Pseudônimo	Atividade	Destinação do empréstimo	Obs.:
GERÂNIO (capricho e devoção)	Motorista /Taxista	Financiou o conserto do motor da Kombi que utiliza para trabalhar	Tem um Táxi em ponto fixo e uma Kombi para aluguel que trabalha conjuntamente com o irmão mais novo.
BROMÉLIA (firmeza, perseverança e resistência)	Cooperativa de catadores de material reciclável - ambulantes	Financiamento de um caminhão usado para retirada dos materiais nos pontos de reciclagem	A cooperativa tem 60 associados, numero que varia muito durante os períodos do ano ou quando conseguem algum tipo de emprego, eles atuam nas mais diversas formas de recolhimento de material reciclável. São pessoas que recolhem os materiais nos condomínios e pontos autorizados para deposição, andam pelas ruas "puxando" os carrinhos preferencialmente antes do horário de pico do trânsito (antes da sete da manhã e depois das 19 hs). Terminando o pagamento do caminhão pretendem investir numa pick-up para recolher os materiais na região central da cidade, pois nesta região não é permitida circular caminhões grandes.
MARGARIDA (inocência e firmeza)	Comércio / loja de roupas / brechó	Financiou expositores e "araras" no primeiro contrato e no segundo contrato uma máquina registradora	Começou vendendo de porta em porta, reformou sala da casa e abriu uma loja com registro na Prefeitura.
FLOR DE CACTO (Perseverança)	Chaveiro	No primeiro contrato financiou nova máquina para fazer cópias de chaves, e no segundo contrato capital de giro para pagar o condomínio do espaço alugado no shopping	Trabalha com a mulher que fica na loja no shopping enquanto ele atende aos chamados a domicilio

GIRASSOL (Dignidade e confiança)	Costureiro	Financiou máquinas de costura no primeiro contrato, no segundo contrato financiou material para exposição das roupas em shopping	Tem registro na Prefeitura como autônomo / faz curso de enfermagem, mas não pretende parar com o ramo da costura.
-------------------------------------	------------	--	---

ANEXO D - Formulário com os resultados das entrevistas

ALFAZEMA (calma)	Mecânico - autos	No primeiro contrato adquiriu um elevador para carros equipamento sua oficina, no segundo contrato comprou ferramentas e compressor de ar.	Fez curso de mecânico no SENAI porém não conseguiu se fixar nos empregos pela própria definição de "indisciplinado" nos horários que os patrões colocavam para cumprir. Percebeu que trabalhando por conta atendia melhor os clientes entregando no prazo sem a pressão do patrão. Tem uma oficina em local fixo e um serviço de guincho para atender as emergências. Após quitar o segundo empréstimo pretende solicitar novo contrato para retificar o motor do caminhão guincho.
ORQUIDEA (Pureza)	Representante comercial Pessoa Jurídica	contratou o primeiro empréstimo para comprar novas máquinas de embalagem, no segundo comprou um computador e no terceiro - já como PJ conseguiu capital de giro para comprar produtos.	trabalha com comercio de doces comprando por atacado e fracionando para venda no varejo. Atuou há 10 anos na informalidade e no ano de 2008 conseguiu registrar a empresa como pessoa jurídica, representante comercial
ACÁCIA (Elegância)	Cabeleireira - Salão de Beleza	Fez dois contratos, no primeiro comprou secadores de cabelo e pia para lavar, no segundo comprou cadeiras de cabeleireira e produtos para o salão.	Trabalhava numa torrefação de café em frente de sua casa e percebeu que os colegas não tinham tempo para se cuidar, como cortar cabelos e "fazer" as unhas - exigências do trabalho. Morando em frente do trabalho atendia em sua casa os colegas, deixou o emprego e montou o salão num quarto da casa. Atualmente uma das filhas a ajuda e pretende seguir na profissão.
CAMÉLIA (Reconhecimento)	Loja de Roupas Infantil	Tem registro na Prefeitura como vendedora ambulante, solicitou o primeiro contrato para comprar armários e material para embalar as roupas - sacolas estampadas com sua marca.	Está no aguardo da aprovação de outro contrato, pois prefere ser chamada de "sacoleira", atividade que faz há 15 anos, comprando roupas na 25 de Março em SP e vendendo no interior. Já morou em São Paulo, mas prefere o interior por ter mais tempo para se deslocar e se dedicar às clientes. Atende na lojinha e nas empresas que permitem expor produtos nos horários de almoço e saída de funcionários.

AMARILIS (Orgulho)	Loja de roupas - brechó	Contratou o primeiro empréstimo para reformar a loja.	Tem registro na Prefeitura como vendedora ambulante e atende com a loja na sala de sua casa
PETÚNIA (vencer obstáculos)	Carro de Caldo de cana	Contratou o primeiro empréstimo para compra o carrinho de caldo de cana, mora em frente uma escola e uma fabrica, fato que facilitou o convencimento dos agentes de crédito para autorizar o empréstimo.	Na época pediu para uma filha, que tinha "registro em carteira" pois "ainda tinha emprego na fabrica" montadora de aparelhos de celular para ser sua avalista. Prefere ser chamada de Dona Petúnia, pois é assim que a conhecem pelo bairro.
LÍRIO (Sorte)	Carrinho de lanches	Conseguiu dois créditos, o primeiro foi para comprar o carrinho e o segundo comprou a estrutura do carrinho de lanches que montou sobre uma pick-up	Como o carrinho de lanches que ficava estacionado na esquina de sua casa, próximo de algumas pequenas empresas que foram se instalando na zona industrial, conseguiu comprar uma pick-up usada e recontratando um novo recurso montou a estrutura de um novo carrinho sobre esta pick-up, Atualmente acompanha os eventos na cidade e tem licença de ambulante para estacionar próximo a esses os eventos e vender seus lanches.
VIOLETA (Lealdade)	Pessoa Jurídica - Comércio de Roupas	Contratou dois empréstimos. O primeiro emprestou para comprar balcões expositores e o segundo para capital de giro de compra.	Mesmo tendo uma loja aberta na frente da casa da irmã que mora numa rua movimentada do bairro, não tinha licença da Prefeitura. No primeiro contrato ainda era informal e emprestou para comprar balcões expositores e o segundo já tinha autorização "à título precário" para funcionar como loja e emprestou para utilizar como capital de giro de compra.

Anexo E: Entrevistas por ano e número de contratações



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC SP PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek

Mestrando: Estevam César (11) 2712-2352

Pseudônimo	Atividade	Destinação do empréstimo	Valor (R\$) do recurso	Ano contratação	Prazo de financiamento	Concluído em	Como teve conhecimento sobre o BP
GERÂNIO (capricho e devoção)	Motorista /Taxista	Financiou o conserto do motor da Kombi que utiliza para trabalhar	1º contrato R\$ 900,00	2007	1º contrato : 12 meses	2008	Amigos e entrevistas nos jornais
BROMÉLIA (firmeza, perseverança e resistência)	Cooperativa de catadores de material reciclável - ambulantes	Financiamento de um caminhão usado para retirada dos materiais nos pontos de reciclagem	1º contrato R\$ 6.300,00 2º contrato (em análise) R\$ 6.000,00	2007	1º contrato : 18 meses	2009	Câmara de Vereadores
MARGARIDA (inocência e firmeza)	Comércio / loja de roupas / brechó	financiou expositores e "araras" no primeiro contrato e no segundo contrato uma máquina registradora	1º contrato R\$ 678,00 2º contrato R\$ 430,00	2006 / 2008	1º contrato : 08 meses 2º contrato : 12 meses	2007 / 2009	Filha que viu pela Internet
FLOR DE CACTO (Perseverança)	Chaveiro	no primeiro contrato financiou nova máquina para fazer cópias de chaves, e no segundo contrato capital de giro para pagar o condomínio do espaço alugado no shopping	1º contrato R\$ 520,00 2º contrato R\$ 600,00	2007 / 2008	1º contrato : 10 meses 2º contrato : 06 meses	2008 / 2009	Jornal e amigo que já havia contratado o empréstimo.
GIRASSOL (Dignidade e confiança)	Costureiro	Financiou máquinas de costura no primeiro contrato, no segundo contrato financiou material para exposição das roupas em shopping	1º contrato R\$ 1.050,00 2º contrato R\$ 540,00	2007 / 2009	1º contrato : 12 meses 2º contrato : 06 meses	2008 / 2009	Pela Internet e na faculdade onde estuda.
ALFAZEMA (calma)	Mecânico - autos	No primeiro contrato adquiriu um elevador para carros equipamento sua oficina, no segundo contrato comprou ferramentas e compressor de ar.	1º contrato R\$ 2.180,00 2º contrato R\$ 1.320,00	2006 / 2008	1º contrato : 14 meses 2º contrato : 12 meses	2008 / 2009	Pelo Jornal e TV

Anexo E: Entrevistas por ano e número de contratações

ORQUÍDEA (Pureza)	Representante comercial Pessoa Jurídica	contratou o primeiro empréstimo para comprar novas máquinas de embalagem, no segundo comprou um computador e no terceiro - já como PJ conseguiu capital de giro para comprar produtos.	1º contrato R\$ 360,00 2º contrato R\$ 1.490,00 3º contrato R\$ 850,00	2006 / 2007 / 2009	1º contrato : 06 meses 2º contrato : 12 meses 3º contrato : 06 meses	2007 / 2008 / 2009	Pelo gerente do banco para o qual devia o cheque especial.
ACÁCIA (Elegância)	Cabeleireira - Salão de Beleza	Fez dois contratos, no primeiro comprou secadores de cabelo e pia para lavar, no segundo comprou cadeiras de cabeleireira e produtos para o salão.	1º contrato R\$ 1.750,00 2º contrato R\$ 960,00	2007 / 2008	1º contrato : 12 meses 2º contrato : 12 meses	2008 / 2009	Pelo Jornal e por entrevista na rádio
CAMÉLIA (Reconhecimento)	Loja de Roupa Infantil	Tem registro na Prefeitura como vendedora ambulante, solicitou o primeiro contrato para comprar armários e material para embalar as roupas - sacolas estampadas com sua marca.	1º contrato R\$ 1.100,00	2007	1º contrato : 12 meses	2009	Entrevista na rádio
AMARÍLIS (Orgulho)	Loja de roupas - brechó	contratou o primeiro empréstimo para reformar a loja.	1º contrato R\$ 2.700,00	2008	1º contrato : 09 meses	2009	Uma cliente e pelo jornal
PETÚNIA (vencer obstáculos)	Carro de Caldo de cana	contratou o primeiro empréstimo para compra o carrinho de caldo de cana, mora em frente uma escola e uma fabrica, fato que facilitou o convencimento dos agentes de crédito para autorizar o empréstimo.	1º contrato R\$ 1.800,00	2007	1º contrato : 14 meses	2009	A diretora da escola próxima a sua casa a ajudou
LÍRIO (Sorte)	Carrinho de lanches	Conseguiu dois créditos, o primeiro foi para comprar o carrinho e o segundo comprou a estrutura do carrinho de lanches que montou sobre uma pick-up	1º contrato R\$ 2.050,00 2º contrato R\$ 1.400,00	2007 / 2008	1º contrato : 12 meses 2º contrato : 08 meses	2009 / 2009	Pelo jornal e pela rádio
VIOLETA (Lealdade)	Pessoa Jurídica - Comércio de Roupas	contratou dois empréstimos. O primeiro emprestou para comprar balcões expositores e o segundo para capital de giro de compra.	1º contrato R\$ 630,00 2º contrato R\$ 1.500,00	2007 / 2008	1º contrato : 07 meses 2º contrato : 06 meses	2007 / 2009	Um amigo que já havia emprestado.

ANEXO F – Modelo de Termo de Livre consentimento para entrevistas

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Aceito participar da pesquisa intitulada de “*A economia no andar de baixo: ascender ou acender perspectivas de pertencimento geradas pelo microcrédito produtivo fornecido pelo Banco do Povo de Sorocaba, SP*” conduzida pelo aluno pesquisador Estevam César Silva, do **Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**.

Fui informado (a) que a pesquisa tem por objetivo: “analisar a relação entre a questão da geração de renda e os entraves burocráticos, as perspectivas e possibilidades inseridas nos programas de inclusão social por transferência de renda, focando o contexto das dificuldades econômicas e sociais com o conseqüente deslocamento de trabalhadores para o setor da informalidade”.

Nesta etapa, aceito participar da entrevista enquanto sujeito da pesquisa, a qual será realizada a pesquisa quanti-qualitativa com entrevista semi estruturada, visando contribuir com os objetivos descritos.

Tenho conhecimento de que tenho a liberdade de me recusar a participar da referida pesquisa e deixá-la a qualquer momento, sem prejuízo para a minha vida pessoal e profissional.

Fui também esclarecido (a) de que meu nome bem como informações de cunho pessoal não serão divulgados nos resultados da pesquisa e as informações que darei serão utilizadas exclusivamente com o fim acadêmico aqui proposto.

Concordo com o uso de gravação: () Sim () Não

Sorocaba, SP, _____/_____/_____

Assinatura do (a) entrevistado (a)
Nome:

Assinatura do pesquisador
Nome: *Estevam César Silva*

Notas:

ⁱ Nesta dissertação entendemos por **Mobilidade Social**, a possibilidade de melhoria das condições de vida dessa população em termos de seu usufruto de bens e serviços necessários a uma sobrevivência com dignidade.

ⁱⁱ Para esta dissertação buscamos os modelos de **redistribuição de renda** aplicados no Brasil, a partir de FHC 2002, (...renda mínima, renda cidadã, bolsa escola, discussões sobre bolsa alimentação e auxílio gás)

ⁱⁱⁱ Entendemos como “**mobilidade social**” a possibilidade de melhoria das condições de vida presente. A análise sob a ótica capitalista é o desafio.

^{iv} **Renda per capita**, conceituada como renda auferida por pessoa no contexto de um núcleo familiar ou social - Atualmente a Referência mais utilizada para análises quantitativas de pobreza, porém existem outras iniciativas e estudos sobre outros indicadores que possam mensurar o nível de pobreza e que procuram avaliar principalmente as questões locais, onde as pessoas se desenvolvem (Ex índice PIB que avalia e agrega o potencial de felicidade das pessoas, a sua realização pessoal)

^v No contexto atual do sistema capitalista observa-se que o modelo está esgarçado e a atual crise financeira 2008/2009 gerada pelos bancos, a partir da hegemonia do “dólar” norte americano responde, em parte, por esta situação. Talvez seja a grande oportunidade para perceber e impor alguns limites ao avanço desenfreado do capital sobre o homem.

^{vi} Condição de **desigualdade** pela posse e retenção da renda, comprovada por inúmeras pesquisas sociais e econômicas, com desdobramentos no poder político...(concentração de renda)

^{vii} As questões relacionadas ao mundo do trabalho - a questão do trabalho se insere e permeia todas as análises.

^{viii} Concebendo o Brasil inserido num contexto mundial e recebendo as influências dessa economia desnacionalizada – sem pretensão de realizar estudos aprofundados na área da economia financeira.

^{ix} É importante diferenciar **Inserção social de Integração social** – Segundo o conceito de Robert Castell em Anete Brito, p183, “Favorecer a Integração Social como recurso para contrabalançar as forças sociais. Forças estas que pressionam para uma dinâmica excludente. Distingue de inserção social que atua em setores específicos e não contempla uma dinâmica que tem caráter estrutural,

^x **Bangladesh**, Pequeno país no sul da Ásia com área de 147 mil km², quase que totalmente circundado pela Índia, com população predominantemente de religião Islâmica (83%) com pouco mais de 160 milhões habitantes, sendo 70 % concentrados na área rural. (dados 2007)
http://www.portalbrasil.net/asia_bangladesh.htm

^{xi} Previsto no estatuto social de formação das instituições financeiras. Circular BACEN, 2008

^{xii} É importante analisar se o agrupamento dos programas sociais num único programa, permitiu a utilização dos “serviços” que são realizados nos estados e municípios, como os de cadastramento e levantamento de dados. Ações locais teriam alcance maior, em nível regional ou

federal contribuindo para projetos regionalizados, partindo da valorização das próprias experiências municipais que acabaram por convergir para a atual Bolsa Família. Os estudos realizados identificam propostas locais centradas nos municípios que fizeram, (e ainda fazem) coleta de dados que trabalhados contribuem com informações gerenciais importantes.

xiii No sentido de perpetuação da pobreza, com gerações de pessoas sendo “condicionadas” para serem pobres,Mãe pobrefilhos pobres?.

xiv **“Padrão-ouro** - O sistema de organizações monetárias sob o qual o valor do dinheiro de um país é legalmente definido como uma quantidade fixa de ouro, e o meio de circulação doméstico toma a forma de moedas de ouro e/ou notas conversíveis à vista em ouro a taxas legalmente determinadas. Duas condições básicas são necessárias para que um padrão-ouro pleno exista: a obrigação da autoridade monetária de trocar a moeda doméstica por ouro em qualquer quantidade à taxa especificada (isto inclui a cunhagem irrestrita de moedas a partir de lingotes de ouro entregues a ela) e a liberdade de importação e exportação de ouro por parte dos indivíduos” (Pearce, p. 171-2). PEARCE, D.W. (Ed.) (1991). *The MIT dictionary of modern economics*. 3rd. ed. Cambridge : MIT Press.

xv O conceito de **‘transnacionalização’** adotado é o conferido pelo Professor Paul Singer apresentado no texto dos relatórios da pesquisa “O Brasil e a economia mundial: crise e perspectivas”, julho de 1984, disponível e acessada através do endereço virtual http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/introducao_7.pdf, acessado em julho/2009. “ A transnacionalização redefine a presença das grandes firmas que atuam em vários países, redefine o funcionamento dos oligopólios e dos papéis econômicos do Estado e redefine a capacidade de autonomia deste na elaboração e execução das políticas econômicas nacionais. Em outras palavras, as transações externas aumentaram sua importância dentro de cada economia nacional; os sistemas financeiros integraram-se à escala internacional e as grandes firmas, as corporações transnacionais criaram novos vínculos entre os países, sejam produtivos e comerciais, sejam de serviços e de tecnologia. Esse conjunto de fatores externos – que configuram a transnacionalização – passou a condicionar cada realidade nacional de uma maneira mais profunda e distinta da que prevalecia anteriormente. Ou seja, a transnacionalização da produção e do capital produziu um conjunto de alterações que redundaram na quebra de autonomia na definição e na execução de políticas econômicas nacionais, e essa é uma realidade distinta da do período 1929 – 1950.

xvi **“Diplomacia do dólar”** - Foi durante a administração do presidente republicano Willian Taft - EUA (1909-1913) que a expressão "diplomacia do dólar" consagrou-se. O termo foi adotado após a publicação de uma brochura escrita por James Leets intitulada *United States and Latin América: dollar diplomacy*, aparecida em 1921. No entanto, quem lhe deu forma política foi o secretário de Estado Philander C. Knox, que, numa declaração, afirmou ter ‘obtido’ para os financistas e construtores norte-americanos, por meios não confessáveis, contratos e concessões no valor de 200 milhões de dólares utilizando-se de dois magros créditos de 100 mil dólares cada um. Desta forma, o Departamento do Estado se transformava num Ministério dos Lucros Exteriores. A sedimentação oficial desta política foi consagrada pelo próprio presidente Taft: “*Se por um lado é verdade*”, disse ele, “*que nossa política estrangeira não deve se desviar do reto caminho da justiça, isso não exclui de nenhum modo uma atividade de intervenção para assegurar aos nossos comerciantes e aos nossos capitalistas investimentos e recursos que beneficiem ambas as partes*” - “*Os Estados Unidos são felizes ao encorajar e apoiar os banqueiros americanos que aceitaram estender sua mão caridosa a esses países para prover sua reabilitação financeira*”(discurso do Presidente Willian Taft no Congresso em 3 de dezembro de 1912) consulta realizada em Voltaire Schilling, http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/roosevelt_dolar.htm acessado em mar 2009.

xvii **off-shore** - Termo utilizado em economia que define a não fixação de território para o capital financeiro.

xviii É importante esclarecer que a formação do **FED Federal Reserve** atende aos interesses privados, pois sendo de origem privada, somente é comparado aos demais “Bancos Centrais” pelo poder de decisão sobre a economia nacional norte americana.

xix **Organização internacional** com compromisso dos princípios da democracia representativa e de economia de livre mercado. Formada pelos 30 países que produzem metade de toda riqueza no mundo, com sede em Paris.

xx “**mercados emergentes**” e “**ciranda financeira global**”, O termo Mercados emergentes é comumente usado para descrever o negócio e a atividade de mercado em industrialização ou regiões emergentes do mundo. O termo "ciranda financeira" foi cunhado por Maria da Conceição Tavares, e divulgado em 1979, numa manchete do "Jornal do Brasil". É o giro financeiro apenas com fins especulativos, não há investimento na produção sem gerar empregos ou riquezas para o país.

xxi **Trabalho material**, plausível, que pode ver o resultado mediato da sua materialização.

xxii Está fora do alcance das mãos, mas produz **mais valia**, é a variação da complexidade do trabalho, a comunicabilidade das máquinas.

xxiii No pensamento de Jurgen **Habermas**, a **inserção** significa que a ordem política se mantém aberta para incluir também os marginalizados, inserindo-os, sem confiná-los na uniformidade da comunidade homogênea de um povo. Para isso, é significativo o princípio da voluntariedade, onde todos estão dispostos a conviver pacificamente, excluindo as diferenças culturais e, conseqüentemente, a motivação de conflitos.

xxiv **Produção** - no sentido de emancipação pelo ‘conhecimento’ integrado e compartilhado, não somente à informação necessária para a produção industrial imediata e não congruente na formação do pensamento e legitimação da continuidade através do crescimento e da reprodução em sociedade.

xxv **Mais Valia Relativa**. – expansão das relações de troca entre os setores da produção.

xxvi Modelos de discursos do **SEBRAE**, www.sebrae.com.br

xxvii Conceitos e informações disponibilizadas on-line e copiladas através da site do MDS www.mds.gov.br/bolsafamilia/

CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), disciplinado pelo Decreto nº 6.135, de 36 de junho de 2007, e regulamentado pela Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008, é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país.

xxviii **Seminário**, População, Pobreza e Desigualdade, Belo Horizonte MG, 2007,

xxix **Crédito Comunitário**: a experiência da Portosol pesquisador no CEDEC. Marco Antonio Carvalho Teixeira - Instituição Comunitária de Crédito Portosol fundada em 17 de janeiro de 1996, como resultado de um antecedente histórico representado por duas iniciativas formuladas por atores sociais distintos. A primeira deu-se através do Plano de Desenvolvimento Econômico - o PDE, elaborado pela Prefeitura de Porto Alegre tinha como objetivo geral democratizar o desenvolvimento

econômico da cidade e previa, dentre seus subprogramas, a instalação de uma linha de crédito destinada aos micro e pequenos empreendedores. A segunda iniciativa foi formulada pelo legislativo através do Projeto de Lei n.º 275/91, propondo a criação do Banco Municipal de Porto Alegre (BAMPA).

xxx

Muhammad **Yunus**, 2001

xxxii

Programa de Geração de Emprego e Renda (**PROGER**) é um programa instituído pelo Ministério do Trabalho (FAT) com a finalidade de financiar projetos de investimentos que proporcionem a geração de emprego, viabilizando o desenvolvimento sustentado das microempresas e empresas de pequeno porte para: abrir um negócio novo, ampliar ou modernizar a sua empresa. O financiamento pode ser obtido através do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. O **PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família. Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.

xxxiii

A **Accion International** é uma organização privada, sem fins lucrativos, com sede nos Estados Unidos, é composta por uma rede de 25 organismos filiados que trabalham em trinta países latino-americanos (e seis cidades americanas), assessorando-os na metodologia de atuação com microcrédito, e no desenvolvimento institucional. Entre 1991 e 1997 a Accion concedeu 1,7 bilhão de dólares em empréstimos, uma média de 600 dólares, a mais de 1,3 milhão de microempreendedores que trabalham arduamente em seus negócios.

xxxiiii

Ferroban é nome fantasia da Ferrovia Bandeirantes S.A., empresa que arrematou a Malha Paulista da Rede Ferroviária Federal em 1998 em processo de privatização; após a transferência da FEPASA pelo Estado de São Paulo para a Rede Ferroviária Federal. Originalmente da Malha Paulista (ex FEPASA) da Rede Ferroviária Federal, no processo de privatização sofreu duas cisões, o trecho de Vale Fértil a Uberlândia ficou sob o controle da Ferrovia Centro Atlântica (FCA) e os trechos de Iperó a Apiaí e Rubião Junior a Presidente Epitácio que ficou sob o controle da Ferrovia Sul Atlântica (FSA) que posteriormente passou a ser denominada América Latina Logística (ALL)

xxxv

O **Porto de Santos**, localizado no município de Santos, no estado de São Paulo, é o principal porto brasileiro. É também o porto de contêineres mais movimentado da América Latina. Ele apresenta grande diversidade de terminais de movimentação de cargas - grãos sólidos e líquidos e carga geral. O sistema de acessos terrestres ao porto é formado pelas rodovias Padre Anchieta e Imigrantes e pelas ferrovias Ferroban e MRS.

xxxvi

Setor terciário - Distribuição setorial e regional da riqueza gerada - tipologia criada a partir da análise fatorial dos dados setoriais contidos nos PIBs municipais definindo um conjunto de sete tipos de municípios - Notas Metodológicas - Atlas SEADE da Economia Paulista - SEADE 2007 - http://www.seade.gov.br/produtos/atlas econ/notas/cap6_nota.pdf

xxxvii

O **índice** ou coeficiente de **Gini** é uma medida de concentração ou desigualdade. É comumente utilizada para calcular a desigualdade da distribuição de renda. O índice de Gini aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de "0 a 1", onde o zero corresponde a completa igualdade de renda, ou seja, todos têm a mesma renda e 1 que corresponde à completa desigualdade, isto é, uma só pessoa detém toda riqueza, e as demais nada tem.

xxxvii

O IDH - O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano foi oferecer um contraponto um outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas uma dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano.

xxxviii

Muar, pequeno animal criado nas regiões sulinas e que tinha enorme resistência para as estradas da época, que podia carregar maior volume de mercadoria.

xxxix

Região central do Brasil inicialmente conhecida pela extração de ouro em abundância, Minas Gerais.

xl

Adolfo Frioli, historiador Sorocabano., pesquisador da Geo-história da região de Sorocaba

xli

Denominação dada aos apetrechos, acessórios e ferramentas que o cavaleiro, tropeiro, levava em sua viagem. Incluía desde alicates, painéis, cobertores até ferramentas para extração de dentes. (Vera Job)

xlii

Invernada: Termo que designa a estação para preparação e estocagem de alimentos para manutenção dos animais durante o período do inverno.

xlili

Denominação de Sorocaba, na língua Tupi- Guarani .

xliv

“.....nessa ocasião que se vai produzir a construção da imagem de **Manchester Paulista**. A expressão foi utilizada a partir de 1905, depois de uma visita do superintendente da Estrada de Ferro União Sorocabana e Ytuana (E.F.U.S.Y), Alfredo Eugenio de Almeida Maia, para inaugurar um melhoramento da empresa. Ele usou em seu discurso a expressão Manchester Brasileira, mas a referência àquele centro fabril britânico foi incorporada ao imaginário sorocabano, fazendo com que o setor têxtil acabasse “sendo o grande responsável pela imagem de modernidade em Sorocaba” (PINTO, 2003, p. 93).

xlv

Sorocabana, A implantação da estrada de ferro careceu da instalação de uma oficina que se tornou referência pela produção de peças de reposição e ferramentas utilizadas nas máquinas e equipamentos e estações da ferrovia. Produzia-se desde peças para locomotivas, carteiras escolares para as “escolas dos filhos de ferroviários” até bancos para estações ferroviárias. Com isto foi se estimulando uma cultura de “carreira” profissional para os filhos dos ferroviários e se estabelecendo um novo grupo pertencente à sociedade sorocabana. Aliada a estes profissionais foram se implantando inúmeras oficinas prestadoras de serviços que consumiam grande um grande contingente de mão de obra não especializada.

xlvi

A condição de **proprietária de terras e imóveis** advém da relação entre o fim do tráfico negreiro, a imigração de trabalhadores livres, a mercantilização da terra e a abolição da escravidão africana que está no entendimento de Lígia Osório Silva (SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio; Efeitos da Lei de 1850*. Campinas-SP: Unicamp, 1996.p14) ao tratar do significado da Lei de Terras na definição das terras devolutas no Brasil. Foi interpretada como ato complementar à lei Eusébio de Queiroz (que proibiu o tráfico negreiro). A Lei de Terras se integra no processo social de re-significação da terra na reprodução das relações sociais, como **reserva de valor, como referencial de riqueza**, além de se estabelecer como o local da produção.

xlvii

As mulheres representavam, em junho de 2005, a maioria da população em idade ativa (53,6%), e os homens, 46,4%. Por faixa etária, a população em idade ativa ficou assim distribuída: 9,1% de 10 a 14 anos; 6,0% de 15 a 17 anos; 15,0% de 18 a 24 anos; 44,7% de 25 a 49 anos; e 25,1% entre os que tinham 50 anos ou mais. Acessado em junho 2009 e disponível no: site http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme122002crrj.shtm

xlviii

Em desenvolvimento - Definição adotada para classificar grupos de países no contexto capitalista de desenvolvimento econômico dependente.

xlix

Semióforo, neologismo relativo a **Semiologia** que é a ciência geral dos signos, segundo Ferdinand de Saussure que estuda todos os fenômenos culturais como se fossem sistemas de signos. Em contraposição à linguística, que se restringe aos estudos dos signos linguísticos, ou seja da linguagem, a semiologia tem por objeto qualquer tipo de signo (imagens, gestos, vestuários, ritos, etc)

Pequena economia: atribui-se a definição para as movimentações de pequenos valores individualmente que, somados a totalidade de pobres e sobreviventes da grande economia apresentam valores expressivos. Segundo dados do **Banco do Nordeste**, somente da região nordeste do Brasil em 2008, dos mais de 1 milhão de empréstimos em operações realizadas, 70,07% foram de até R\$ 1.000,00, movimentando R\$ 1.087.558.203,22 em crédito concedidos a pessoas, muitas, em situação de inadimplência com o sistema de crédito nacional ou sem condições de arcar com as barreiras de limitações para acesso ao sistema de concessão de crédito. “Pequena economia” é conceito formulado pelo geógrafo Prof. Milton Santos.

li

Francisco de Oliveira, entrevista CEBRAP, O Vício da Virtude, 2004
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300012

lii

A Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) é considerada a mais abrangente e detalhada pesquisa domiciliar realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no Brasil. Os dados estatísticos publicados em setembro de 2009, referentes a renda, trabalho e acesso a bens e serviços, foram coletados em setembro de 2008. Os principais resultados positivos da Pnad são: • Aumento do número de empregos formais e recuo do desemprego. • Crescimento da renda média do trabalhador e dos domicílios. • Índice de escolarização cresceu entre jovens. Problemas que ainda precisam ser sanados: • Distribuição de renda: a parcela 10% mais rica da população brasileira concentra 42,7% dos rendimentos do trabalho, enquanto os 10% mais pobres ficam com o 1,2% restante. • Diferenças entre regiões do país: Centro-Oeste é a mais rica, Nordeste a mais pobre, proporcionalmente, em relação à renda média do trabalho. • A taxa de analfabetismo apenas se estabilizou: um em cada dez jovens de 18 anos ou mais não sabe ler nem escrever. • Falta saneamento básico: um em cada quatro lares brasileiros não possui nenhum tipo de coleta de esgoto. • Acesso a internet ainda é baixo: 5,3 acessos em cada 100 mil habitantes, contra uma média de 30 acessos em países europeus.
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais/default.shtm>

liii

A reprodução ampliada do capital. A compreensão das partes que compõem o valor é fundamental para a compreensão de como se dá a reprodução ampliada do capital – é justamente na composição do valor que reside o segredo para se compreender como é possível que uma sociedade aumente seu capital. A importância dessa compreensão fica clara quando se sabe que os economistas liberais falharam justamente ao não ver o capital constante. Para compreender como se dá a reprodução do capital, é preciso entender como se divide a produção social – e ela se divide como o valor das mercadorias: uma seção (a que chamaremos *seção I*) produz as mercadorias que repõem o capital constante; a outra (*seção II*), as mercadorias de consumo final que compõem o capital variável e a mais-valia. A reprodução do capital, portanto, se dá da seguinte forma: a seção I, ao produzir mercadorias, consome o capital constante produzido por ela mesma, e o capital variável produzido pela seção II; a seção II, o capital variável que ela mesma produziu, e o capital constante produzido pela outra. No entanto, desta forma não há aumento do capital social, mas apenas sua reprodução simples. *Para haver reprodução ampliada do capital, é preciso que parte da mais-valia se converta em capital constante*, possibilitando que a nova produção ocorra numa escala maior. E isto revela um erro fundamental dos economistas liberais, que não conseguem explicar a ampliação da produção, senão pelo bordão “a produção cria sua própria demanda” O valor de uma mercadoria após sua produção é maior do que o valor do capital constante e do capital variável empregados, porque foi

agregado valor através do trabalho aplicado. A parte do valor que “sobra”, denominada mais-valia ou sobretrabalho, é apropriada pelo capitalista. No entanto, ele não a guarda para si, mas a investe novamente na produção, pois a concorrência dos demais capitalistas o obriga a modernizar a produção, produzindo mercadorias em maior quantidade e de menor valor unitário. Conseqüentemente, a produção capitalista não tem como fim o enriquecimento do próprio capitalista, mas é uma produção pela produção. É no crescimento do capital constante que reside a possibilidade da reprodução ampliada do capital. Quando realiza sua produção (ou seja, vende-a no mercado), o capitalista adquire a capacidade de ampliá-la. Esta capacidade se transforma em necessidade com o avanço tecnológico e a diminuição do valor socialmente necessário para a produção de uma unidade de mercadoria. Para que possam competir uns com os outros, os capitalistas investem na modernização da produção. Ao se modernizar a produção, portanto, aumentam os custos com capital preexistente e diminui o valor agregado às mercadorias em cada etapa da produção. Aumenta a parte do capital constante, em detrimento do capital variável e da mais valia. Concorre para isto o fato de que cada novo avanço da técnica leva ao surgimento de novos ramos industriais, *elevando o número de etapas da produção social*, alterando a proporção entre as duas seções da economia em favor daquela que produz capital constante.

liv

Boaventura S. Santos (2005) afirma que o modelo da economia de mercado tem aumentado as desigualdades sociais e isto é verificável tanto nos países centrais como periféricos (claro que com mais intensidade e gravidade nestes últimos). Diz ele, das 100 maiores economias do mundo, 47 encontram-se nas mãos de grandes empresas multinacionais e há várias empresas privadas hoje que possuem mais riquezas que muitos países. Segundo dados da ONU, dos 84 países mais pobres, 54 diminuíram seu PIB, sendo que destes 14 reduziram em torno de 35%. Atualmente, 1,5 milhões de pessoas vivem com menos de 1 dólar/dia; e outras 2 milhões vivem com até 2 dólares/dia. Mesmo nos EUA as desigualdades aumentaram onde 20% das famílias mais ricas detêm em torno de 80% das riquezas, situação nunca vista antes. As 200 pessoas mais ricas do mundo entre 1994 a 1998 dobraram suas riquezas. Portanto, após a crise da década de 70, com a consolidação do capitalismo do mercado e o fim do Estado do bem estar social ou da providência, há um crescimento considerável das desigualdades sociais e enriquecimento das grandes corporações transnacionais.

<http://www.espacoacademico.com.br/087/87ebert.htm>, SANTOS, Boaventura de Souza. A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2005 (25-102)

lv

Parto para esta afirmação concebendo a exploração político partidária claramente adotada pelo governo federal e pelas movimentações de capital financeiro que acorrem aos municípios pobres brasileiros pelos recursos destinados ao **Bolsa família** que nas datas da liberação são motivo de festa para muitos municípios.

lvi

A questão da funcionalidade é descrita em como “**funcionar**” no sistema capitalista, onde o sistema financeiro é protegido e constantemente blindado sustentando-se no Estado com a proteção das instituições e dos poderes constituídos;

lvii

Executados, no sentido de serem absorvidos sem a devida preocupação com o debate político, ignorando e dispensando em muitos casos o potencial local para avaliar e propor alternativas.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)